

# A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS

CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO  
CÓRREGO JOÃO PEREIRA  
ENTRE SERRAS DE PANKARARU  
KIRIRI  
POTIGUARA  
CAIEIRAS VELHAS II e TUPINIQUIM  
CARAMURU PARAGUASSU  
XACRIABÁ

NÚCLEOS REGIONAIS  
NORDESTE I e II



**PROJETO GESTÃO  
AMBIENTAL E  
TERRITORIAL  
INDÍGENA**

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT  
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS  
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES  
Janice Queiroz de Oliveira

## UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI  
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CCGAM/FUNAI  
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD  
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD  
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGTA - PNUD  
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CCGAM/FUNAI  
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CCGAM/FUNAI  
Caio César de Sousa de Oliveira  
Sofia Morgana Siqueira Meneses

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

O48n

Oliveira, Carlos Alfredo Ferraz de.  
Núcleos Regionais Nordeste I e II / Carlos Alfredo Ferraz de  
Oliveira, Isabel Fróes Modercin, Tiago Silva Bezerra. – Brasília (DF):  
IEB, 2016. – (A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)  
201 p. : 20,4 x 27,4 cm

ISBN 978-85-60443-43-7

1. Gestão territorial e ambiental. 2. Povos indígenas - Brasil.  
I. Modercin, Isabel Fróes. II. Bezerra, Tiago Silva. III. Título. IV. Série.

CDD-980.41



# FICHA TÉCNICA

## ORGANIZAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Andreia Bavaresco - IEB

Marcela Menezes - IEB

Robert Miller - GATI

## AUTORIA

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira - GATI

Isabel Fróes Modercin - GATI

Tiago Silva Bezerra - GATI

## REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Andreza Andrade

Marina Villarinho - IEB

Ney Maciel - GATI

## MAPAS

Romero Gomes - GATI

## FOTOS

Arquivo Projeto GATI

Arquivo Funai

Colaboradores

## ARTE

Nina Coimbra

## EDITORIAÇÃO

Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

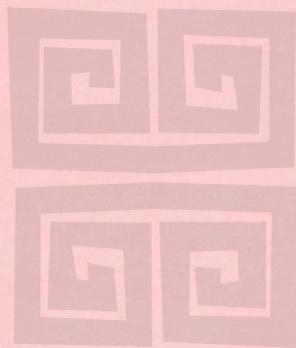
foto-base da pagina anterior: Os Praiás, em ritual tradicional Pankararu na Terra Indígena Entre Serras de Pankararu

©Acervo GATI

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
NÚCLEOS REGIONAIS NORDESTE I e II	14
TI CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO	28
TI CÓRREGO JOÃO PEREIRA	46
TI ENTRE SERRAS DE PANKARARU	62
TI KIRIRI	88
TI POTIGUARA	104
TI CAIEIRAS VELHAS II e TUPINIQUIM	128
TI CARAMURU PARAGUASSU	156
TI XACRIABÁ	176

# APRESENTAÇÃO



O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) é fruto da reivindicação do movimento indígena para que as políticas públicas reconhecessem o importante papel das Terras Indígenas (TIs) na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. O Projeto foi implementado entre os anos de 2010 e 2016 em 32 Terras Indígenas distribuídas em todo o território nacional. Foram realizadas ações voltadas à gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas em temáticas que variaram desde a recuperação de áreas degradadas, segurança alimentar, agroecologia, formação para gestão territorial indígena, governança e participação indígena e construção de instrumentos participativos de planejamento do uso dos recursos naturais das Terras Indígenas.

As temáticas ambientais e o movimento indígena iniciam uma aproximação na ECO 92, importante reunião que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir o futuro do meio ambiente em todo o mundo. Vários representantes indígenas participaram desse encontro e começaram a acompanhar e participar das discussões sobre meio ambiente e biodiversidade. Em 2002, dez anos depois da ECO92, o governo brasileiro elaborou a Política Nacional da Biodiversidade-PNB. Os povos indígenas brasileiros participaram ativamente da elaboração dessa política por meio de seus movimentos e associações. Foi um marco importante para os povos indígenas que a partir daí incorporaram a agenda ambiental em suas pautas e lutas. Nesse momento o movimento indígena brasileiro começa a participar de forma mais ativa na elaboração e no acompanhamento das políticas ambientais brasileiras. Também em 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), junto com representantes indígenas, elaboram o Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas.

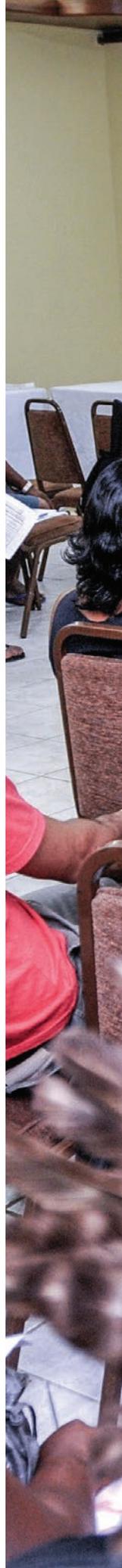
## Plenária do evento de consulta do Projeto GATI, realizado em Itamaracá - PE (2008) &gt;

Em 2004, em outro importante encontro, a 7ª Conferência das Partes (COP/CDB)<sup>1</sup>, o Brasil se comprometeu a implementar um programa de trabalho sobre áreas protegidas. Esse programa teve entre seus objetivos reconhecer o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza e também a necessidade de apoio financeiro para as práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais desenvolvidos pelos povos indígenas. Após esse acordo o MMA elaborou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) que envolve também as Terras Indígenas.

Nesse período, o movimento indígena demanda do governo um projeto mais abrangente para as Terras Indígenas brasileiras. A reivindicação era que se elaborasse um projeto que atendesse aos desejos dos povos indígenas e aos compromissos assumidos pelo governo em suas políticas ambientais. Em 2003 e 2004 diversas lideranças indígenas articularam com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o apoio para elaborar um projeto de proteção e apoio a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Em 2005 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no Ministério do Meio Ambiente, formado por indígenas, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo do grupo de trabalho foi elaborar uma proposta de projeto para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, o Global Environment Facility (GEF). Naquela época, o Brasil já contava com financiamento do GEF para projetos em vários biomas, mas nada específico para Terras Indígenas.

Em 2008, com as principais ideias e a estrutura de um projeto formulados, foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas. Foi nessas consultas, que tiveram participação ativa dos indígenas das regiões, que se chegou à proposta final do projeto. Essa proposta foi encaminhada ao GEF em maio de 2009 e foi aprovada em agosto do mesmo ano. As consultas regionais também definiram as “Áreas de Referência”, que são Terras Indígenas distribuídas nos cinco biomas florestais brasileiros e onde o projeto focaria suas ações.

<sup>1</sup> As Conferências das Partes, mais conhecidas como COPs/CDB, atualmente acontecem a cada dois anos em diferentes países, para discutir os encaminhamentos, pesquisas e discussões que acontecem em todo o mundo sobre as questões ambientais. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. Foi estabelecida durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. Mais de 160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993.





Projeto DEF Indígena  
Café de Consulta  
27 de Setembro a 03 de Outubro 2008  
14h às 17h

DEF  
Projeto DEF Indígena  
Esp. 14h  
17h

BALL BOY

UNIVERSO DA POLÍTICA  
COMUNICAÇÃO DO DEF  
MONITORIA & DEF  
DO DEF  
POLÍTICA



No final dos trabalhos do GT, foi acordado um projeto com o objetivo geral de:

*promover a contribuição das TIs como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortalecendo as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, e promovendo também o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs, fomentando assim a proteção e a segurança dos meios de vida desses povos.*

O Projeto foi desenhado para atuar em nível nacional, regional e local, por meio de três linhas gerais, ou resultados, que são:

- *Resultado 1: Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos.*
- *Resultado 2: Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinada à conservação ambiental em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas.*
- *Resultado 3: Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais.*

## IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO GATI

Iniciando suas ações em 2010, o projeto foi executado pela Funai em parceria com organizações indígenas regionais, Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e GEF.

# AS INSTÂNCIAS DE PROTAGONISMO E GOVERNANÇA INDÍGENA NO PROJETO GATI

Um das marcas do Projeto GATI foi a participação indígena. Desde o início de sua elaboração, até a sua implementação, a participação indígena foi incentivada e apoiada. As visões dos povos indígenas sobre a gestão de suas terras, em todos os aspectos, desde a questão social à questão econômica, foram discutidas amplamente pelos participantes indígenas do Projeto.

O processo de implementação do Projeto GATI abrangeu vários momentos de consulta e debate com representantes das organizações indígenas e das Áreas de Referência, desde o Seminário Nacional (em Dezembro de 2010), os Seminários Regionais, realizados no primeiro semestre de 2011 e, posteriormente, as reuniões de esclarecimento nas TIs.

Dentro de sua estrutura, o projeto contou com várias instâncias de participação indígena na tomada de decisões e monitoramento, começando por seu Comitê Diretor, com composição paritária, sendo dividido igualmente entre representantes das organizações indígenas que participaram da elaboração do Projeto GATI e de governo (Funai, MMA e ICMBio).

Em nível regional, o projeto criou Conselhos Regionais, também paritários, que juntaram representantes das Áreas de Referência, Funai e ICMBio local e regional, e instituições parceiras. Para facilitar a implementação do Projeto, as Áreas de Referência foram organizadas em oito Núcleos Regionais:

AMAZÔNIA CENTRAL/  
OCIDENTAL  
AMAZÔNIA/CERRADO  
AMAZÔNIA ORIENTAL  
MATA ATLÂNTICA SUDESTE  
MATA ATLÂNTICA SUL  
NORDESTE 1  
NORDESTE 2  
PANTANAL/CERRADO



A coleção “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas” reúne informações sobre as experiências de gestão territorial e ambiental indígena apoiadas pelo Projeto GATI nas 32 TIs ao longo dos seus 5 anos de implementação. Essas publicações buscam mostrar um pouco da riqueza e diversidade de jeitos de fazer gestão territorial e ambiental indígenas em temáticas variadas, como manejo de recursos naturais, atividades econômicas sustentáveis, proteção territorial, segurança alimentar, educação ambiental e muito mais.

Os saberes e conhecimentos indígenas são a base da gestão territorial indígena e são componentes essenciais para a contribuição das TIs à conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros. A Coleção também busca dialogar com os enormes desafios que envolvem a gestão das TIs na atualidade e indica ações que são necessárias reforçar e ou apoiar para que a gestão territorial indígena promovida pelos povos indígenas envolvidos no Projeto GATI se desenvolva.

Cada capítulo do livro traz a experiência de uma Terra Indígena, contando um pouco da história daquele território, do seu povo e principalmente das ações que o Projeto GATI apoiou. Por fim, apresentamos os indicativos de gestão ou os próximos passos, que são as ações que ainda precisam ser desenvolvidas para consolidar a gestão territorial e ambiental dessas Terras Indígenas.

Esta Coleção foi elaborada a partir das informações contidas nos relatórios produzidos pelos vários consultores contratados pelo Projeto GATI para trabalhar nas TIs e que compõem o acervo do Projeto GATI. Foram também usadas informações de pesquisadores que já trabalharam junto a esses povos, depoimentos de indígenas que estiveram envolvidos na implementação do Projeto, os projetos elaborados pelas associações indígenas e os documentos base do Projeto GATI. É um resumo de tudo o que foi realizado nas Áreas de Referência pelo Projeto, em parceria com os povos indígenas, ao longo desses anos.

Esta Coleção de publicações complementa a outra série temática sobre o Projeto GATI. Formação, Participação Indígena, Gestão, Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental e Agroecologia são os temas tratados na série **“Projeto GATI - 2010-2016: balanço de uma experiência em escala nacional de apoio à gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas”**.

Esperamos que a Coleção ajude a divulgar as ações de gestão territorial e ambiental que já são praticadas pelos povos indígenas há muito tempo, mas que precisam de apoios e parcerias, como promovido pelo Projeto GATI, para que continuem e cresçam.

Esses materiais foram elaborados para que as comunidades indígenas possam conhecer e conversar sobre essas informações, planejarem futuras ações, para que professores e professoras utilizem nas escolas, para que as lideranças e as comunidades em geral possam reivindicar seus direitos e buscar subsídios para darem continuidade a suas ações de gestão territorial indígena.

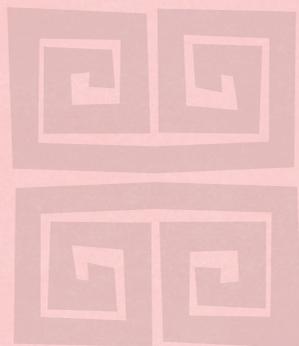
Turma de jovens indígenas do Nordeste participantes da Formação de Jovens Indígenas para Agroecologia, parceria Projeto GATI e Centro Sabiá (2014)





NÚCLEOS REGIONAIS

NORDESTE I E II



## INTRODUÇÃO

O histórico do processo de formação e consolidação dos territórios indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, na maioria dos casos, se deu não por conta da ocupação ou uso tradicional. Essa ocupação se deu partir de mediações da dominação colonial de Portugal sobre o Brasil, que retirou os indígenas dos seus territórios tradicionais e os levaram para as chamadas “vilas de índios”, missões religiosas, fazendas, quartéis, entre outros. Essa situação impôs uma série de limitações ao modo de vida tradicional dos indígenas que tiveram de sobreviver nas frestas dessa relação colonial. Tiveram ainda que e resistir na afirmação das suas territorialidades e identidade, ou mesmo esconder essa identidade para escapar dos preconceitos.

Quando a Constituição Federal de 1988 reconheceu aos índios o direito à terra, os movimentos de reconhecimento e autonomia no Nordeste se intensificaram cada vez mais. Muitos grupos, a fim de agilizar o processo de demarcação, realizaram as autodemarcações. As autodemarcações são processos onde os próprios indígenas demarcaram o seu território instalando placas, abrindo picadas e, sobretudo, ocupando áreas. Essas ações incomodaram poderes políticos e econômicos representados principalmente pelos grandes fazendeiros, latifundiários, que desde o período do Brasil-colônia, muitas vezes com aval do Estado brasileiro, vem usurpando e dominando os territórios tradicionais. O resultado desses enfrentamentos foram muitos episódios de violência. Os povos indígenas sofreram graves consequências como a morte dos seus principais líderes, perseguição política e situações de discriminação e preconceito.

Após muitos anos de luta, alguns povos indígenas do Nordeste tiveram seus territórios reconhecidos, e ao receber a terra, se depararam com um cenário de devastação. Importantes áreas de mata foram suprimidas e o solo dessas áreas encontrava-se tão desgastado em virtude de monocultivos e pecuária extensiva, que fragilizava a agricultura tradicional. Esse processo levou as comunidades a recorrer à práticas produtivas mais próximas daquelas dos antigos posseiros e fazendas vizinhas. Muitos grupos reconheceram que a relação com a terra é uma das características da cultura indígena e por isso não bastava apenas ter conquistado o território, era preciso também recuperar o meio ambiente e tornar aquela terra fértil e cultivável.

**“A ESSÊNCIA DO SER INDÍGENA XUCURU É AGRÍCOLA. MUITOS VEEM A AGRICULTURA MERAMENTE COMO FONTE ECONÔMICA E NÃO COMO PRÁTICA E MODO DE VIDA. MAS ELA É UM ELEMENTO DE DEFESA DO SAGRADO E DA NOSSA IDENTIDADE COMO INDÍGENAS.”**

Iran Ordonio, indígena Xucuru de Pesqueira (PE), em 15/05/2014, durante aula do Curso Básico de Formação em PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

A recuperação de áreas degradadas e a construção de novas estratégias de geração de renda são uma condição para que os povos indígenas do Nordeste, bem como suas futuras gerações, possam usufruir plenamente dos seus territórios. As Terras Indígenas (TIs) da região representam apenas fragmentos dos territórios que os povos tradicionalmente ocupavam e que, quando foram reconquistados, já se encontravam bastante degradados por anos de exploração, retirada de madeira, monocultura e criação de gado. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional tem levado ao aumento da demanda por recursos ambientais e áreas para ampliação das aldeias, dos roçados e pastos. A tradicional agricultura de corte e queima acaba resultando em solos cada vez mais pobres. Com a restrição de área para instalação de novos roçados, o período em que a antiga roça é deixada em pousio para recuperação do solo acaba sendo suprimido. As roças são cultivadas ano após ano e quando a produção se torna insatisfatória a área é transformada em pasto ou é abandonada. No semiárido a situação ainda se agrava devido à escassez de água. Isso desmotiva os jovens a trabalhar com agricultura e permanecerem na Terra Indígena.

A seguir, contaremos como o Projeto GATI iniciou suas atividades no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, perante esse contexto regional e as demandas indígenas. Vamos relatar como o Projeto direcionou seu foco para iniciar ou apoiar ações em curso de recuperação ambiental, associada à produção de alimentos de qualidade, práticas tradicionais de agricultura e a geração de renda. Esses foram os focos para a discussão da gestão ambiental e territorial indígena na região.

# HISTÓRICO DO GATI NOS NÚCLEOS NORDESTE I e II

Entre as cinco consultas regionais aos povos indígenas realizadas em 2008, com o objetivo de embasar a elaboração da proposta para o GEF, uma consulta foi realizada em Recife (PE). Nessa reunião foram indicadas 8 TIs da área de abrangência da Apoinme - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo como beneficiárias do Projeto GATI naquela região. Destas 8 TIs, duas foram votadas para serem “Áreas de Referência” do Projeto GATI. Estas foram a TI Entre Serras de Pankararu (PE) e a TI Caramuru-Paraguassu (BA). As demais TIs - Córrego João Pereira (CE), Potiguara (PB), Caiçara/Ilha de São Pedro (SE), Kiriri (BA), Xacriabá (MG) e Caieiras Velhas II/Tupiniquim foram indicadas para compor uma “Rede de Experiências”.



©Mário Vilela/Funai

Ceixa Pitaguari na abertura do evento de consulta do Projeto GATI, realizado em Itamaracá (2008)

Entre 2010 e 2011, foram realizados seminários regionais que deram prosseguimento ao processo de esclarecimento sobre o Projeto às comunidades. No caso do Nordeste, a reunião aconteceu em junho de 2011 na TI Caramuru-Paraguassu (BA) e contou com representantes das TIs indicadas na consulta de 2008. Neste seminário, foi consensuado que a região de abrangência da Apoinme era muito extensa para ser atendida por um só núcleo regional. Então foi sugerido sua divisão em dois núcleos: o Núcleo Nordeste I e o Núcleo Nordeste II. Esta recomendação foi acatada pelo Comitê Diretor do Projeto, que estabeleceu a abrangência dos oito núcleos regionais. O Comitê Diretor também analisou a dificuldade de manter em separado ações para as “Áreas de Referência” e a “Rede de Experiências”, deliberando por tratar todas as 32 TIs selecionadas nas consultas regionais de 2008 como “Áreas de Referência”, com o mesmo peso e atenção por parte do Projeto.

Após esta definição do número de Núcleos Regionais e sua abrangência, foram contratados os consultores regionais do Projeto GATI. Estes consultores desenvolveram uma variedade de atividades nas Áreas de Referência, desde as reuniões iniciais de esclarecimento com as comunidades, até intercâmbios, cursos e oficinas, entre outras ações, em estreita colaboração com as Coordenações Regionais (CRs) da Funai, Apoinme e outros parceiros institucionais.

Como consultora do Projeto GATI para o Núcleo Nordeste I (TIs Entre Serras de Pankararu, Córrego João Pereira, TI Potiguara, Caiçara/Ilha de São Pedro e Kiriri), foi contratada a bióloga e antropóloga, Isabel Fróes Modercin. E para atender o Núcleo Regional Nordeste II (TIs Xacriabá, Caramuru-Paraguassu e Caieiras Velhas II/Tupiniquim), foi contratado o turismólogo Carlos Ferraz. As consultorias foram fundamentais para desenvolver as ações do GATI nessas regiões, mantendo consonância entre as atividades em campo e a gestão do Projeto em Brasília, por meio da Unidade de Gestão do Projeto – UGP, na Funai-Sede, dos Conselhos Regionais e do Comitê Diretor do Projeto. Desenvolveram uma série de atividades nas Áreas de Referência, desde reuniões iniciais de esclarecimento nas aldeias, até a realização de cursos e articulações institucionais para desenvolver as ações do Projeto nas TIs. Os consultores atuaram entre 2012 e 2015 e em 2016 colaboraram com algumas atividades, até o encerramento do Projeto.

Embora os dois Núcleos tenham desenvolvido atividades distintas, têm em comum sua representação política pela Apoinme, como também seus representantes participaram conjuntamente do “Curso Básico de Formação em PNGATI”<sup>2</sup>. O curso foi organizado em módulos itinerantes e abrangeram 4 das Áreas de Referência (Entre Serras, Potiguara, Tupiniquim e Xacriabá). Ainda, os dois Núcleos realizaram reunião conjunta dos seus Conselhos Regionais, correspondente à 3ª reunião do Nordeste I e 2ª reunião do Nordeste II.

<sup>2</sup> O Curso Básico de Formação em PNGATI é um componente do Programa de Formação Continuada em PNGATI, que visa qualificar gestores indígenas e gestores públicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e órgãos afins, para atuarem diretamente nos processos de implementação da PNGATI.



© Robert Miller

## ATUAÇÃO DO GATI NOS NÚCLEOS NORDESTE I E II

O Núcleo Regional Nordeste I do Projeto GATI é composto por um conjunto de cinco Terras Indígenas, vinculadas às seguintes Coordenações Regionais (CRs) da Funai, respectivamente:

- CR Nordeste II (Fortaleza-CE): TI Córrego João Pereira (CE) e TI Potiguara (PB);
- CR Nordeste I (Maceió-AL): TI Caiçara/Ilha de São Pedro (SE);
- CR Baixo São Francisco (Paulo Afonso-BA): TI Kiriri (BA) e TI Entre Serras de Pankararu (PE).

O Núcleo Regional Nordeste II é composto por um conjunto de três Terras Indígenas, vinculadas às seguintes Coordenações Regionais (CRs) da Funai, respectivamente:

- CR Sul da Bahia (Eunápolis-BA): TI Caramuru-Paraguassu;
- CR Minas Gerais e Espírito Santo (Governador Valadares-MG): TI Caieiras Velhas II/ Tupiniquim (ES) e TI Xacriabá (MG);



### Terras Indígenas e Áreas de Referência dos Núcleos Regionais ✓



Essas oito TIs somam uma população de mais de 40 mil indígenas, que habitam regiões distintas. Essas regiões abrangem desde semiárido, que faz parte do Bioma Caatinga, até o litoral, com trechos de Mata Atlântica. Abriga ainda, a TI Xacriabá (MG) de vegetação típica de transição entre os Biomas Cerrado e Caatinga. No geral, a situação ambiental dessas áreas é crítica, pois perderam grande parte da sua cobertura vegetal original. Mesmo antes da posse plena da terra, parte dos territórios se encontravam sob monocultivos e pecuária extensiva. Além da recuperação ambiental, a água é também uma grande questão para os povos indígenas do semiárido, não somente em relação ao acesso, mas também a gestão da mesma. É o caso do povo Xokó da TI Caiçara/Ilha de São Pedro, por exemplo, que está à margem do rio São Francisco<sup>3</sup>. Esse povo assiste o *Opará*, ou o “Velho Chico” sofrer com o assoreamento em virtude do desmatamento das matas ciliares, presença de mineradoras e monocultivos para exportação, além das consequências do barramento das hidrelétricas que se instalaram há tempos na região.

As particularidades de cada TI – entre essas questões relacionadas a problemas ambientais e das ações e iniciativas que os povos indígenas vêm desenvolvendo como respostas – serão tratadas mais adiante, nos capítulos específicos.

## Os CONSELHOS REGIONAIS

Cada Núcleo é representado pelo seu Conselho Regional<sup>4</sup>, composto por dois representantes indígenas de cada TI, um representante da Apoinme, representantes das CRs da Funai e do Ministério do Meio Ambiente, regionalmente representado pelo Ibama e/ou ICMBio. Ao longo do primeiro semestre de 2012, aconteceram as reuniões de esclarecimento, levantamento das principais demandas e assinatura de termo de compromisso entre as comunidades e o Projeto GATI. Desses encontros saíram as representações indicadas para compor os Conselhos.

No caso do Núcleo Nordeste II, os indígenas de cada TI demandaram a representação de dois titulares e dois suplentes indígenas e um titular e um suplente da APOINME. As representações institucionais não indígenas foram inseridas de acordo com as demandas locais.

O Conselho Regional do Núcleo Nordeste I foi oficializado no dia 03 de agosto de 2012, durante a primeira reunião ordinária e de instalação da instância. Este Conselho ficou composto da seguinte maneira:

3 A luta em defesa do Rio São Francisco pelos povos indígenas, povos tradicionais e do campo, de maneira geral, é antiga e se estende até os dias de hoje. Destaca-se a forte atuação que os povos indígenas têm no Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, que é o órgão consultivo e deliberativo da gestão das águas do Velho Chico, previsto na lei 9.433 de 1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos. São cerca de 33 povos indígenas que fazem parte desta bacia rica em diversidade cultural e de jeitos diferentes de cuidar dos territórios, mas que vem sendo constantemente devastada por inúmeras práticas predatórias.

4 Os Conselhos Regionais são instâncias do Projeto GATI nas Áreas de Referência, que tem como finalidade coordenar ações orientando a implementação do Projeto nas TIs a partir da elaboração dos planos de ação regionais. Além de estimular a articulação institucional, o controle social e monitoramento das ações do GATI, o Conselho também promove a divulgação das experiências de gestão ambiental e territorial nas TIs da sua abrangência.



### Indígenas:

TI Potiguara: Nathan Galdino da Silva (titular) e Claudedir da Silva Braz (suplente); TI Córrego João Pereira: Francisco José de Oliveira (titular) e Francisco Alves Sobrinho Filho (suplente); TI Entre Serras de Pankararu: Marcelo Gomes Monteiro Luz (titular) e Ademar Fernandes Barbosa Jr. (suplente); TI Caiçara Ilha de São Pedro: Uiran Ricardo dos Santos (titular) e Karine Santos (suplente); TI Kiriri: José Paulo de Jesus Santos (titular) e Manoel Cristovam Batista (suplente);  
Apoio: Uilton Tuxá, Ceiça Pitaguari e Paulo Tupiniquim.

### Governo:

ICMBio: Mary Carla Marcon Neves (titular) e Sandro Roberto da Silva Pereira (suplente); Funai - CR Nordeste II: Antônio Neto (CTL Itarema/CE) e Marcos Santana (CTL Baía da Traição/PB); CR Nordeste I: Frederico Vieira Campos (titular) e Josinaldo Ribeiro (suplente); CR Baixo São Francisco: Sonia Santana e Ivo Augusto.

Membros do Conselho Regional Nordeste I, no encerramento da reunião de instalação do conselho (2012) ✓



A primeira reunião também foi o espaço para os conselheiros, UGP e a consultora regional discutirem os temas principais ligados às necessidades das TIs para uma melhor gestão ambiental e territorial. Estes temas foram a base para o estabelecimento de um plano de ação para o Núcleo Regional, com as principais linhas sendo:

- Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental
- Agroecologia e recuperação de áreas degradadas
- Proteção Territorial e dos Recursos Naturais
- Cadeia produtiva de frutas: beneficiamento e comercialização
- Capacitação em elaboração e gestão de projetos
- Apoio a projetos e iniciativas nas aldeias
- Gestão dos recursos hídricos (abastecimento de água para consumo humano, irrigação das roças e criação de animais; recuperação de mata ciliar e nascentes).

O Conselho considerou ainda a necessidade de realizar ou participar em eventos estratégicos que colaborariam com o plano de ação traçado para as TIs. Neste sentido, foram indicadas as seguintes ações:

- Realizar um Seminário/Oficina sobre o Centro de Formação Indígena Nordeste I, para discutir e elaborar proposta metodológica;
- Participar do Seminário “Outros Mapas: Cartografia e Pesquisa Social”, realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, para tratar de etnomapeamentos como espaço de capacitação dos representantes das Áreas de Referências e fortalecimento das organizações indígenas;
- Realizar formação em agroecologia por meio de curso, com o apoio de instituições parceiras regionais, visando melhorar a assistência técnica nas Áreas de Referência;
- Realizar intercâmbios para conhecer iniciativas comunitárias de beneficiamento de frutas.

A segunda reunião do Conselho Regional do Núcleo Nordeste I aconteceu na TI Potiguara nos dias 29 a 31 de julho de 2013 e fez a avaliação do andamento do plano de ação para o Nordeste I. A terceira e última reunião do Conselho foi realizada na sede da Funasa, em Recife (PE), nos dias 26 a 28 de maio de 2015, e configurou uma instância ampliada, pois foi realizada em conjunto com o Conselho do Núcleo Nordeste II.

Essa última reunião do Conselho retomou a avaliação das ações realizadas nas Áreas de Referência, apontou as temáticas desejadas pelos conselheiros e discutiu sobre a temática de um Centro de Formação Indígena.

O Conselho Regional do Núcleo Nordeste II foi oficializado durante a primeira reunião ordinária e de instalação, realizada na aldeia Brejo do Mata Fome, TI Xacriabá – MG, nos dias 05 a 07 de fevereiro de 2013. Este Conselho ficou composto da seguinte maneira:

**Indígenas:**

TI Caramuru Paraguassu: Manoel Messias Souza da Silva (titular), Sergio Utiariti Bute (suplente), Josivaldo Reis dos Santos (titular), Maria Rita Muniz (suplente); TI Caieiras Velhas II/Tupiniquim: Antônio de Carvalho (titular) Rodrigo da Silva (suplente), José Luiz Francisco Ramos (titular), Joseane Francisco Felício (suplente); TI Xacriabá: Hilário Correia Franco (titular) e Nicolau Gonçalves Alquimim (suplente), Domingos Nunes de Oliveira (titular) e Adailton Cavalcante Bezerra (suplente); Apoinme: Paulo Henrique Vicente Oliveira (titular) Luis Titiah (suplente)

**Governo:**

ICMBio: 1º UC – APA Costas das Algas/REVIS Santa Cruz: Lieze Alves Passos Bollivar (titular) e Kelly Bonach (suplente); 2º UC – Parque Nacional Cavernas do Peruaçu: Evandro Pereira da Silva  
Funai - CR Minas Gerais e Espírito Santo: Thiago Henrique Fiorott (titular) Caroline Willrich (suplente), Pablo Matos Camargo (titular) Jorge Luiz de Paula (suplente); CTL Aracruz: Wilson Benedito de Oliveira (titular) Pedro Balbino (suplente); CR Sul da Bahia: Dilthey Barreiros Sales (titular); CTL Pau Brasil: Wilson Jesus de Souza (titular).

A primeira reunião também foi espaço para que os conselheiros, UGP, parceiros e o consultor regional levantassem e discutissem os temas principais que refletiam as necessidades das TIs, para uma melhor gestão ambiental e territorial. Esses temas foram a base para o estabelecimento de um plano de ação para o Núcleo Regional, com as principais linhas abaixo descritas:

- Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)
- Governança indígena na gestão ambiental e territorial: fortalecimento e capacitações das associações indígenas, apoio aos indígenas e FUNAI na participação em conselhos socioambientais, capacitações dos indígenas para melhor monitoramento dos processos de licenciamento ambiental;
- Proteção Territorial: apoio na formação e funcionamento de conselhos de segurança público indígena, apoio na criação e fortalecimento da brigada indígena de prevenção e combate a incêndios florestais;
- Apoio às iniciativas produtivas indígenas: agroextrativismo, fruticultura de quintal, sementes tradicionais;
- Conservação e recuperação ambiental: reflorestamento e recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos.



Participantes da instalação do Conselho Regional Núcleo Nordeste 2, realizada na TI Xacriabá-MG (2011)

Os consultores fizeram um grande esforço para que as ações planejadas pelo Conselho fossem atendidas em diversos níveis, ou por iniciativas do próprio Projeto GATI ou em articulação com instituições parceiras. Os detalhes das mesmas serão abordadas nos capítulos com os relatos das ações do GATI por TI. A demanda por um espaço para a formação política de lideranças indígenas na região acabou sendo suprida, pelo menos em parte, pelo Curso “Formação Continuada em PNGATI”, que será descrito mais adiante. Esse tema, entretanto, foi retomado no Seminário de Formação em Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, realizado em maio de 2016, em Brasília<sup>5</sup>, onde se discutiu processos, conceitos e mecanismos de formação de uma forma mais ampla.

No Núcleo Nordeste I, outra iniciativa mais ampla do Projeto GATI foi o estabelecimento de parceria, via Carta de Acordo, com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, pela qual foram desenvolvidas ações de capacitações e assistência técnica nas TIs Entre Serras, Kiriri e Potiguara. Essas ações serão discutidas nos capítulos específicos sobre as Áreas de Referência.

Ainda no Núcleo Nordeste I, outra ação desenvolvida foi a parceria, também via Carta de Acordo, com a Articulação Nacional de Ação Indigenista – Anaí, para elaborar Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIs Caiçara/Ilha de São Pedro e Entre Serras de Pankararu. Estes PGTAs foram apresentados em Seminário realizado em Paulo Afonso (BA), nos dias 7 a 10 de abril de 2015, e que contou com participantes da Apoinme e de outras TIs do Nordeste: Potiguara, Pataxó, Xukuru, Caxixó, Fulni-ô e Tremembé.

<sup>5</sup> O Seminário Nacional sobre Formação Indígena para a Gestão Territorial e Ambiental foi realizado entre os dias 04 e 06 de maio de 2016 e teve como objetivo a construção de subsídios a partir dos conhecimentos e práticas indígenas sobre a temática, com vistas a orientar a formulação de políticas públicas direcionadas à formação específica dos povos indígenas, conforme os objetivos estabelecidos no eixo 7 – Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental - da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Reuniu povos indígenas e instituições de várias regiões do Brasil que conduzem ou que já conduziram experiências de formação indígena com foco na gestão ambiental e territorial.

## OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA AS ÁREAS DE REFERÊNCIA DO NORDESTE I E II

Outra ação realizada em âmbito de Núcleo Regional Nordeste I foi a série de oficinas realizadas ao longo de 2013, para elaboração de projetos de gestão ambiental e territorial encaminhados tanto às CRs da Funai via formulário único, quanto ao GATI e a outros financiamentos. As oficinas envolveram indígenas das Áreas de Referência, servidores das Coordenações Regionais (CRs), Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da Funai e parceiros envolvidos em ações nas ARs. As oficinas foram bem diferentes entre si e atingiram resultados igualmente distintos de acordo com os interesses e demandas dos participantes. Os detalhes dos projetos elaborados estarão nos capítulos seguintes sobre cada TI do Núcleo Nordeste I.

A longo de 2013 foram realizadas reuniões e oficinas para elaboração dos projetos de gestão ambiental e territorial, considerando o plano de ação do Conselho Regional do Projeto GATI - Nordeste II. Esses projetos foram encaminhados tanto às CRs da Funai via formulário único, quanto ao GATI e a outros financiamentos. As oficinas envolveram os indígenas das Áreas de Referência, servidores das Coordenações Regionais (CRs), Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da Funai e parceiros envolvidos em ações nas ARs. As oficinas foram bem diferentes entre si e atingiram resultados diferentes, de acordo com os interesses e demandas dos participantes. Os detalhes dos projetos elaborados estarão nos capítulos seguintes sobre cada TI do Núcleo Nordeste II.

## CURSO “FORMAÇÃO CONTINUADA EM PNGATI”

Esse curso representa um marco importante para as Áreas de Referência do Projeto GATI nos dois núcleos. Com caráter itinerante, foi realizado nos seguintes locais:

- 1º módulo: Petrolândia/PE, na vizinhança das Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras (Área de Referência do Projeto GATI);
- 2º módulo: Baía da Traição/PB, nas proximidades da TI Potiguara (Área de Referência do Projeto GATI);
- 3º módulo: TI Tupiniquim-Guarani, em Aracruz/ES (Área de Referência do Projeto GATI);
- 4º módulo: TI Tupinambá de Olivença, em Ilhéus/BA;
- Seminário de Diálogo Intercultural: Casa de Cultura da aldeia Sumaré I, TI Xakriabá (Área de Referência do Projeto GATI), em São João das Missões/MG.

A iniciativa da formação foi da Fundação Nacional do Índio, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Projeto GATI com parceria da Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) no âmbito do Programa de Formação para Implementação da PNGATI. Os participantes das TIs Áreas de Referência do GATI foram:

- TI Caiçara/Ilha de São Pedro: Karine Santos
- TI Entre Serras de Pankararu: Aparecida Gomes da Silva Pereira
- TI Kiriri: José Paulo de Jesus Santos
- TI Potiguara: Iolanda dos Santos Mendonça, Luiz Pereira dos Santos, Nathan Galdino da Silva
- TI Tupiniquim Guarani: Antonio Carvalho, Jocinaldo Coutinho, Josiane Francisco Felício e Paulo Henrique Vicente de Oliveira
- TI Caramuru Paraguassu: Manuel Messias Souza da Silva
- TI Xakriabá: Célia Nunes Correa

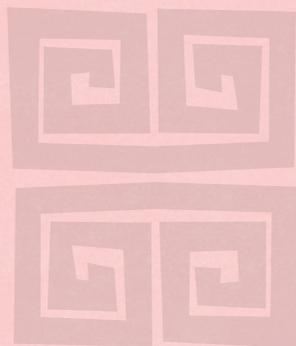
A seguir as ações desenvolvidas pelo Projeto GATI e pelas comunidades indígenas dos Núcleos Nordeste I e II serão detalhadas em capítulos, específicos por cada Terra Indígena.

Cursistas na aldeia Sumaré, TI Xakriabá, com certificado de conclusão do curso Básico de Formação em PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (2015)



TERRA INDÍGENA  
CAIÇARA/

ILHA DE  
SÃO PEDRO



## INTRODUÇÃO

A TI Caiçara/Ilha de São Pedro está localizada no município de Porto da Folha, estado de Sergipe (SE), na divisa com Alagoas. Está regularizada com 4.316 hectares e é constituída pela Ilha de São Pedro e a Caiçara, que é área continental. É habitada tradicionalmente pelo povo Xokó, que soma uma população de 409 pessoas. Trata-se da única Terra Indígena do estado de Sergipe. Os Xokó falam o português.

A história da TI é marcada pela instalação, por volta de 1758, da Missão de São Pedro de Porto da Folha, de monges capuchinhos, onde hoje é o território Xokó. Após o século XVII, os indígenas teriam conseguido a doação dessas terras por meio de Pedro Gomes, um instituidor do morgado de Porto da Folha. Entretanto, o reconhecimento da Ilha de São Pedro aconteceu somente após os movimentos de retomada em 1979. A Caiçara, porém, que também era área reivindicada, só foi reconhecida na década de 90 quando o decreto nº 401/91 de 23 de dezembro de 1991 oficializou a demarcação de dessa área, que somado à Ilha totalizou os 4.316 hectares de toda a TI.

## CONTEXTO

A TI Caiçara/Ilha de São Pedro está totalmente inserida no Bioma Caatinga, região de semiárido, no Baixo Rio São Francisco. O relevo é plano e suave com solo de textura arenosa e de cascalho. A vegetação é típica da caatinga com espécies florestais nativas tais como o juazeiro, braúna, aroeira, catingueira, jurema, umburana de cheiro e outras.



Caminhadas pelo território Xokó durante processo de etnomapeamento

A TI é literalmente uma ilha verde cercada por fazendas e outras pequenas propriedades. Na área da Caiçara há muita caatinga preservada, que segundo os Xokó, foi devido a retomada indígena que permitiu a regeneração da vegetação e manteve viva outras áreas de cobertura florestal. Esta afirmação é demonstrada na análise de imagens de satélite feitas pela equipe da Anaí, onde os mapas de mudanças de vegetação a partir da reocupação dos Xokó, na década de 80, mostram que boa parte das áreas antes desmatadas atualmente se encontram com vegetação recuperada ou em estado de regeneração.



TI Caiçara/Ilha de São Pedro





A hidrografia da região é formada por pequenos riachos que secam durante o período de estiagem e ainda por lagoas marginais que oferecem um grande potencial para a prática da piscicultura. O rio São Francisco banha a TI, formando o limite norte/nordeste. O rio abriga uma grande variedade de peixes, como o piaú, curimatá, traíra, dourado e outros. No entanto, a bacia do rio São Francisco se encontra em situação crítica de degradação ambiental por conta da destruição das matas ciliares como também por conta do barramento do rio para geração de energia elétrica e ainda por instalação de obras de contenção de enchentes.



**Legenda**

- Aldeia
- alterações 1986-2011
  - aberta, caatinga
  - aberta, regenerando
  - caatinga, aberta
  - regenerando, aberta
  - regenerando, caatinga
  - água, aberta
  - água, pioneira
- vegetação na terra indígena + faixa de 1km**
  - aberta
  - caatinga
  - pioneira
  - regenerando
- riachos temporários, rios e lagoas
- terras indígenas
- riachos e cursos temporários
- estrada pavimentada
- estradas de terra
- vegetação e uso**
  - roça e pecuária
  - caatinga
  - caatinga de serras
  - formações pioneiras
  - área urbana
  - represas, lagos e rios
- Vegetação regional**

©ANÁI/APOINME©

fontes:  
 aldeias, localização: GPS+ informações,  
 Vegetação da Terra Indígena +faixa de 1km:  
 interpretação visual sobre imagens de satélite  
 (Landsat 1984, India Resources Sat 2013 e  
 Digital Globe)

Fundo vegetação (probio2002)  
 Topodata quad.8S375 disponível em Inpe  
 (<http://www.webmapit.com.br/inpe/topodata>)  
 Brasil Funai Terras Indígenas (2009)  
 Brasil IBGE base cartográfica oficial (corrigida)  
 Projeção geográfica, Datum SIRGAS 2000





Paisagem do rio São Francisco na TI Caiçara/Ilha de São Pedro (2016)

Grande parte da mata ciliar que margeia o São Francisco encontra-se desmatada, devido à supressão da vegetação para a construção desde balneários a povoados e cidades, além da instalação de plantações e a extração de madeira.

Nos últimos anos pequenos projetos têm trazido técnicas e atividades

produtivas como a apicultura, a agroecologia, educação ambiental, horticultura, piscicultura entre outros. Além disso, os Xokó prestam serviços como trabalhadores rurais e são beneficiados por diversos programas sociais do governo.

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A maioria da população Xokó vive na Ilha de São Pedro, sendo que apenas uma família se encontra na Caiçara. A população é representada pelo cacique, que conduz as tomadas de decisões, discussões políticas e sociais. O pajé conduz os rituais sagrados como o do Ouricuri. Esse ritual quase se perdeu no “tempo dos fazendeiros” devido às repressões e violência praticadas contra os então “caboclos”, mas foi revitalizado e hoje é praticado pelo povo Xokó assim como por outros povos indígenas do Nordeste. Mensalmente, no primeiro fim de semana, os Xokó realizam o Ouricuri, num local proibido aos não índios, dentro da mata na Caiçara. O Ouricuri é considerado o mais importante ritual de fortalecimento da cultura e tradições Xokó. A festa de São Pedro é uma das mais esperadas no ano. Trata-se do padroeiro da ilha, cuja homenagem é um novenário (nove noites de comemoração), que acontece no mês de junho. Outro evento importante é a Festa da Retomada que ocorre entre 01 e 09 do mês de setembro.

Em relação ao associativismo, Caiçara/Ilha de São Pedro possui duas associações de base comunitária muito atuantes. São elas: Associação Indígena do Povo Xokó (Assipox) e a Associação Indígenas das Mulheres Xokó da Ilha de São Pedro (Amix). Por meio de ambas, os indígenas conseguem acessar alguns benefícios de políticas públicas. Há também a Associação dos Jovens Apicultores Indígenas Xokó (Ajai), responsável por desenvolver as atividades de apicultura na TI. E em âmbito regional/nacional, a TI é representada pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime).

## AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO

O GATI iniciou suas atividades na TI Caiçara/Ilha de São Pedro em 2012, com reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto. Nesse período também houve a indicação dos representantes da TI no Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Regional Nordeste I, que foram: Uiran Ricardo dos Santos, como titular, e Karine Santos, como suplente.

Durante a primeira reunião do Conselho, foram apontadas linhas nas quais o Projeto poderia atuar na TI, que foram:

- Resíduos Sólidos – não há destinação e tratamento de lixo na TI, o que gera doenças e poluição do solo e das águas do rio São Francisco;
- Gestão de recursos hídricos voltados para o acesso à água de boa qualidade para o consumo humano;
- Manejo dos recursos ambientais, referente sobretudo a questão da retirada de madeira e caça ilegal da área de mata da Caiçara;
- Proteção territorial para evitar sobretudo os invasores não indígenas;
- Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental com métodos participativos com objetivo de provocar reflexão sobre a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas, PGTA's, mobilização e acordos.

Após a definição dessas linhas, tanto a Funai, representada pela CR Nordeste I, quando o Projeto GATI, representado pela consultora regional Isabel Modercin, estabeleceu agenda de trabalho pactuada junto aos membros Xokó no Conselho Regional. As atividades descritas a seguir, são frutos deste planejamento conjunto entre o GATI, Funai e indígenas.

### SEMINÁRIO DE CARTOGRAFIA E PESQUISA SOCIAL

Realizado pela Fundação Joaquim Nabuco nos dias 14 a 17 de outubro de 2012, teve como objetivo discutir os processos de elaboração de mapas com variados objetivos e metodologias. O evento contou com a participação de dois representantes de cada Área de Referência do GATI no Nordeste I e dentre eles estiveram os conselheiros Xokó Uiran dos Santos e Karine Santos. Estes ficaram particularmente interessados nas oficinas de uso de GPS, georreferenciamento e produção de mapas digitais, porque como foi definido em reunião de Conselho, os Xokó iriam começar o processo de mapeamento da TI Caiçara/Ilha de São Pedro.

## INTERCÂMBIO AGROECOLOGIA PARA O NÚCLEO CENTRO SABIÁ DE TRIUNFO (PE)

O GATI promoveu um intercâmbio de Agroecologia, nos dias 11 a 14 de agosto de 2013, com participação de 10 jovens Xokó, que foram para o sertão do Pajeú, em Triunfo (PE), conhecer experiências de agricultores acompanhados pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). O intercâmbio foi um apoio que o GATI proporcionou ao projeto da Carteira Indígena “Capacitação das Aldeias Indígenas de Alagoas para a Construção de Propostas Agroecológicas – ECOINDÍGENA Xocó” com apoio da ONG Movimento Minha Terra.

### APICULTURA XOKÓ



“O INCENTIVO DO GATI À APICULTURA FOI MUITO POSITIVO, SEM ESSE INCENTIVO OS JOVENS NÃO TERIAM DADO CONTINUIDADE AO TRABALHO E HOJE JÁ FORMARAM ATÉ UMA ASSOCIAÇÃO.”  
Uiran Xokó, conselheiro regional do Projeto GATI

A atividade de apicultura na TI Caiçara/Ilha de São Pedro teve início a partir de uma parceria entre a Funai com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) que promoveu oficinas e doou kits de insumos para os apicultores. A fim de incrementar a atividade, os representantes do Xokó levaram a demanda de apoio e assistência técnica para a reunião do Conselho Regional Deliberativo do GATI. Após anuência do conselho, o Projeto GATI e a Funai, por meio da CR Nordeste I e a Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento (CGEtno), iniciou o apoio à atividade com aquisição de mais insumos para a apicultura e contratação de consultoria técnica especializada.

De abril a outubro de 2014, foram organizadas capacitações em técnicas de apicultura e manejo de colmeias e ainda visitas técnicas de avaliação de área adequada para instalação de apiário. Foram capacitados cerca de 10 indígenas em técnicas de apicultura através de manejo das colmeias. O especialista em apicultura José da Rosa, contratado pelo GATI para realizar a formação e acompanhamento técnico, trabalhou com os apicultores e ainda outros membros

da comunidade, a instalação de caixas melgueiras, a transferência de local de colmeias, a colheita do mel, centrifugação, fracionamento e manuseio. Atualmente o mel é consumido entre as famílias e vendido em feiras locais.

Em 2015 a Ajai incrementou sua produção com a instalação de 200 melgueiras com o apoio da Funai. No futuro, esses apicultores planejam organizar um espaço adequado para realizar o manuseio do mel de acordo com as normas técnicas nacionais para assim comercializar a sua produção para os mercados institucionais de alimentos como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o Pnae(Programa Nacional de Alimentação Escolar).



Apicultores Xokó manuseando colméia (2015)

Uma das colméias do apiário Xokó, resultado da iniciativa de apicultura apoiada pelo GATI e CGEtno/Funai (2015)



## PPP GATI



Viveiro com espécies nativas, fruto do apoio do PPP GATI (2016)

No âmbito do edital do PPP GATI<sup>6</sup>, a Associação de Mulheres Indígenas Xokó (Amix) aprovou o projeto “Plante o verde para colher futuro”, com o objetivo de implantar viveiros de mudas na escola da Ilha a fim de contribuir com a educação ambiental de jovens indígenas.

## DIAGNÓSTICO E ETNOMAPEAMENTO

O Diagnóstico Participativo e Etnomapeamento na TI Caiçara/Ilha de São Pedro foi fruto de uma parceria do Projeto GATI com a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), firmada por meio de uma Carta de Acordo<sup>7</sup> entre a Funai, o Projeto GATI e a Anai. A parceria teve como objetivo apoiar o povo Xokó da TI Caiçara/Ilha de São Pedro na realização de diagnóstico participativo focado no mapeamento territorial tendo em vista a elaboração de um Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA). Essa ação já havia sido indicada na primeira reunião do Conselho Regional Deliberativo do Nordeste I e a parceria com a Anai foi endossada pela Apoinme. A consultora regional do Nordeste I, Isabel Modercin fez todo o acompanhamento das atividades previstas na Carta de Acordo.

<sup>6</sup> O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

<sup>7</sup> Carta de Acordo nº 29936/2014, assinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai).



“FOI UMA EXPERIÊNCIA IMPORTANTÍSSIMA PARA NOSSA COMUNIDADE, FOI UM CHOQUE DE REALIDADE E MUDANÇAS DE HÁBITO TAMBÉM. PORQUE DEPOIS QUE CONCLUÍMOS ESSE TRABALHO COMEÇAMOS A NOS POLICIAR EM RELAÇÃO AO DESMATAMENTO PROVOCADO POR NÃO INDÍGENAS, NOS POLICIAR NO INTUITO DE VIGILÂNCIA DE CUIDAR DO QUE É NOSSO.”

Karine dos Santos Xokó, conselheira do Projeto GATI



✓ Karine dos Santos Xokó apresenta etnomapeamento Xokó durante 4º módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (2015)



As atividades na TI Caiçara/Ilha de São Pedro se iniciaram em junho de 2014, com reuniões de apresentação da proposta de trabalho, da equipe e de construção da agenda de trabalho. Logo depois, na etapa do diagnóstico participativo, aconteceram oficinas de formação com os temas “gestão ambiental e planejamento participativo, mapeamento e audiovisual”. O diagnóstico em formato de processo de formação, permitiu capacitar a comunidade em planejamento participativo, levantamento de dados, mapeamento e uso de GPS. A turma participante foi composta na sua maioria por jovens, entretanto, os anciões também se envolveram ativamente compartilhando seus conhecimentos relacionados à memória, cultura e tradições do povo Xokó. Os passos seguintes foram as atividades de campo que duraram cerca de 15 dias. A equipe da Anaí, pesquisadores indígenas e anciões se organizaram em grupos temáticos para levantar a situação do território por meio de caminhadas, entrevistas e elaboração participativa de mapas. Essa etapa também contou com registro audiovisual, feito pelos jovens que participaram de uma oficina de vídeo, ministrada pelo indígena Alexandre Pankararu. Este vídeo está disponível na internet pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=6kKC55buMN4>.



↳ Durante a caminhada para a realização do etnomapeamento, o cacique Ba mostra os limites da Terra Indígena, para esquerda a comunidade quilombola Mocambo e para direita a TI Caiçara/Ilha de São Pedro (2014)

Em novembro de 2014 foram realizadas oficinas de validação do diagnóstico participativo e dos mapas produzidos. As oficinas, cujo público alvo foi a própria

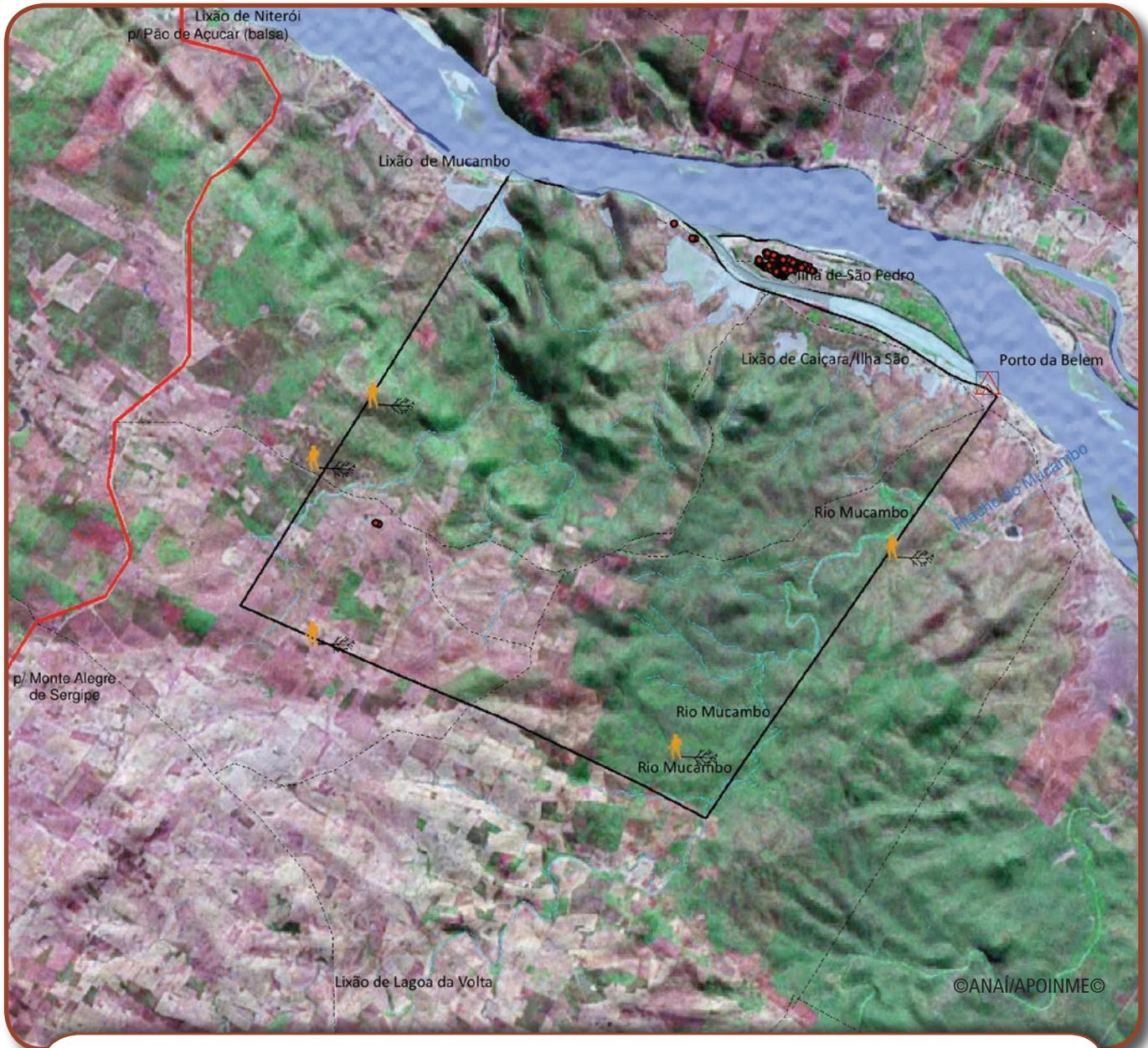
comunidade Xokó, apresentaram todo levantamento realizado nas etapas anteriores e da mesma forma, os mapas territoriais temáticos. Os presentes discutiram e validaram o diagnóstico e o mapeamento. Também foi enfatizado à comunidade a marcante participação dos jovens Xokó, que se apropriaram de um conhecimento que era majoritariamente de adultos. Os jovens também despertaram para questões muito importantes que afetarão o seu futuro e o futuro do território. Ademais, por dominarem as novas tecnologias de comunicação após a oficina de audiovisual, os jovens exerceram um papel fundamental no registro de cada etapa do processo.

Os temas tratados no diagnóstico e etnomapas foram:

- Áreas de entorno e acessos: descrição das principais vias de acesso da TI e seus limites fronteiriços com áreas em que os Xokó mantém relações históricas;
- O histórico das retomadas: relato de um dos principais marcos da história do reconhecimento territorial Xokó, que foram os movimentos de retomada do território tradicional antes nas mãos de fazendeiros;
- As mudanças na paisagem e vegetação: descrição das mudanças nas formas de ocupação e uso do território ao longo da história da TI, falando de como estão essas paisagens hoje e suas classificações de acordo com uso e espécies da fauna e flora;
- Uso de recursos: descrição das atividades econômicas e de subsistência da TI, com destaque para a agricultura e criação de animais, do rio São Francisco e a pressão que este vem sofrendo ao longo dos anos devido a obras de infraestrutura e contaminação das águas por falta de saneamento básico e descarte inadequado de lixo;
- Lugares importantes: os locais no território de relevância histórica e simbólica como as antigas fazendas que são marcos das retomadas e o cemitério caboclo, onde se celebra rituais fúnebres;
- Ameaças e vulnerabilidades: os locais que necessitam de cuidados especiais por estarem causando algum tipo de impacto que afeta o modo de vida Xokó. Apontou-se as áreas onde se pratica ilegalmente a retirada de madeira e a caça predatória, e novamente os impactos ambientais sofridos pelo rio São Francisco e a questão da destinação dos resíduos sólidos (lixo).



✓ Uso de recursos da TI Caiçara/Ilha de São Pedro

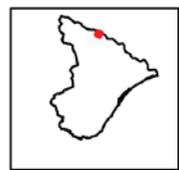


**Legenda**

**áreas vulneráveis**

-  pouso de pescadores
-  retirada madeira e caça
-  habitações
-  riachos temporários
-  estrada pavimentada
-  estradas de terra
-  terra indígena
-  Rio
-  lagoas

fontes:  
aldeias:  
localização: GPS+ informações,  
Fundo: Geocover, mosaico de imagens Landsat 7 (2000)  
Topodata quad.8S375 disponível em Inpe  
(<http://www.webmapit.com.br/inpe/topodata/>)  
Brasil Funai Terras Indígenas (2009)  
Brasil IBGE base cartográfica oficial (corrigida)  
Projeção geográfica, Datum SIRGAS 2000



O Diagnóstico Participativo e Etnomapeamento da TI Caiçara Ilha de São Pedro, juntamente com o Diagnóstico Participativo e Etnomapeamento da TI Entre Serras de Pankararu<sup>8</sup> foram processos importantes e pioneiros de apoio à gestão ambiental e territorial indígena no Bioma Caatinga, capacitando jovens no uso de ferramentas como GPS e imagens de satélite. Juntamente com as gerações mais velhas, os jovens andaram pelo seu território, identificando problemas e oportunidades e discutindo sua gestão. Essas duas terras vem de processos similares de luta e reconhecimento territorial e compartilham os mesmos desafios relativos às questões de crescimento populacional que exerce pressão sob os recursos naturais; da degradação ambiental devido ao uso predatório e não sustentável de recursos naturais; e dos problemas de acesso aos recursos hídricos, tendo o rio São Francisco como fonte de vida, sendo este, porém, ameaçado por pressões das obras de infraestrutura e falta de saneamento básico. Realizar o etnomapeamento permitiu que os Xokó (e Pankararu) enxergassem o

seu território como um todo, identificando problemas, apontando soluções, vislumbrando o futuro, onde as futuras gerações possam ter uma melhor qualidade de vida acesso aos recursos naturais.



Representates Pankararu, Xokó, equipe Anai e Projeto GATI revisam mapas dos etnomapeamentos Pankararu e Xokó (2014)

## SEMINÁRIO PENSANDO GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL NO NORDESTE

O seminário aconteceu entre os dias 07 e 09 de abril de 2015 em Paulo Afonso (BA), e teve como objetivo apresentar os resultados dos processos de diagnóstico e etnomapeamento participativo das TIs Caiçara/Ilha de São Pedro e Entre Serras de Pankararu. O seminário foi uma realização do Projeto GATI, Anai e Funai.

O evento também discutiu com outros povos, os desafios de se construir e implementar planos de gestão ambiental e territorial no Nordeste brasileiro. Assim, além dos

<sup>8</sup> O relato do processo de diagnóstico e etnomapeamento dos Pankararu, realizado também pela Carta de Acordo GATI-Anai, se encontra no capítulo referente à TI Entre Serras de Pankararu.

representantes Xokó e Pankararu, estiveram presentes representantes Potiguara que também relataram o “Etnomapeamento das Terras Potiguaras da Paraíba” e ainda representantes Pataxó, que relataram o processo “Aragwaksã, Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas (BA)”. Ambas experiências foram pioneiras de povos do Nordeste que habitam o litoral no Bioma Mata Atlântica. O Coletivo Jupago Kreka, dos Xukuru de Pesqueira (PE) também apresentou sua experiência de resgate de agricultura tradicional Xukuru, que valoriza os conhecimentos locais e biodiversidade associada ao modo vida. Estiveram presentes também outros indígenas da área de abrangência da Apointme que tiveram projetos aprovados no edital Fundo Clima-Implementação da PNGATI, tais como Tremembé (CE) e Caxixó (MG).

## RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO

Em comparação a algumas outras TIs da Caatinga, onde há situações críticas em relação à disponibilidade de recursos naturais para os habitantes indígenas, seja de terras agricultáveis, água ou matas, a TI Caiçara/Ilha de São Pedro encontra-se em situação um pouco menos crítica. No entanto, a preocupação dos Xokó diz respeito justamente a como cuidar dessa terra e da área de mata de Caatinga que existe nela, já que vivem na ilha. Mas por ser pouco habitado, o território do continente fica exposto à entrada de invasores que entram para caçar e retirar madeira.

Durante o seminário “Pensando Gestão Ambiental e Territorial no Nordeste”, a representante do povo Xokó apresentou e discutiu junto com outros povos, UGP do GATI e colaboradores, quais os indicativos de gestão após a realização do etnomapeamento da TI Caiçara/Ilha de São Pedro. Partindo de questões que foram apontadas durante o processo de etnomapeamento e que necessitam de soluções voltadas especialmente para o controle e monitoramento territorial.

Foram apontadas necessidades de:

- Definição de acordos comunitários;
- Atividades de educação ambiental;
- Instalação de placas e recuperação da cerca em todo o entorno da TI;
- Formação de agentes florestais Xokó;
- Fortalecimento das ações de parceiros como IBAMA, Funai e Polícia Florestal;
- Melhoria da qualidade da água que abastece as casas; e
- Redução da produção de resíduos pelas comunidades.



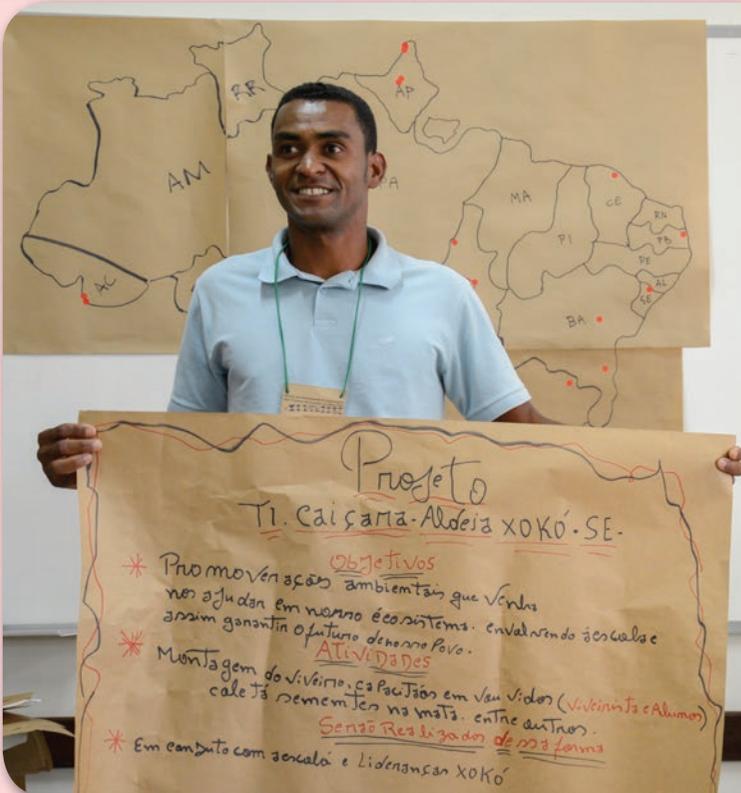
©Acervo Anai

Trabalho em grupo durante primeiro módulo da oficina de gestão ambiental e territorial como parte do processo de etnomapeamento da TI Caiçara/ Ilha de São Pedro (2014)



©Acervo GATI

Apresentação do projeto Xokó apoiado pelo edital PPP GATI/ISPN, durante oficina realizada em Brasília (2015)



©Demian Nery

**Projeto**  
**TI. Caiçara - Aldeia XOKÓ - SE.**

**Objetivos**

- \* Promover ações ambientais que venham nos ajudar em nossos ecossistemas, envolvendo jovens e assim garantir o futuro de nosso povo.

**Atividades**

- \* Montagem do viveiro, as plantações em viveiros (Viverinos e Alunos) e as crianças nos matos, entre outros.

**Sessão Realizada de 2013**

- \* Em conjunto com a escola e Lideranças XOKÓ



Oficina elaboração de projetos GATI na TI Caiçara/Ilha de São Pedro, organizada pela consultora Isabel Modercin (2013)

Primeiro módulo da oficina de gestão ambiental e territorial como parte do processo de etnomapeamento da TI Caiçara/Ilha de São Pedro (2014)

Validação do diagnóstico e construção dos indicadores de gestão

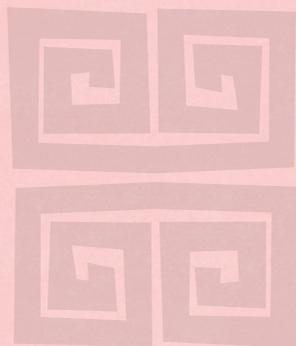


©Acervo Anai



©Acervo Anai

TERRA INDÍGENA  
CÓRREGO  
JOÃO PEREIRA



## INTRODUÇÃO

Os Tremembé atualmente vivem no Ceará e no Maranhão. No Ceará eles podem ser encontrados em quatro Terras Indígenas (TI) distribuídos em três municípios: TI Tremembé de Queimadas, município de Acaraú; TI Córrego João Pereira, em Acaraú e Itarema; TI Tremembé de Almofala, em Itarema, e TI Tremembé de Barra do Mundaú, município de Itapipoca. No Maranhão os Tremembé estão localizados no município de Raposa.

A Terra Indígena Córrego João Pereira localiza-se nos municípios de Itarema e Acaraú, estado do Ceará (CE) com uma área total de 3.162 hectares. Em levantamento feito pelo Projeto GATI, na TI vivem 169 famílias, com população total de 589 pessoas, distribuídas em quatro aldeias: Cajazeiras, São José, Capim Açú (pertencente à gleba 1, município de Itarema) e Telhas (gleba 2, inserida no município de Acaraú).

A história dos Tremembé do Córrego João Pereira se dá a partir da vinda do Pajé João Cosme do aldeamento de Almofala, que “desencantou” a Lagoa dos Negros (ver mapa). Esse local está inserido no projeto de Assentamento (PA) de reforma agrária, e foi local de moradia dos antepassados dos Tremembé que vivem nas TI do Córrego João Pereira e Queimadas. A luta pelo direito às suas terras durou quase um século, tempo em que os Tremembé sofreram com a violência de poderosos latifundiários (entre eles militares, padres e políticos de Acaraú), criadores de gado e comerciantes de castanha de caju que se apossaram da terra e submeteram os índios a um regime de semi escravidão. Hoje a TI Córrego João Pereira é a única regularizada no estado do Ceará, homologada pelo decreto de 5 de maio de 2003.

## CONTEXTO

### TI Córrego João Pereira

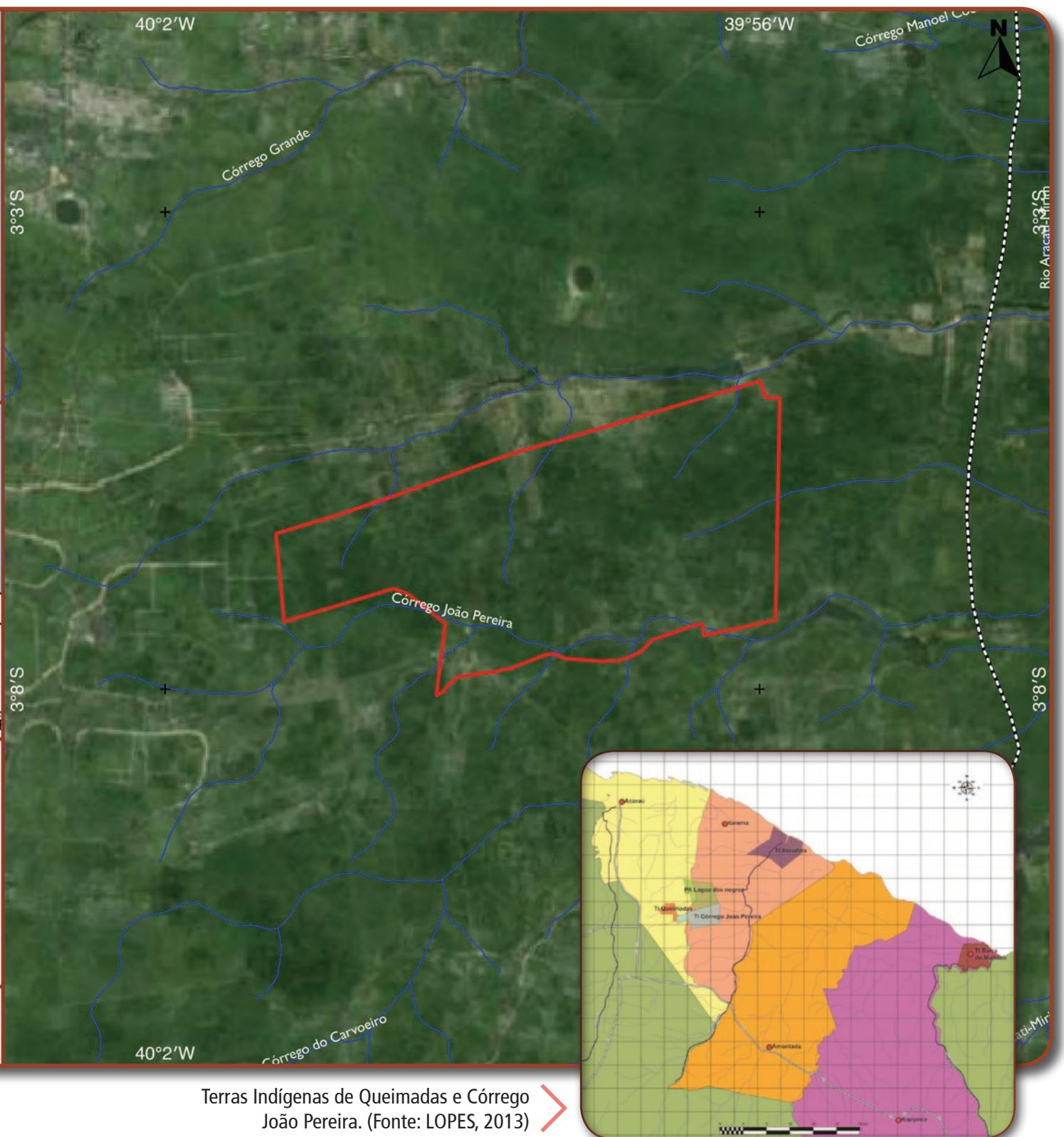
A Terra Indígena Córrego João Pereira está situada no Bioma Caatinga. É cortada pelo córrego que dá nome à terra, o João Pereira, que nasce a sudoeste da área e a oeste é alimentado por um riacho que nasce da lagoa de Santa Rosa. O córrego é intermitente, secando no período da estiagem. No entanto, quando chove muito ao longo do ano, este chega a permanecer úmido por quase 3 anos. No leito do córrego há dois importantes açudes, o São José e o Cajazeiras, usados para agricultura, pesca, e consumo animal, principalmente o gado.

Os Tremembé classificam o seu território em vários ambientes de acordo com aspectos ecológicos, históricos e simbólicos. Existem basicamente seis tipos de paisagens, ou ecossistemas, na TI e são classificadas pelos indígenas da seguinte forma: roçados, capoeiras, cajueirais, vazantes, áreas de reservas e os serrotes. Abaixo ilustração de um etnozoneamento realizado com base no PGTA para ilustrar as áreas da TI.

As vazantes são áreas localizadas às margens dos córregos e açudes, geralmente agricultáveis a partir do momento que reduz o volume dos corpos hídricos. São áreas com grande potencial agrícola, por ser uma área úmida, com solo rico em nutrientes e matéria orgânica. É comum encontrar nas vazantes o murici (*Byrsonima crassifolia*), fruto apreciado, mas que foi retirado para dar lugar para plantio de feijão, milho e batata doce.

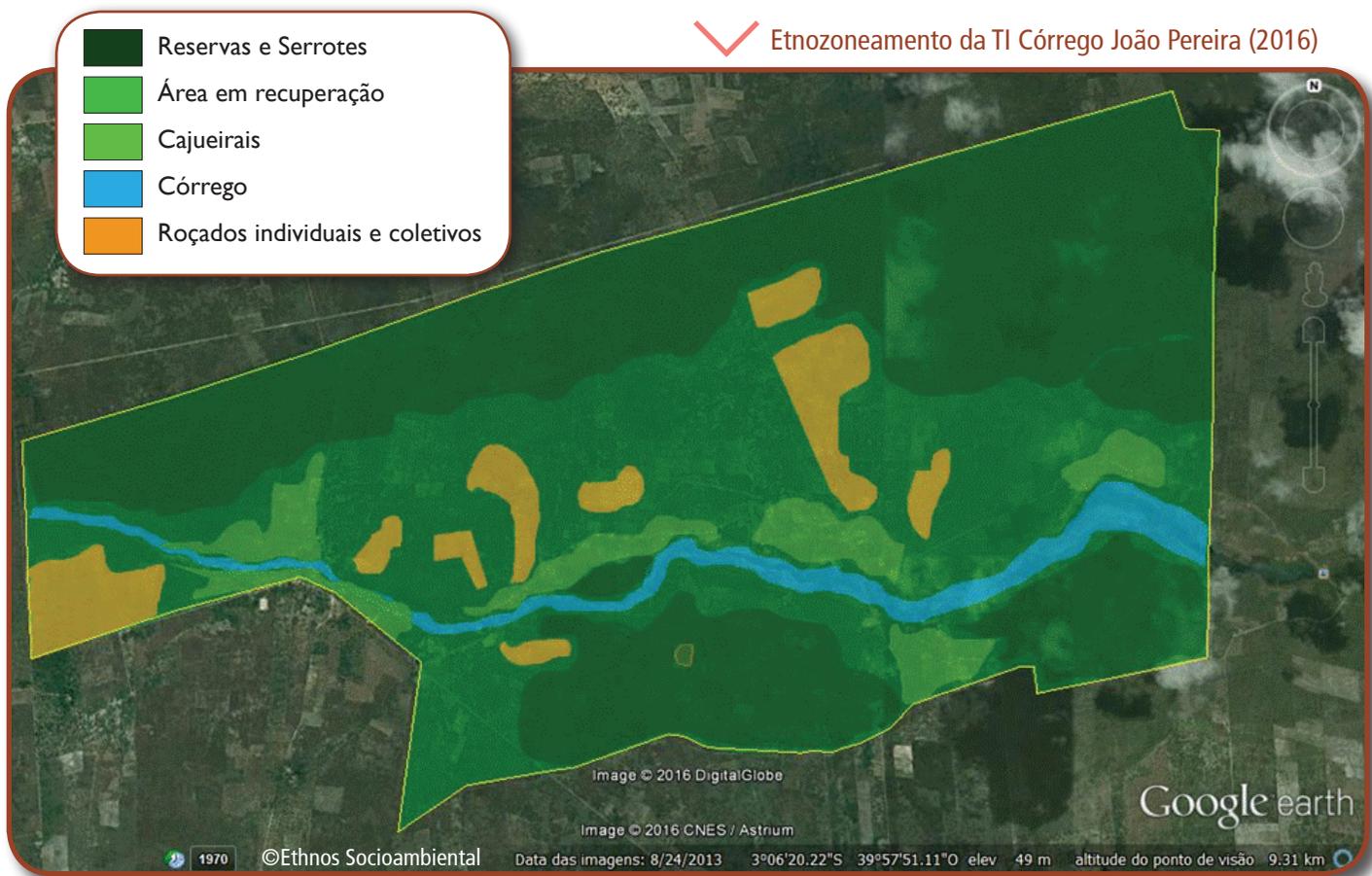
Existem várias áreas de “reservas” na TI Córrego João Pereira, localizadas nas extremidades da TI. Há acordos internos que estabelecem que as reservas não podem ser desmatadas por se tratar de área para abrigo de animais silvestres (caça e extração, no caso do mel de abelhas nativas) e coleta de frutos, cipós, cascas, sementes e raízes usadas na medicina tradicional. As espécies encontradas nas reservas mais citadas pelos Tremembé são: pau-ferro, marfim, bilro ou tucum, murici-pitanga, ubaia, bacumixá, guabiraba e outras espécies.





As fontes de geração de renda existentes na Terra Indígena são oriundas basicamente da agricultura, pecuária, beneficiamento da mandioca, colheita de castanha de caju, prestação de serviços, bem como os programas sociais, a caça e a pesca. Cabe ressaltar que as duas últimas atividades são prioritariamente para consumo.

## Etnozoneamento da TI Córrego João Pereira (2016)



A safra do caju tem importante papel na economia e cultura dos Tremembé, por ocorrer no período de estiagem e ser fonte de alimento para as famílias e animais, é uma atividade que gera trabalho e renda para as famílias. Dele se aproveita tudo: a castanha na alimentação humana; do pendúculo (pseudofruto) se faz a cajuína<sup>9</sup>, o mel, o mocoororó<sup>10</sup>, a carne, a farinha que se utiliza na alimentação animal; a madeira é utilizada como lenha, fonte de energia; a resina serve como remédio e alimento de animais silvestres; as folhas são excelente adubo, e; a casca é medicinal.

Outra fonte de renda especialmente para os mais jovens é o trabalho de “diarista” nas propriedades de fazendeiros e irrigantes da região, próximas à Terra Indígena. Os diaristas trabalham no manejo das áreas (roço, capina, destoca), bem como na colheita das culturas (coco, acerola, melão, banana, castanha de caju), que variam de acordo com o período do ano.

O Programa Bolsa Família contribuiu e ainda contribui de forma significativa na melhoria das condições de vida das famílias (retirada do povo da situação de miséria). Mais de 90% das famílias são beneficiárias do Bolsa Família, constituindo, portanto, um complemento da renda obtida basicamente com a agricultura e a venda da castanha no período de sua safra.

<sup>9</sup> Bebida feita pelos Tremembé a partir do cozimento do suco do caju doce.

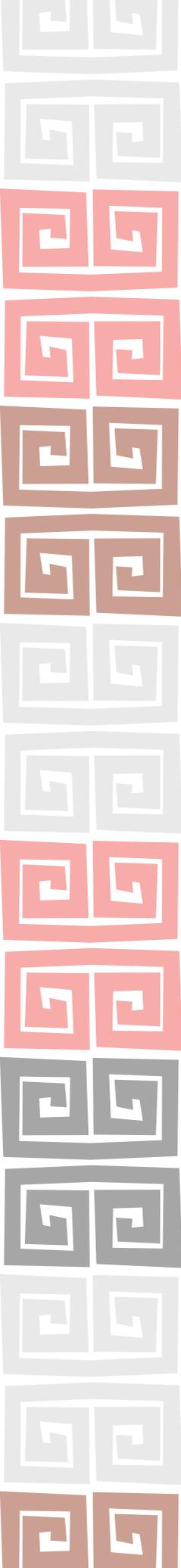
<sup>10</sup> Bebida feita pelos Tremembé a partir da fermentação do suco do caju azedo.

# ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A sociedade Tremembé da TI Córrego João Pereira é marcada por um faccionalismo territorial que remonta ao processo de demarcação. Em relação ao associativismo, a TI Córrego João Pereira possui 3 associações de base comunitária. São elas: Sociedade Indígena Tremembé Córrego João Pereira (SITCOJOP); Associação Indígena Tremembé de São José (ASINTRA) e o Conselho dos Índios Tremembé do Córrego de Telhas (CITCT). Em âmbito nacional a TI é representada pela Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo).

Quintal Tremembé, enriquecido com espécies frutíferas e medicinais (2012) 





# AÇÕES DO GATI NA TI CÓRREGO JOÃO PEREIRA

A atuação do GATI na TI Córrego João Pereira iniciou com as reuniões de esclarecimento e assinatura do termo de compromisso da comunidade para com o Projeto. Durante a primeira reunião do conselho foi elaborado um plano de ação para o núcleo, que indicou ações prioritárias para a TI Córrego João Pereira:

- Irrigação e abastecimento de água para plantação de coco consorciada com sistemas agroflorestais e consumo humano;
- Proteção territorial, pois a terra é constantemente invadida por não indígenas para retirada de madeira e caça; e
- Recuperação de áreas degradadas com plantio de espécies nativas.

A estratégia adotada pelo Projeto GATI para a implementação das ações prioritárias foi a transição de agricultura “tradicional” para uma “agroecologia indígena Tremembé”, que respeite os conhecimentos, práticas e cultura Tremembé.

Para fortalecer os objetivos e alcançar os resultados pretendidos, o Projeto GATI, através da consultora da região, Isabel Modercin, iniciou articulação com instituições com potencial para colaborar com ações do GATI e da comunidade. Essa rede também envolve, além da TI Córrego João Pereira, a vizinha TI Tremembé de Queimadas. Foram parceiros do Projeto GATI: A CTL de Itarema, a Coordenação Regional, com sede em Fortaleza; a Apoinme que acompanhou as etapas de implementação do Projeto GATI na TI; a Ethnos Socioambiental, empresa que realiza trabalho de extensão junto aos Tremembé desde 2009, e o Instituto Federal do Ceará (IFCE).

Na prática, o Projeto GATI foi um ingrediente a mais na formação de uma rede de parcerias entre associações indígenas e atores locais preocupados com a gestão ambiental das Terras Indígenas Tremembé, a geração de renda e a segurança alimentar. Pode-se sintetizar as ações do GATI junto aos Tremembé do Córrego a partir de três linhas de ação: 1. apoio e assessoria na elaboração de projetos, 2. capacitação e treinamento, e 3. apoio financeiro às ações de base agroecológica, por meio de microprojetos.



Participantes da Oficina de elaboração de Projetos GATI - Funai CR Nordeste II, CTL Baía da Traição, CTL Itarema, e ainda representantes Tremembé, Potiguara e assessora GATI (2013)

## APOIO E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Durante o período de 2012 a 2016 o Projeto GATI assessorou a elaboração de projetos de cunho socioambiental. Em parceria com assessores da Ethnos Socioambiental foram escritos quatro projetos pelas organizações indígenas, através de metodologias participativas. Foram realizadas as seguintes ações:

### **Assessoria na reformulação de forma participativa do “Projeto Sustentável Tremembé do Córrego João Pereira” para Carteira Indígena/MMA – Edital GATI**

A proponente do projeto foi a Associação Indígena Tremembé de São José que originalmente previa o estabelecimento de plantios irrigados de coqueiros na aldeia São José. A iniciativa, porém, seguia o mesmo modelo de monocultivo das empresas fabricantes de produtos derivados de coco e de lotes irrigados instalados no entorno da TI, que fazem uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e grande quantidade de água. Por meio do apoio do GATI, o projeto foi reformulado para que fosse menos impactante, menos dependente de insumos externos e mais próximo da realidade Tremembé, com uso e manejo tradicional da terra. Dessa forma, surgiu um novo projeto de agricultura sustentável de base agroecológica.

O projeto foi aprovado na chamada da Carteira Indígena e os representantes da proponente participaram de capacitação em Brasília sobre a gestão da iniciativa. Entretanto, o repasse de recursos do MMA para a associação indígena não se concretizou.

## **Assessoria na elaboração do projeto para chamada do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais - PPP ECOS do Instituto Sociedade Populações e Natureza - ISPN**

Foram feitos dois projetos, tendo sido aprovado o projeto “Caju e Cultura: valorização dos saberes tradicionais Tremembé”, pelo Conselho de Telhas (CITCT), que pretende também ampliar uma experiência em curso relacionada à produção de alimentos para atender a demanda dos programas governamentais (PAA e PNAE) e de nichos específicos de mercado, viabilizando a comercialização de bebidas, doces e polpas a partir do beneficiamento do caju, com ênfase para a cajuína.

## **Assessoria na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA dos Tremembé**

Em parceria com a Ethnos Socioambiental foi elaborado e aprovado o projeto intitulado “Vida e Território: PGTA Tremembé”. O projeto foi elaborado com a premissa que os PGTA (Planos de Gestão *Territorial e Ambiental*) são instrumentos importantíssimos para a efetivação e consolidação de ações que promovam a sustentabilidade ambiental e territorial das comunidades Tremembé das duas Terras Indígenas, do Córrego João Pereira e Queimadas. O projeto teve como instituição proponente o conselho dos Índios Tremembé de Telhas - CITCT. Os principais objetivos foram: articulação e mobilização das comunidades indígenas; capacitação e qualificação dos indígenas a partir da realização de cursos e oficinas formativas sobre PGTA, com finalidade de trabalhar os eixos de ação do projeto e o envolvimento dos grupos de mulheres, homens, jovens e anciãos das comunidades, bem como a participação de órgãos públicos, parceiros, universidades e institutos, e etnomapeamento e etnozoneamento nas TIs do Córrego João Pereira e Queimadas, tendo os indígenas como protagonistas destas ações.

## Assessoria na elaboração do Projeto para a chamada dos Pequenos Projetos - PPP GATI/Funai/ISPN

Os Tremembé elaboraram de forma participativa o projeto “Semear e Cuidar”. O projeto tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade ambiental do território Tremembé do Córrego João Pereira, através da recuperação de áreas degradadas por plantio de frutíferas nativas e manejo florestal sustentável, incluindo espécies nativas; o manejo e extrativismo sustentável; da criação e fortalecimento de sistemas agroflorestais, e da promoção de encontros e feiras de trocas de sementes tradicionais.

Foi construído um viveiro de mudas com capacidade para mais de 50 mil mudas, visando garantir a segurança alimentar das famílias, aumentar a diversidade das áreas produtivas, aproveitar melhor recursos da mata através do manejo sustentável, incorporar espécies da sociobiodiversidade nos sistemas de produção, atrair os jovens para a agricultura e valorizar os conhecimentos dos mais velhos.

O projeto Semear e Cuidar foi proposto pela associação Sociedade Indígena Tremembé do Córrego João Pereiras - SITCOJOP e foi aprovado no valor de R\$ 40 mil.

Indígenas Tremembé apresentam seu projeto apoiado pelo edital PPP GATI durante oficina do GATI em Brasília-DF (2015)



## CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO COM APOIO DO PROJETO GATI

O Projeto GATI apoiou atividades de formação junto aos Tremembé por meio da parceria com outras instituições. Foram realizados cursos de agroecologia, oficinas de elaboração de projetos participativos e curso em Agente de Projetos, junto com IFCE.

### Curso de agroecologia

A formação em agroecologia na TI Córrego João Pereira surgiu da demanda dos seus conselheiros para realizar acompanhamento técnico da implementação do projeto que foi aprovado pela Carteira Indígena em 2013. Como o projeto não foi executado, não houve contratação do técnico conforme planejado. Após dialogar com o Projeto GATI, a associação decidiu então pela formação em agroecologia com vistas na elaboração de novos projetos experimentais agroecológicos. Assim, o técnico em agroecologia Tiago Silva Bezerra foi contratado pelo Projeto GATI para ministrar as oficinas.

O processo formativo foi desenvolvido entre julho e outubro de 2014, na aldeia São José<sup>11</sup>. A proposta metodológica foi baseada na pedagogia da alternância, com a realização de quatro módulos, em que a turma se reunia para as oficinas durante o “tempo escola” e realizava pesquisas entre as oficinas, no “tempo comunidade”. Ao todo, aconteceram quatro oficinas de dois dias cada uma. Um dos módulos consistiu num intercâmbio a um sítio de produção

agroflorestal próximo a TI. Entre as oficinas três grupos realizaram pesquisas sobre diferentes temas: plantas do “serrote”, plantas das roças, plantas dos quintais, construções habitacionais tradicionais, artesanato, comidas “dos antigos”.



Aula prática durante curso de agroecologia da aldeia São José, TI Córrego João Pereira (2014)



<sup>11</sup> A oficina foi registrada pelo realizador indígena Alexandre Pankararu e está disponível no link: <https://vimeo.com/109941535>

As aulas abordaram conceitos e práticas agroecológicas a partir do conhecimento trazido pelos participantes do curso. Esses encontros foram momentos muito ricos de troca de conhecimentos entre gerações, de resgate de sementes crioulas e variedades de mandioca e macaxeira, de valorização de frutos nativos e plantas medicinais desconhecidas por muitos dos mais jovens.

A formação teve duração de 120 horas e contou com a participação de 30 pessoas em média, entre jovens e idosos, homens e mulheres. Os resultados das pesquisas foram apresentados no último módulo da formação em uma feira de exibição de vídeos e fotografias e exposição de sementes, artesanato e culinária tradicional Tremembé. Além da própria comunidade, também estiveram presentes representantes da Coordenação Regional da Funai, o cacique tremembé de Almofala, o pajé e parceiros do povo Tremembé. Durante a feira, os mais velhos se emocionaram ao rever sementes raras e experimentar pratos que há muito tempo não se prepara mais. Os jovens, por sua vez, se admiraram ao conhecer alimentos para eles desconhecidos, uma variedade de pratos feitos com poucos ingredientes à base de milho e caju.



“O CURSO FOI MUITO IMPORTANTE PORQUE APRENDEMOS A MANEJAR E A TRABALHAR COM AS PLANTAS, ESTAMOS APRENENDO A NÃO QUEIMAR E A NÃO “BROCAR”. EU ESPERO QUE DAQUI PRA FRENTE A GENTE POSSA ESTAR PRODUZINDO ALIMENTO DE BOA QUALIDADE SEM AGROTÓXICO, TRABALHANDO COM NOSSO INSETICIDA NATURAL FEITO PELA PRÓPRIA NATUREZA, QUE A GENTE POSSA PRODUZIR E VENDER O EXCEDENTE PRA GENTE PODER SE SUSTENTAR.”

Francisco José Tremembé, durante o curso.

A formação rendeu a elaboração de sete microprojetos que tiveram como objetivo a implantação de Sistemas Agroflorestais em quintais e roçados. Essas iniciativas funcionaram como exercícios práticos do que foi visto e discutido durante as oficinas. No intuito de dar continuidade a essa formação e transição para a prática de técnicas agroecológicas, o conselheiro Tremembé do GATI apresentou na Reunião Ampliada (Recife, maio de 2015) a proposta de elaborar mais microprojetos de agroecologia com acompanhamento através de oficinas semelhante à anterior:



Afonso Rodrigues Tremembé em área de roçado preparado para implantar agrofloresta, resultado de microprojeto na aldeia São José, TI Córrego João Pereira (2014)

©Tiago Bezerra

### Curso para formação de agentes elaboradores de projetos

O Instituto Federal do Ceará (IFCE), por meio de uma parceria com a Funai, ofereceu um Curso em Agentes de Projetos para uma turma de 20 Tremembé da TI Córrego João Pereira. Esta ação foi planejada durante as oficinas de elaboração de projetos e demanda do conselho regional.

## APOIO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE BASE AGROECOLÓGICA, POR MEIO DE MICRO PROJETOS.

Os sete microprojetos elaborados, frutos da formação em agroecologia, foram na área de implantação de agroflorestas para enriquecimento dos quintais, roçados e reflorestamento. Todas as iniciativas foram executadas ao longo de 2015 e tiveram como título “Experiência com práticas agroecológicas no roçado e no quintal”. Os responsáveis pelas iniciativas da aldeia São José foram: Francisco José de Oliveira, Afonso Rodrigues de Araújo, José Rodrigues da Rocha Araújo, Maria Beatriz dos Santos Rocha e Maria Glauciane Oliveira Vasconcelos. Da aldeia Telhas foram: Isabel Elisete do Nascimento Sousa e Raimunda Rosiane do Nascimento Costa.

## RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI CÓRREGO JOÃO PEREIRA

A implementação do Projeto GATI na TI Córrego João Pereira teve o intuito de fortalecer iniciativas indígenas de gestão ambiental e territorial em curso e até mesmo iniciar novas ações, conforme as demandas das comunidades, sempre respeitando a diversidade e conhecimento do povo Tremembé. Essas ações contribuíram para ampliar o debate e a reflexão entre esse povo sobre a gestão ambiental e territorial indígena.



©Alexandre Pankararu

Espera-se que a continuidade dos trabalhos e das iniciativas desenvolvidas pelo Projeto GATI possa gerar resultados duradouros para os Tremembé, estabelecendo as bases para uma gestão da TI que se pauta no princípio da sustentabilidade, levando em conta não só o bem-estar das atuais gerações, como também as gerações futuras. Nisto, é importante pensar de que forma demandas atuais, como a necessidade de exploração de madeira para diversos fins, pode ser suprida a partir dos sistemas agroflorestais ou do manejo da vegetação nativa.

Outro indicativo é a necessidade de apoio contínuo ao “Programa de Educação e Sustentabilidade Tremembé Sustentável”, que se constitui como um conjunto integrado de ações e projetos que visam promover a sustentabilidade econômica, socioambiental e cultural das comunidades Tremembé.

Atualmente os projetos em execução na TI - PGTA Tremembé, “Caju e Cultura” (PPP-ECOS), “Semear e Cuidar” (PPP-GATI) e “Vereda das Águas” (Fundo CASA) - estão sendo realizados como parte de um processo integrado. Todas as ações de formação (oficinas, cursos, encontros, etc.) existentes nestes projetos foram agrupadas, de modo a construir um programa de formação, de modo a favorecer a qualificação e o aperfeiçoamento das lideranças indígenas.



©Alexandre Pankararu

Curso de Agroecologia na TI Tremembé (2014)

Artesanato Tremembé feito com matérias primas locais (2014)



©Alexandre Pankararu



©Isabel Modercin

Conversa entre tremembés e técnicos parceiros sobre possível área de implantação de SAFs - Projeto Carteira Indígena/ MMA (2012)



©Alexandre Pankararu

Sementes crioulas, distribuídas durante curso de agroecologia na TI Córrego João Pereira (2014)



©Alexandre Pankararu

O caju é um dos principais elementos na cultura e culinária Tremembé (2014)

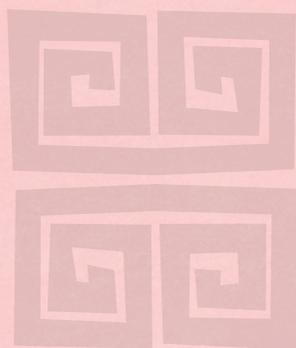


Quintal Tremembé, enriquecido com espécies frutíferas e medicinais (2012)



©Alexandre Pankararu

TERRA INDÍGENA  
ENTRE SERRAS  
DE PANKARARU



## INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Entre Serra de Pankararu está localizada nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, no estado de Pernambuco. É contígua à TI Pankararu e está regularizada com 7.294 hectares. Há na TI um conjunto de 14 aldeias, sendo elas: Vila Nova, Piancó, Salão, Barriguda, Lagoinha, Mundo Novo, Logradouro, Barrocão, Baixa do Lero, Porteirão, Folha Branca, Olho d'Água do Julião, Carrapateira e Gabriel. É habitada tradicionalmente pelo povo Pankararu, cuja população é de aproximadamente 1.500 pessoas, falantes de português.

## CONTEXTO

A TI Entre Serras de Pankararu está inserida no Bioma Caatinga e está dividida, junto com a TI Pankararu, pelo maciço da Borborema que separa o agreste do sertão, cortando o estado de Pernambuco por meio de duas cadeias de montanhas no sentido nordeste-sudeste. A vegetação é típica da caatinga, sendo comum encontrar as espécies umbuzeiro, catingueira, pau d'arco, jurema, aroeira e maçaranduba, entre outras.

O clima da TI é semi-árido, sendo que no período de inverno, entre os meses de maio a agosto, ocorrem algumas poucas chuvas. O rio São Francisco é o principal recurso hídrico, apesar de ficar um pouco distante da área da TI. Existem outros rios menores, porém só aparecem no período de chuvas. A quantidade de nascentes é muito reduzida e a situação de degradação delas em decorrência da supressão vegetal e o encanamento das nascentes é preocupante. Existem poços artesianos que abastecem parte das casas, sendo que alguns deles têm água salobra. Alguns Pankararu pescam no São Francisco, onde as espécies mais comuns são: tucunaré, corvina, traíra, tilápia, cari, crumatá, pirambeba e piaba.

Na TI o solo é considerado bom para a agricultura, com áreas de barro e/ou areia solta. Embora existam muitas áreas preservadas, outra parte se encontra bastante alterada em virtude da necessidade de se trabalhar com a agricultura, pois a agricultura de subsistência é a principal atividade econômica na TI. As famílias cultivam, principalmente, macaxeira, feijão e milho. O pouco que sobra dessa produção é comercializado internamente.





 TI Entre Serras de Pankararu

Nos roçados e quintais é comum encontrar fruteiras como a pinha, goiaba, manga, caju, murici, banana e outras.





Paisagem de serras do território  
Pankararu (2016)

A coleta do umbu e do murici, frutas nativas da Caatinga, é considerada de grande importância para os Pankararu, por conta da resistência que essas espécies apresentam frente aos longos períodos de seca. O umbu também é uma referência simbólica, pois no início da safra é realizado o “Flechamento do Umbu”, um ritual que se estende por cerca de quatro semanas. Este ritual anual é um dos mais importantes do território Pankararu e acontece quando se acha o primeiro umbu caído no chão, que significa o início da safra.

A coleta do croá ou caroá<sup>12</sup>, uma espécie de bromélia da Caatinga, e do cipó, tem uma grande importância entre os Pankararu. Do cipó se retira fibras para fabricação de artesanatos, objetos utilitários como chapéu, vassoura, cesto etc. A fibra do croá é usada para confeccionar os “roupantes” dos Praiá, entidades presentes na maioria das manifestações rituais com influência em várias esferas da vida Pankararu.



“O CROÁ SÓ NASCE NA CAATINGA PRESERVADA, SE NINGUÉM ANDOU POR LÁ OU ALGUM BICHO PISOTEOU, VAI TER MAIS CROÁ. HOJE ELE ESTÁ QUASE EM EXTINÇÃO. PRECISAMOS CONSCIENTIZAR AS PESSOAS NA RETIRADA DO CROÁ, SE TEM 5 FOLHAS, TEM QUE DEIXAR DUAS, QUE DAQUI HÁ DOIS ANOS ELE JÁ VAI ESTAR PRONTO PRA SER RETIRADO NOVAMENTE.”

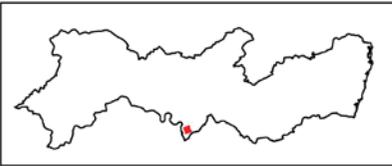
Manoel Maciel, professor

◀ Croá, uma espécie de bromélia da caatinga que é de suma importância para os Pankararu, pois é matéria-prima para confecção das roupas dos Praiás (2014)

As pressões que a TI sofre são basicamente por conta do conflito territorial com os posseiros que ainda ocupam uma boa parte do território Pankararu. A situação piora quando se considera que a parte mais fértil e agricultável e que contém mais recursos naturais está nas mãos desses invasores. Além da escassez de água, essa situação de intrusão prejudica muito a agricultura na TI.

Obras de infraestrutura também impactam o território Pankararu. Uma delas é a linha de transmissão da Usina Hidrelétrica Luiza Gonzaga, que corta a TI facilitando a circulação de estranhos, inclusive caçadores. A obra da transposição do rio São Francisco no Eixo Leste também está impactando a TI. E ainda as torres eólicas instaladas no limite na TI e a torre de celular instalada próxima a aldeia Folha Branca, cuja instalação não contou com consulta à comunidade.

12 *Neoglaziovia variegata*



**Legenda**

- cidade
- ameaça**
- Torres Eólicas
- antena telecomunicações
- corte ilegal de madeira
- lixo
- posseiros
- risco de acidente rodoviário
- linha de transmissão
- Aldeia
- rios e represas
- terras indígenas
- estrada pavimentada
- estrada de terra



**Ameaças e posses não Pankararu na TI Entre Serras de Pankararu**



© ANA/POINME ©

**fontes:**

aldeias e população:  
 localização: GPS+ informações,  
 população SIASI/SESAI 2012  
 Fundo vegetação (probio2002)  
 Topodata quad.9S39 disponível em Inpe  
 (<http://www.webmapit.com.br/inpe/topodata/>)  
 Brasil Funai Terras Indígenas (2009)  
 Brasil IBGE base cartográfica oficial (corrigida)  
 Projeção geográfica, Datum SIRGAS 2000

Responsabilidade Técnica  
 Geóg. Maurice Seiji Tomioka Nilsson  
 CREA 260520109-0



## ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Os habitantes da TI Entre Serras de Pankararu e a TI Pankararu hoje têm uma convivência pacífica, uma vez que buscam soluções de questões conjuntamente, possuem vínculos de parentescos e compartilham das mesmas tradições. O sistema de administração das aldeias é composto por um cacique, um pajé e uma liderança. Há diferenças entre as lideranças, dentre elas há as que são de “raízes” que zelam pelos forquedos, ligadas à religiosidade.

A corrida do umbu, assim como os rituais “menino do rancho”, pagamento de promessa, dança do toré, dança do praiá são alguns dos rituais praticados pela comunidade indígena de Entre Serras. As principais festividades são Festa de São João (novenário), São José e semana indígena – dia do índio. Os índios participam também do novenário de Santo Antônio na Aldeia Brejo dos Padres.

Ritual Pankararu com a  
presença dos Praiás (2016)



O Toré Pankararu é dividido em várias partes: personagens - que são os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; situações rituais - o Toré particular e o Toré público, que podem assumir caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados; e locais - as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros. O Toré é regido por uma música chamada de toante, que é cantado por um cantador ou cantadora, seguido pelo coro ritmado dos dançarinos. A simbologia do Toré para os Pankararu é enorme, pois trata-se de uma expressão identitária do ser Pankararu.

Em relação ao associativismo, os Pankararu possuem as seguintes associações de base comunitária: Associação Indígena Entre Serras/Pankararu; Associação Produtora Rural de Pankararu; Associação Educacional Cultural Pankararu; a Associação dos Profissionais Indígenas de Saúde Pankararu de Pernambuco; Organização Tronco Velho. Os Pankararu de Entre Serras fazem parte de movimentos sociais indígenas como a COPIPE (Comissão dos Professores Indígenas de Pernambuco) e da Apoinme (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo).

## AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI ENTRE SERRAS E PANKARARU

As atividades do Projeto GATI na TI Entre Serras de Pankararu se iniciaram em 2012, com as reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto para as comunidades indígenas. Foi nesse período que também foram escolhidos os representantes da TI no Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Regional Nordeste I, que foram: Marcelo Gomes Monteiro Luz (titular) e Ademar Fernandes Barbosa Jr. (suplente). Na primeira reunião do Conselho, os conselheiros Pankararu elencaram questões prioritárias para sua região. Estas foram:

**Proteção territorial** - Trata-se da necessidade de construir um plano de proteção territorial, em razão da entrada de invasores ilegais como caçadores e madeireiros;

**Água** - A TI enfrenta grande dificuldade em relação ao acesso à água, pois além de não haver cursos d' água perenes, a região passa por longos períodos de seca. E o rio São Francisco está distante da TI e com acesso restrito, pois as propriedades particulares instalaram cercas o que impossibilita a passagem de pessoas até a margem do rio.

**Resíduos Sólidos** - O descarte dos resíduos sólidos é um problema para a TI e há necessidade em se implantar um sistema de coleta e destinação adequada do lixo, junto com ações e programas de educação ambiental;

**Apoio a projetos** – Foi visto que há potencial para diversos projetos que associam a geração de renda à gestão ambiental, tais como: viveiros de mudas, fábrica de beneficiamento de frutas, artesanato, hortas comunitárias e apicultura. Porém, é necessário acompanhamento técnico e infraestrutura de apoio. Existe também a demanda para a construção de casas de farinha nas aldeias Baixa do Lero e Olho d'Água - essa última é uma das mais carentes da Terra Indígena;

**Etnomapeamento e Diagnostico Etnoambiental** - A demanda surgiu a partir da necessidade de se pensar a diminuição do croá no território em virtude do desmatamento e da degradação ambiental. Pensando em ações mais integradas de gestão ambiental, a ideia seria criar estratégias de manejo e conservação não só do croá, mas também do que ainda resta de recursos naturais da TI e ao mesmo tempo discutir coletivamente que tipo de uso se tem feito desses recursos, provocando as comunidades a pensar o futuro e o que pretendem para o território.

**Agroecologia e recuperação de áreas degradadas** - As iniciativas de agroecologia na TI são incipientes, mas há uma forte demanda por recuperação de áreas degradadas. Sobretudo na caatinga, as ações seriam com as técnicas de policultivo, criando barreiras naturais para o vento, cobertura do solo e adubação orgânica que são importantes para proteger o solo e minimizar os efeitos da seca.

**Cadeia produtiva de fruta** - A TI Entre Serras identificou o potencial para trabalhar uma cadeia de beneficiamento de frutas, para comercialização. Conseguiram recursos para uma fábrica de beneficiamento de fruta, entretanto, necessitavam de assistência técnica e acompanhamento.

Assim, a partir dessas questões, o Projeto GATI buscou traçar suas linhas de atuação, a partir das atividades descritas a seguir:

## PARTICIPAÇÃO DOS PANKARARU NA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ETNOMAPEAMENTO DAS TERRAS POTIGUARA

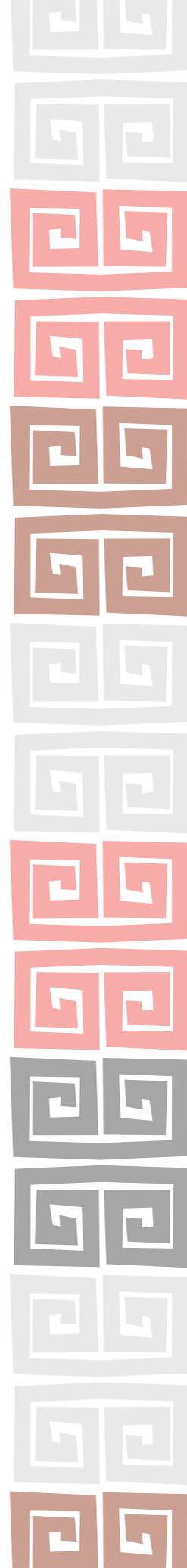
A participação dos Pankararu na apresentação dos resultados do etnomapeamento das Terras Potiguara foi uma demanda dos Pankararu que manifestaram o interesse em conhecer os resultados do Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento Potiguara. A principal demanda dos indígenas foi a de conhecer as metodologias de etnomapeamento e formas de uso desse material pelas comunidades. Assim, assistiram a apresentação nos dias 15 a 17 de maio de 2013, na Baía da Traição, na TI Potiguara (PB), onde os envolvidos no processo relataram as oficinas, as discussões, as caminhadas pelo território, a construção e uso dos

etnomapas. A iniciativa foi fruto do projeto de cooperação técnica entre a Funai e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, com trabalhos de campo realizados no período de agosto de 2010 a agosto de 2011. Depois da apresentação, os Pankararu relataram que estavam mais motivados em iniciar um processo semelhante na TI Entre Serras de Pankararu.

## APOIO AO PROJETO DE BENEFICIAMENTO DE FRUTAS DAS MULHERES PANKARARU

O projeto “Beneficiando o umbu e outras frutas nativas da aldeia” foi elaborado pelo grupo de mulheres da Associação Indígena Entre Serras de Pankararu em 2010 e foi aprovado no edital da Carteira Indígena<sup>13</sup> para mulheres indígenas. O projeto visou a implantação de uma mini fábrica de beneficiamento de frutas para produção de polpas congeladas. Como forma de apoiar esta iniciativa, o Projeto GATI apoiou a participação de representantes da TI para um intercâmbio em Carolina (MA), onde conheceram a fábrica de beneficiamento de frutas, a “Fruta Sã”, cujo relato estará no próximo item. Para dar continuidade ao apoio, a consultora do GATI ajudou o grupo a elaborar uma proposta de projeto para incrementar a fábrica de beneficiamento, que foi submetido e aprovado em 2013, no edital PPP Ecos - Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). O projeto intitulado “Frutificando a Caatinga” teve com o objetivo integrar e fortalecer ações e iniciativas voltadas para valorização do trabalho desenvolvido por inúmeras famílias indígenas de produção e coleta de frutas na TI.

<sup>13</sup> A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena - foi uma ação de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, através da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, através da sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com o objetivo contribuir para a gestão ambiental das Terras Indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, em todo o território nacional. Em 2010 houve uma chamada específica para mulheres indígenas.





## INTERCÂMBIO PARA CONHECER A EXPERIÊNCIA INDÍGENA “FRUTA SÃ”

Realizado em 06 a 12 de julho de 2013, o intercâmbio teve como objetivo possibilitar a troca de experiências entre representantes dos povos Pankararu, Kiriri e Potiguara, com indígenas envolvidos na fábrica de beneficiamento de frutas, a “Fruta Sã”, localizada em Carolina (MA). O intercâmbio foi proposto pelo Conselho Regional, especificamente para esses três povos, pois os mesmos tinham interesse em desenvolver iniciativas com polpas de frutas nas suas regiões. Os participantes do intercâmbio da TI Entre Serras foram: Ubirajara Fernandes Barbosa e Ademar Fernandes Barbosa Junior. Em Carolina, o grupo fez visita guiada à estrutura da fábrica e conheceu como é o processo de beneficiamento e congelamento das frutas. Também estiveram nas comunidades onde se produz e se coleta frutas do Cerrado que abastecem a fábrica, sendo uma não indígena próxima a Carolina e outra indígena, a aldeia São José na TI Apinajé (Tocantinópolis, TO). O grupo visitou ainda a sede da associação indígena Wyty Cate dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins.



Os Pankararu, Potiguara e Kiriri ouvem explicações sobre como a Fruta Sã embala suas polpas de frutas (2013)

## AÇÕES DE AGROECOLOGIA

### AÇÕES DE AGROECOLOGIA VIA CARTA DE ACORDO GATI E CENTRO SABIÁ

O objetivo principal da parceria firmada entre o Projeto GATI e o Centro Sabiá (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá), via Carta de Acordo<sup>14</sup> foi iniciar processos de sensibilização sobre sistemas agroflorestais, apoiar a implantação de SAFs na TI Entre Serras de Pankararu e ainda promover a formação de jovens indígenas em agroecologia para que estes possam contribuir com iniciativas agroecológicas nas suas regiões.

Após planejamento conjunto com os Pankararu, CR Baixo São Francisco, consultora do Projeto GATI e técnicos do Sabiá, as ações na TI Entre Serras iniciaram com uma oficina de agrofloresta que aconteceu 05 a 06 de junho de 2014, na aldeia Olho d'Água. O evento também contou com participação dos povos Atikum, Xukuru-Kariri e Pankararé. Durante a oficina, foi implantado uma área de agrofloresta experimental no quintal de João Serafim, o "Seu Danda", de 4,5m x 16,5m (74,25m<sup>2</sup>). As ações pós oficina foram de acompanhamento e monitoramento do SAF com práticas agroecológicas, coleta de sementes, planejamento de viveiro, plantios de mudas e de sementes crioulas. Entre as famílias cujas experiências foram assistidas pelo Sabiá na aldeia Olho d'Água, o sistema agroflorestal de Seu Danda foi o único que se desenvolveu e ao fim do projeto contava com mais de 30 variedades de plantas entre espécies florestais, frutíferas e agrícolas. Em abril de 2015, na última visita dos técnicos à família de Seu Danda, a pequena agrofloresta inicial, de 75,25m<sup>2</sup>, se ampliou para uma área de aproximadamente 500m<sup>2</sup>.

Técnico do Centro Sabiá em visita ao SAF do Sr. Danda, com mais de 30 variedades de plantas com espécies florestais, frutíferas e agrícolas (2015) ✓



<sup>14</sup> Carta de Acordo n° 2993/2014, entre o Projeto GATI, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Programa das Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá).

## INTERCÂMBIO PARA O SERTÃO DO PAJEÚ

Os Pankararu integraram um grupo de 26 pessoas que realizaram um intercâmbio nos dias 17 e 19 de julho de 2014 para o Sertão do Pajeú, município de Triunfo (PE), onde o Centro Sabiá acompanha famílias de agricultores agroecológicos. O grupo visitou uma área de SAF do agricultor Alexandre, que mantém sua área com grande variedade de plantas e que tem como sistema de captação de água, uma barragem subterrânea e uma cisterna “calçadão”. Estiveram também com o Sr. Miltinho, que trabalha com beneficiamento de polpas de frutas congeladas e comercializa sua produção numa feira de agroecologia em Serra Talhada (PE). Visitaram outra iniciativa de beneficiamento de frutas e puderam comparar em outro local, um SAF de 17 anos e outro de apenas 1 ano. Para finalizar, estiveram numa feira agroecológica em Triunfo apoiada pelo Centro Sabiá. Participaram os jovens Tito, Adriano e Clézio.

## CURSO DE FORMAÇÃO DE JOVENS MULTIPLICADORES INDÍGENAS DE AGROECOLOGIA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Os jovens Pankararu estiveram no terceiro módulo do curso de formação que aconteceu na aldeia Tramitaia na TI Potiguara (PB), nos dias 31 de outubro a 02 de novembro de 2014. Nessa formação, os jovens Pankararu assistiram a apresentação dos trabalhos de intermódulo dos outros indígenas e ainda o relato dos Potiguara sobre sua história de luta e principais desafios. Os jovens assistiram ainda o documentário “À sombra do delírio verde” sobre a situação dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. E visitaram uma área de preservação permanente conhecida como Ilha das Moças, na aldeia Tramataia, guiados pelo gestor e professores da escola Cacique Ingaruçu. Finalizaram a formação com uma prática de reflorestamento.



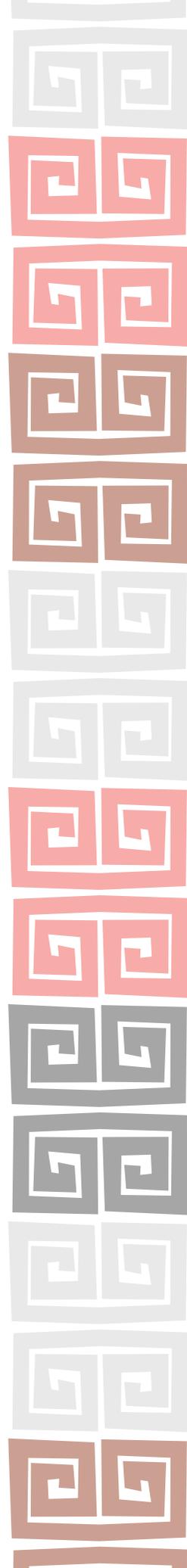
## OFICINAS DE AGROECOLOGIA NA ALDEIA CARRAPATEIRA

Na aldeia Carrapateira a comunidade escolar, com apoio de técnico em agroecologia Tiago Bezerra contratado como colaborador pelo Projeto GATI, transformou o pátio da escola numa grande horta/pomar com irrigação feita pelas águas cinzas da cozinha da escola. Professores e demais funcionários da Escola Princesa Isabel construíram um filtro biológico para tratar a água que sai da cozinha e antes era descartada fora dos muros da escola. Uma vez tratada a água segue para um canteiro de bananeiras, mamoeiro, pé de acerola e outras fruteiras. Enquanto as árvores cresciam foram cultivadas hortaliças, pimentão e outros legumes. A horta/pomar é mantida pelo professor Manoel Maciel que realiza atividades diárias com seus alunos na área verde da escola de plantio, colheita e manutenção. Após a oficina, a área já foi ampliada pelos professores que pensam em expandir a área verde para o entorno da escola também. O sucesso da iniciativa tem sido exemplo para outras escolas da Terra Indígena que desejam repetir a experiência.

## MICROPROJETOS

- Microprojeto “Reativando a produção de mandioca e seus derivados do povo Entre Serras Pankararu”, responsável Ubirajara Fernandes Barbosa, aldeia Alagoinha, ano 2013;
- Microprojeto “Trazendo para as escolas indígenas o conhecimento das plantas medicinais e suas curas”, responsável Marcelo Gomes Monteiro Luz, aldeia Logradouro, ano 2013;
- Microprojeto “Caruá, A força de um povo”, aldeia Mundo Novo, ano 2013;
- Microprojeto “Filme Terra Nua”, responsável Alexandre dos Santos, aldeia Lagoinha.

< Intercâmbio para o Sertão do Pajeú, promovido pelo Centro Sabiá e Projeto GATI. Indígenas visitam o SAF de Dona do Carmo e Sr. Milton na comunidade Carro Quebrado, Triunfo-PE (2014)



## ETNOMAPEAMENTO DA TI ENTRE SERRAS DE PANKARARU VIA CARTA DE ACORDO COM ANAÍ

O Diagnóstico Participativo e Etnomapeamento na TI Entre Serras de Pankararu foi fruto de uma parceria do Projeto GATI com a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anaí), firmada por meio de uma Carta de Acordo<sup>15</sup> entre a Funai, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Anaí. A parceria teve como objetivo apoiar o povo Pankararu da TI Entre Serras de Pankararu na realização de diagnóstico participativo focado no mapeamento territorial para a elaboração de Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA). Essa ação já havia sido indicada na primeira reunião do Conselho Regional Deliberativo do Nordeste I. A parceria com a Anaí foi endossada pela Apoinme e Comitê Diretor do GATI. A consultora regional do Nordeste I, Isabel Modercin fez todo o acompanhamento das atividades previstas na Carta de Acordo.

As etapas de apresentação da proposta, de diagnóstico e do mapeamento aconteceram entre junho e setembro de 2014. No início das atividades foi feito um planejamento conjunto entre os Pankararu, equipe da Anaí, CR Funai Baixo São Francisco e consultora do GATI. No total foram 26 dias de trabalho de campo com oficinas de mapeamento, que contou com a presença de lideranças, agentes de saúde, anciões, professores e demais moradores. As oficinas envolveram inclusive os indígenas da vizinha TI Pankararu. Nessas ocasiões, os participantes esboçaram os etnomapas, seguido de caminhadas pela TI, percorrendo todas as aldeias e registrando informações sobre o território, como as paisagens, morros, serras, nascentes e outros lugares importantes.



Equipe Anaí e conhecedores Pankararu, em trabalho de campo durante processo de elaboração do etnomapeamento (2014)

“ESSE TRABALHO DE ETNOMAPEAMENTO É IMPORTANTE PARA TERMOS UMA VISÃO GERAL DO NOSSO TERRITÓRIO. UM EXEMPLO DE COMO PODEMOS USAR É NEGOCIAR COM OS GOVERNOS, COM A FUNAI, AGORA PODEMOS MOSTRAR NOSSAS DEMANDAS.”

Marcelo Monteiro, cacique de Entre Serras.

<sup>15</sup> Carta de Acordo nº 29936/2014, assinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e Associação Nacional de Ação Indigenista (Anaí).



Atividade de etnomapeamento no território Pankararu (2014)

O exercício de mapeamento, especialmente das áreas de mata, roças, áreas de coleta e caça, levantou questões diretamente relacionadas ao modo de vida das comunidades e as transformações internas e externas que afetam as novas gerações. Os participantes analisaram imagens de satélite da área da década de 80 e imagens atuais. Comparando as mudanças no uso do solo, debateram a relação inseparável da natureza com o homem e novos desafios a serem enfrentados, a exemplo de “como sobreviver do território e mantê-lo preservado?”, “como gerar renda para os jovens sem que eles tenham que deixar o território?”. O indígena Pankararu, Alexandre dos Santos fez o registro audiovisual que contou inclusive com entrevistas dos envolvidos, cujo vídeo está disponível na internet<sup>16</sup>.

16 <https://www.youtube.com/watch?v=QMOWIOpjMIk>

Os temas levantados como resultado do primeiro ciclo foram:

- **Situação fundiária:** Uso dos rios São Francisco e Moxotó e o cercamento do livre acesso às duas margens; presença de posseiros nas TIs; empreendimentos tais como as linhas de transmissão, parque eólico, antena de celular e barragens das usinas hidrelétricas;
- **Vida cotidiana e aspectos ambientais:** Esgotamento do solo pelos posseiros nas áreas que foram indenizadas; questões de renda, como aposentadoria, bolsa família e etc; áreas de Caatinga devastadas, especialmente as áreas do croá e de outras espécies de uso ritual que estão cada vez mais difíceis de se encontrar; lixo, coleta e destino correto;
- **Água:** Acesso às fontes de água, abastecimento; sistemas de distribuição; dependência de carros pipa e cisternas; secas e estiagens.

A última etapa do trabalho de campo se deu entre os dias 21 a 26 de novembro de 2014, com oficinas de validação dos mapas produzidos e os dados do diagnóstico. Houve uma ativa participação da comunidade escolar, onde os professores envolvidos sinalizaram como utilizariam o etnomapeamento em sala de aula. As principais lideranças da TI, que estiveram envolvidas desde o início, também participaram da validação dos resultados. Ao final de todo processo, foram produzidos mapas temáticos que abarcaram os temas:

- **Terras Indígenas no contexto regional:** apresenta as TIs com os limites municipais e estaduais, aponta aldeias, as vilas e cidades;
- **População por aldeia e divisão municipal:** neste mapa é possível visualizar quais são as aldeias mais populosas e ainda seus limites com os municípios de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia;
- **Distribuição das residências nas TIs:** tem como foco a forma de distribuição das casas nas aldeias das TIs;
- **Rodoviário - distâncias:** mostra as estradas pavimentadas, de terra, e as distâncias entre as aldeias;
- **Vegetação nas TIs:** descreve os tipos de vegetação, paisagens e seus usos, tais como a caatinga de altitude, formações pioneiras, roças e áreas de pecuária;
- **Mudança na vegetação 1986 a 2013:** mostra as ocorrências de caatinga mais aberta a partir de 1986;
- **Ecorreferência Pankararu, recursos da terra segundo os habitantes:** aponta as áreas de ocorrências de espécies de frutas nativas importantes para as atividades de extrativismo nas TIs;
- **Formações de vegetação nas Terras Indígenas e ocorrências de croá:** mostra os tipos de formação de caatinga (encosta, serra, rupestre, ciliares) e onde há ocorrência de croá;

- **Ameaças e posses não Pankararu:** aponta os locais de onde foram instaladas infraestruturas que impactam a TI, tais como torres eólicas, antenas de telecomunicação, lixo, áreas de posseiros, linhas de transmissão e outros;
- **Ameaças ambientais de escala regional às Terras Indígenas:** aponta locais, áreas e infraestruturas que ameaçam as TIs em grande escala, tais como usina hidrelétrica, áreas que usam agrotóxicos, mas que acaba afetando o interior das TIs; cercas que impedem os Pankararu terem acesso ao rio São Francisco e outros.

O Diagnóstico Participativo e Etnomapeamento da TI Entre Serras de Pankararu, juntamente com o da TI Caiçara/Ilha de São Pedro<sup>17</sup>, foram pioneiros no Bioma Caatinga. Essas duas terras vem de processos similares de luta e reconhecimento territorial e compartilham os mesmos desafios relativos às questões de crescimento populacional que exerce pressão sob os recursos naturais; degradação ambiental por longos períodos de uso predatório e não sustentável de recursos naturais; acesso aos recursos hídricos e pressões por obras de infraestrutura que impactam a TI. Dessa forma, o etnomapeamento permitiu que Pankararu enxergassem o seu território como um todo, identificando problemas, apontando soluções, vislumbrando o futuro, onde as futuras gerações possam ter uma melhor qualidade de vida e acesso aos recursos naturais.

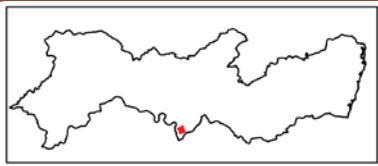
“O ETNOMAPEAMENTO TEM A VER COM A GESTÃO AMBIENTAL MESMO, CONHECER NOSSOS LIMITES, CONHECER NOSSAS POTENCIALIDADES, E AS VEZES NOSSAS FRAQUEZAS NOSSOS PERCALÇOS, TUDO ISSO PARA PODER FAZER MELHOR ESSA GESTÃO NO NOSSO TERRITÓRIO E DO MEIO AMBIENTE.”

Cristiane Julião

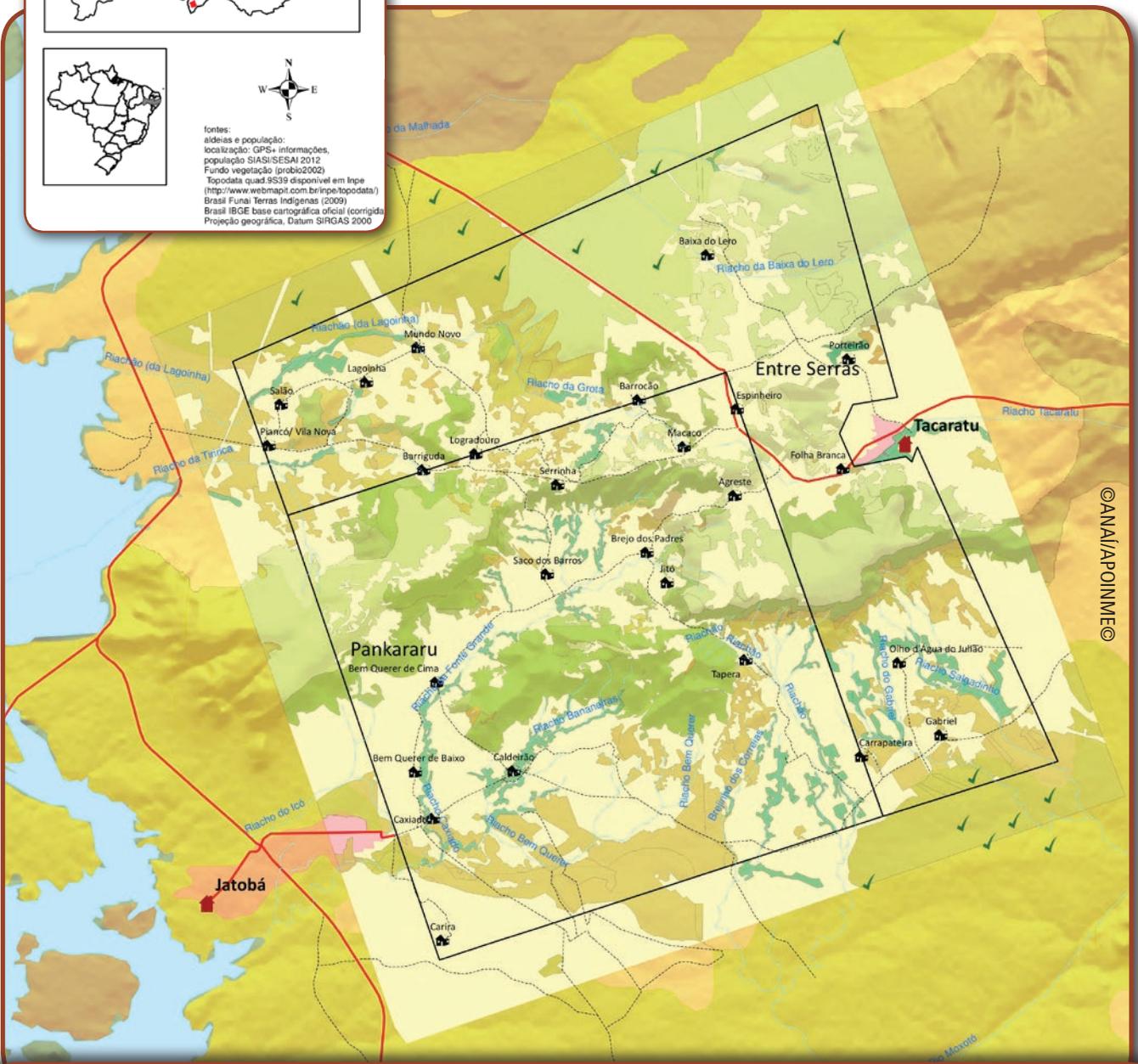
<sup>17</sup> O relato do processo de diagnóstico e etnomapeamento da TI Caiçara/Ilha de São Pedro (SE), do povo Xokó, realizado também pela Carta de Acordo GATI-Anai, se encontra no capítulo referente à esta TI.



Formações de vegetação nas Terras Indígenas e ocorrência de croá ✓



fontes:  
aldeias e população:  
localização: GPS+ informações,  
população: SIA/S/SESAI 2012  
Fundo vegetação: (proba2002)  
Topodata quad.9S39 disponível em Inpe  
(http://www.webmapit.com.br/inpe/topodata/)  
Brasil: Funai Terras Indígenas (2009)  
Brasil: IBGE base cartográfica oficial (corrigida)  
Projeção geográfica, Datum SIRGAS 2000

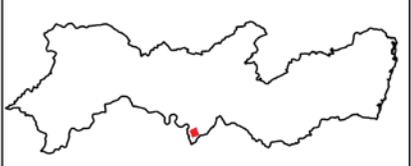


© ANA/IAPOINMEIO

**Legenda**

- croá
- cidade
- riachos temporários
- terras indígenas
- Aldeia
- caatinga, sedimentar
- uso do solo**
- roça, pecuária e áreas abertas
- área urbana
- riachos temporários

- estrada pavimentada
- estrada de terra
- represas
- formações de caatinga**
- caatinga,
- caatinga, ciliar
- caatinga, encosta
- caatinga, serra
- caatinga, rupestre
- vegetação e uso**
- vegetação regional**
- roças e pecuária
- caatinga de altitude
- formações pioneiras
- área urbana
- caatinga
- represas rios e lagos



**Legenda**

- cidade
- terras indígenas
- Aldeia
- estrada pavimentada
- outras estradas
- riachos e cursos temporários

**vegetação**

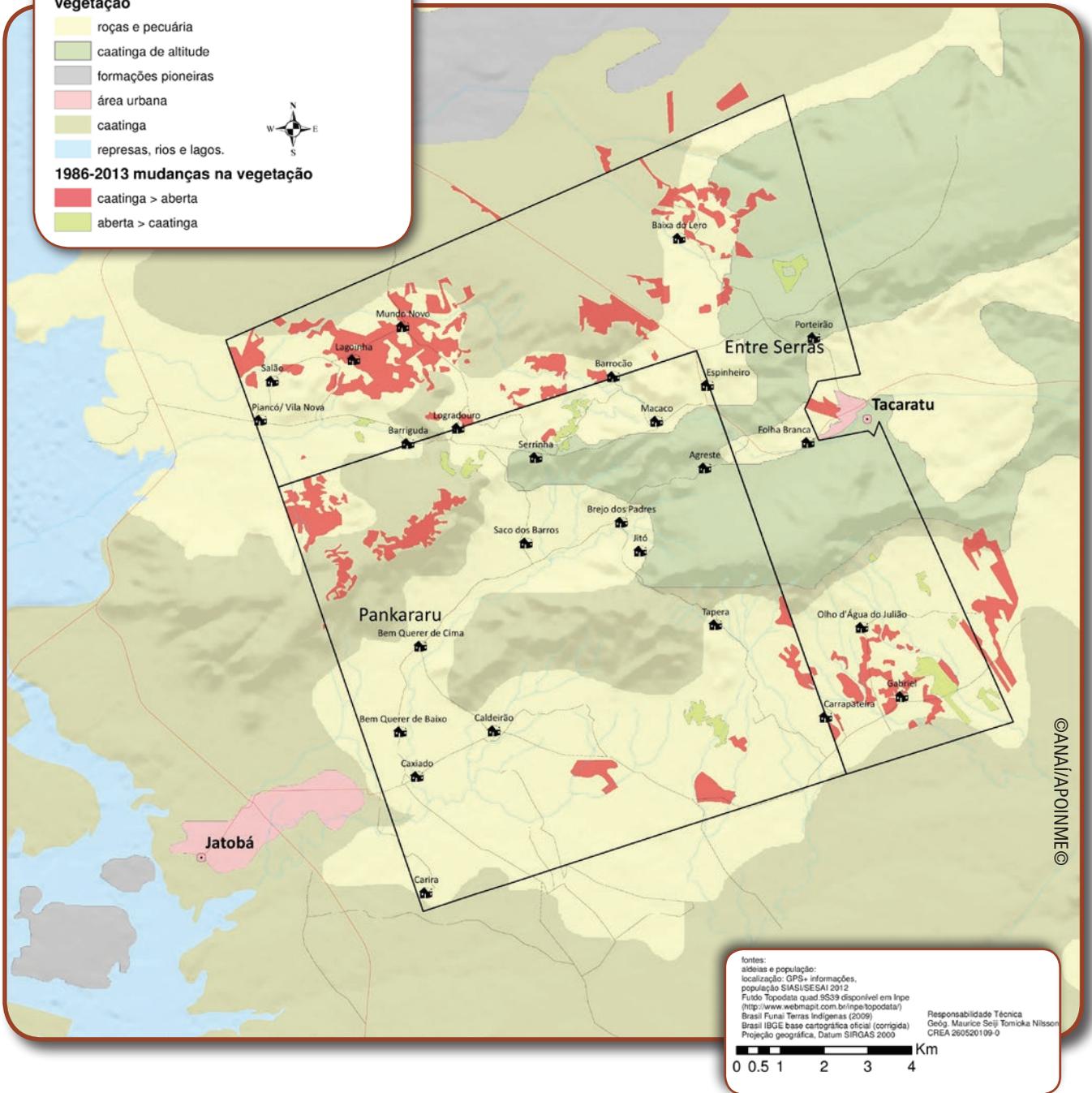
- roças e pecuária
- caatinga de altitude
- formações pioneiras
- área urbana
- caatinga
- represas, rios e lagos.

**1986-2013 mudanças na vegetação**

- caatinga > aberta
- aberta > caatinga



Mudanças na vegetação 1986-2013



## SEMINÁRIO PENSANDO GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL NO NORDESTE

O seminário aconteceu entre os dias 07 e 09 de abril de 2015 em Paulo Afonso (BA), e teve como objetivo apresentar os resultados dos processos de diagnóstico e etnomapeamento participativo das TIs Caiçara/Ilha de São Pedro e Entre Serras de Pankararu. O seminário foi uma realização do Projeto GATI, Anaí e Funai.

O evento também discutiu com outros povos, os desafios de se construir e implementar Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) no Nordeste brasileiro. Assim, além dos representantes Xokó e Pankararu, estiveram presentes representantes Potiguaras que também relataram o seu etnomapeamento “Etnomapeamento das Terras Potiguaras da Paraíba” e ainda representantes Pataxó, que relataram o processo “Aragwaksã, Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas (BA)”. Ambas experiências foram pioneiras de povos do Nordeste que habitam o litoral, no Bioma Mata Atlântica. O Coletivo Jupago Kreka, dos Xukuru de Pesqueira (PE) também apresentou sua experiência de resgate de agricultura tradicional Xukuru, que valoriza os conhecimentos locais e biodiversidade associada ao modo vida. Estiveram presentes também outros indígenas da área de abrangência da Apoinme que tiveram projetos aprovados no edital Fundo Clima-Implementação da PNGATI, tais como Tremembé (CE) e Caxixó (MG).

## RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TERRA INDÍGENA ENTRE SERRAS DE PANKARARU

As ações do Projeto GATI contribuíram para colocar em pauta o debate sobre a gestão ambiental/territorial de uma maneira mais ampla na comunidade. O povo Pankararu participou ativamente da construção do Projeto GATI e da PNGATI através dos seus representantes no Movimento Indígena, lutando para direcionar os olhares do poder público para a questão ambiental nas Terras Indígenas fora da Amazônia, em especial na Caatinga. Através dos intercâmbios, formações em agroecologia e PNGATI e oficinas de elaboração de projetos, além da experiência em etnomapeamento, lideranças, associações e escolas se fortaleceram e concretizaram experiências em gestão ambiental. Redes de parcerias se fortaleceram e novos financiamentos foram possíveis com a experiência acumulada ao longo do Projeto. Os Pankararu hoje tem amadurecida a proposta de criar uma reserva de manejo do croá e outras áreas onde consigam preservar uma amostra significativa de áreas naturais de Caatinga.

Os principais desafios a serem enfrentados pelo povo Pankararu hoje estão relacionados à regularização fundiária, à gestão dos recursos hídricos e das matas, impactos relacionados às cidades vizinhas ao território, empreendimentos que afetam as Terras Indígenas e desafios ligados à produção para a subsistência. Entre as questões relacionadas à regularização fundiária tem-se a escassez de áreas agriculturáveis em decorrência da ocupação do território por posseiros e a privatização das margens do rio São Francisco. A gestão dos recursos hídricos envolve acordo comunitário para não encanar as nascentes e se preservar o entorno delas, bem como todo o curso dos riachos, e a ação do governo na construção de cisternas em todas as casas é algo urgente em especial para algumas famílias que não tem água encanada em casa. O manejo das matas também depende de acordos quanto ao extrativismo e à caça, mas também a ação da Funai e IBAMA no apoio à coibição da ação de não indígenas de retirada de madeira e caça. Além disso, faz-se necessário preservar e produzir mudas de fruteiras e fomentar o beneficiamento desse recurso.

A conservação do croá depende tanto da manutenção de áreas de Caatinga preservada quanto de acordos sobre o período de troca dos roupanes dos Praiá que devem durar mais para não demandar tanto recurso. Com relação à produção para subsistência, em decorrência do empobrecimento dos solos e mudanças climáticas, os Pankararu esperam contar com o apoio de parceiros na busca por estratégias alternativas de produção agropecuária como técnicas de manejo agroecológico e valorização de produtos através do beneficiamento.

É importante dar continuidade às ações do Centro Sabiá em Agroecologia, divulgar o etnomapeamento realizado pela ANAI e envolver a comunidade escolar nessa discussão também são rumos importantes para se tomar visando a gestão territorial indígena da TI Pankararu Entre Serras.

Os Pankararu tem tido oportunidade de debater essas questões tanto internamente quanto em eventos que envolvem representantes do governo e organizações não governamentais. Internamente buscam chegar a acordos sobre alguns pontos que são prioritários como o manejo do croá e a gestão da água e continuarão lutando pelo direito ao usufruto exclusivo de seu território. Nesse sentido, a execução de pequenos projetos e iniciativas experimentais contribuem com a busca por soluções a essas questões. A divulgação delas através do etnomapeamento/PGTA das Terras Indígenas também é uma ferramenta importante nesse processo.



©Acervo GATI

Ritual Pankararu com a presença dos Praiás (2016)



©Alexandre Pankararu

Crianças Pankararu, as futuras gerações que levarão a frente a gestão ambiental e territorial do povo Pankararu (2012)



©Andrezza Andrade

↗  
Cursistas conversando com Sr. Antônio da Baixa sobre agrobiodiversidade Pankararu, durante 1º Módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (2014)



©Acerino GATI

Oficina de agroecologia na escola da aldeia Carrapateira ministrada pelo técnico Tiago Bezerra (2015) ↗

Atividades de etnomapeamento na aldeia Baixa do Lero, território Pankararu (2014) ↗



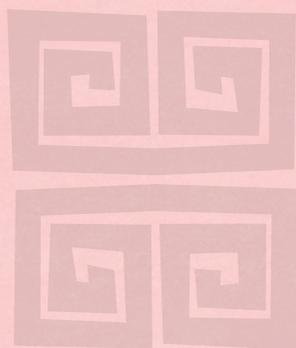
©Acerino Anai

Uma das pressões que o território Pankararu sofre atualmente é com a instalação de um parque eólico nas imediações da TI Entre Serras (2014)



©Avelar Araújo/Anai

TERRA INDÍGENA  
KIRIRI



## INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Kiriri está localizada nos municípios de Banzaê e Quijingue, no estado da Bahia (BA). Está regularizada com 12.300 hectares e é formada por um conjunto de 13 aldeias: Mirandela (antigo Sacão), Baixa da Cangalha, Lagoa Grande, Pau Ferro (antiga Cacimba Seca), Gado Velhaco, Marcação (antiga Fazenda Picos), Araçás, Cantagalo (surgida de uma divisão da aldeia Araçás), Segredo e Baixa (surgida da aldeia Marcação), Cajazeiras, Pitomba e Alto da Bela Vista. Essa Terra Indígena é habitada tradicionalmente pelo povo Kiriri, cuja população é de 2.306 pessoas, falantes de língua portuguesa.

## CONTEXTO

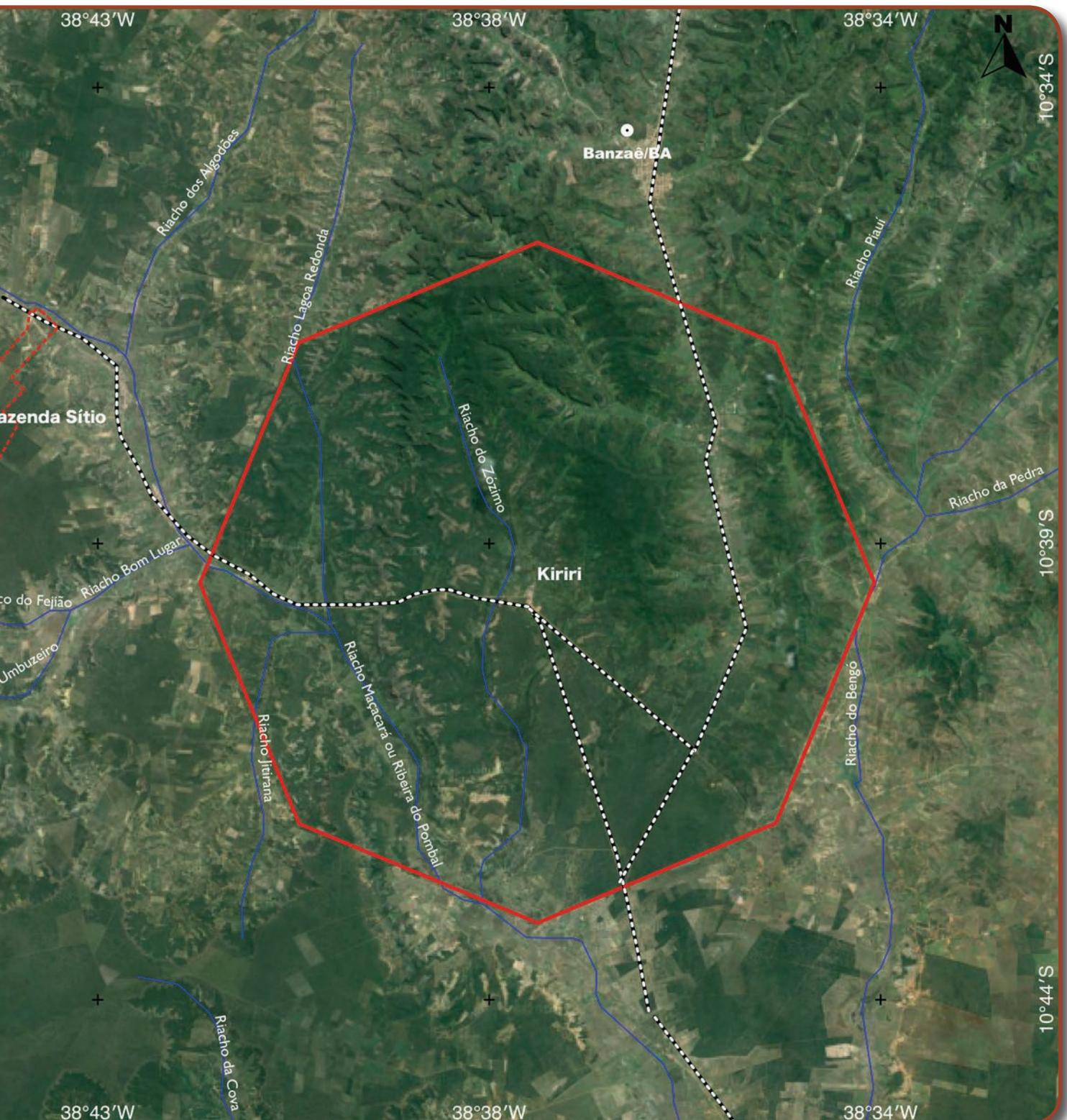
A TI Kiriri está situada no norte do estado da Bahia, na faixa de transição entre o agreste e a caatinga. O clima é semiárido com vegetação típica da caatinga. O relevo é irregular com presença de morros tabulares e encostas entrepostas por planícies.

Nenhum curso de água perene atravessa essa TI. Entretanto, existem riachos que ressurgem durante as chuvas de junho a agosto. Em dezembro, no tempo das “trovoadas”, formam-se também as lagoas e os tanques naturais. Nesse período, as cisternas das casas são abastecidas com a água das chuvas. Existem três grandes lagoas na TI, são elas: Lagoa Grande, Lagoa da Baixa do Camamu e Lagoa do Batico. Nessas lagoas são criados peixes (traíra, pescada, tilápia), que têm significativa importância na dieta dos Kiriri.

Três séculos de exploração econômica não indígena na região resultou em mudanças profundas nos padrões das principais atividades econômicas dos Kiriri. Atualmente, eles praticam a agricultura de sequeiro em áreas mais arenosas, conhecidas como “terras de raso”, que em geral são menos férteis e aproveitadas no plantio de espécies que exigem menos irrigação, tais como o capim, o cajueiro, mangueira, licuri e outros; e nas outras porções de solo mais úmidos, próximos das lagoas e tanques, estão as chamadas “terras de japão”, que são mais férteis e, por isso, são cultivadas com espécies como o milho, feijão, verduras, leguminosas e tubérculos. Também há atividades de pastoreio com criação de animais (para corte e carga), tais como bovinos, caprinos, ovinos, asininos e eqüinos.



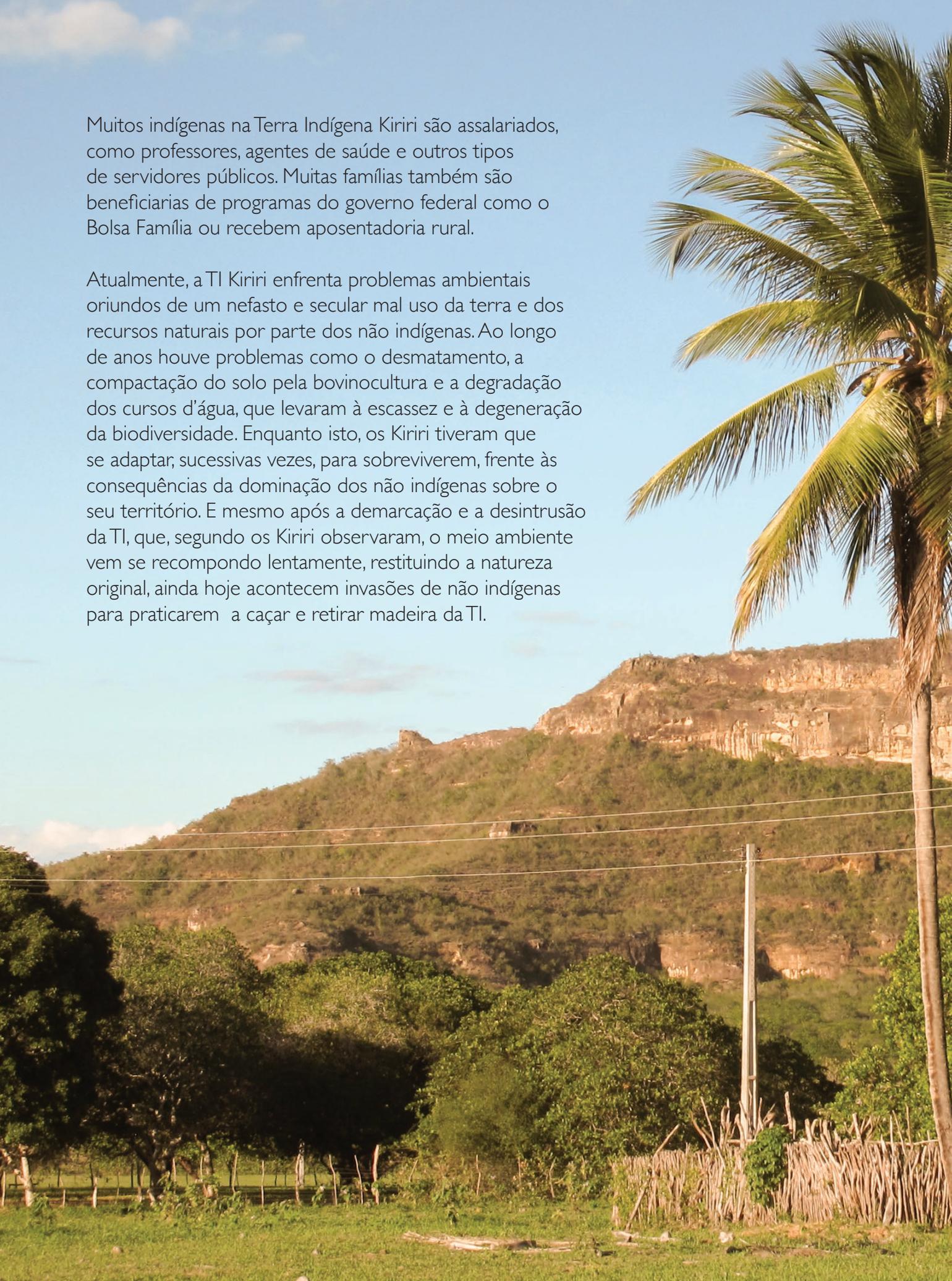
TI Kiriri



A coleta da castanha de caju é uma grande fonte de renda para os Kiriri. No estado da Bahia, o município de Banzaê é o maior produtor dessa castanha, e parte dessa produção vem da TI Kiriri. Os indígenas também extraem mel silvestre, tanto para consumo doméstico para o preparo de xaropes e uso medicinal, como também para o comércio em pequena escala.

Muitos indígenas na Terra Indígena Kiriri são assalariados, como professores, agentes de saúde e outros tipos de servidores públicos. Muitas famílias também são beneficiárias de programas do governo federal como o Bolsa Família ou recebem aposentadoria rural.

Atualmente, a TI Kiriri enfrenta problemas ambientais oriundos de um nefasto e secular mal uso da terra e dos recursos naturais por parte dos não indígenas. Ao longo de anos houve problemas como o desmatamento, a compactação do solo pela bovinocultura e a degradação dos cursos d'água, que levaram à escassez e à degeneração da biodiversidade. Enquanto isto, os Kiriri tiveram que se adaptar, sucessivas vezes, para sobreviverem, frente às consequências da dominação dos não indígenas sobre o seu território. E mesmo após a demarcação e a desintrusão da TI, que, segundo os Kiriri observaram, o meio ambiente vem se recompondo lentamente, restituindo a natureza original, ainda hoje acontecem invasões de não indígenas para praticarem a caçar e retirar madeira da TI.





## ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A gestão das aldeias Kiriri é feita pelos caciques, pajés e conselheiros. O cacique é quem toma as decisões mediante consulta à comunidade. Este recebe ajuda de seu(s) conselheiro(s), que administram um núcleo local – que é a menor unidade política Kiriri. Cada aldeia tem até três conselheiros. Os núcleos foram os locais onde os indígenas se fixaram quando foram rechaçados, desde o período do termino das missões jesuítas. Os pajés conduzem os rituais religiosos tradicionais.

Em relação ao associativismo, na TI Kiriri existem quatro associações de base comunitária: Associação Comunitária Kiriri da Aldeia de Mirandela-ACKAM; Associação Indígena Comunitária Santa Cruz Aldeia Cajazeiras; Associação Kiriri da Aldeia Pau Ferro; Associação Comunitária Indígena Kiriri Cantagalo; Associação Comunitária Nossa Senhora Rainha da Paz da aldeia Araçás.



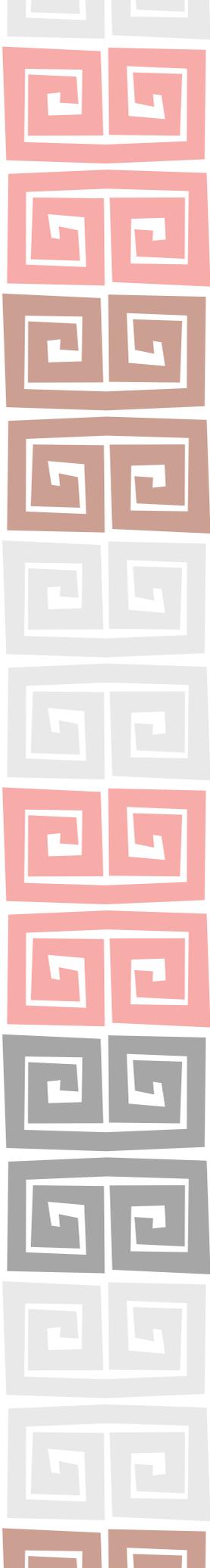
Artesanato em cerâmica, uma das fontes de geração de renda para as comunidades Kiriri (2012)

# AS AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI KIRIRI

O GATI iniciou suas atividades na TI Kiriri, em 2012, com reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto. Nesse período também ocorreu a indicação dos representantes da TI ao Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Regional Nordeste I. Os indicados foram: Manuel Cristovam Batista (titular) e José Paulo de Jesus dos Santos (suplente).

Durante a primeira reunião do Conselho e nas reuniões de esclarecimento, foram apontados os principais desafios e ações prioritárias a serem realizadas na TI e que serviriam para guiar as ações do GATI na TI. Dessa forma os Kiriri listaram as seguintes prioridades:

- **Acesso aos recursos hídricos** - Para desenvolver qualquer iniciativa de agricultura sustentável, como implantação de agroflorestas, a água é necessidade fundamental. Por conta da escassez da água, era necessário um plano de gestão de recursos hídricos, em que estaria incluso a manutenção de poços artesianos, com a limpeza de taques e lagoas; a recuperação de áreas de mata ciliar degradadas através do reflorestamento, inibindo a erosão; e combater o desmatamento ilegal, ajudando a preservar o pouco de área de mata que restou.
- **Apoio a projetos** - Apoio ao beneficiamento de castanha de caju; fortalecimento das Associações Kiriri, a fim de articularem parcerias com instituições governamentais e não governamentais, que incentivem a agricultura familiar; apoio à produção de artesanato indígena; apoio às iniciativas que visem a geração de renda aliada à segurança alimentar, por meio do plantio de alimentos em desuso; e apoio às iniciativas de plantio de diversidades agroecológica nos quintais e roçados.
- **Resíduos Sólidos (lixo)** - Apoio às iniciativas de destinação e tratamento adequada do lixo, incluindo campanhas de educação ambiental.
- **Bovinocultura** - A pecuária bovina dos não indígenas – reproduzida pelos Kiriri após a desintrusão – foi responsável pela severa degradação do solo na região, em decorrência da compactação de extensas áreas, e empobrecendo o solo de férteis para a agricultura através das plantações de culturas de capim para alimentar os bovinos. Para recuperar o solo pisoteado, era necessário o desenvolvimento de iniciativas de manejo agroecológico do solo; bem como estimular a criação de animais de pequeno porte ao invés de bovinos; e aprofundar o zoneamento ecológico das áreas de pastagem, naturais e cultivadas, e das terras férteis para a agricultura.
- **Proteção e vigilância Territorial** - Apoio ao monitoramento que impede a retirada ilegal de madeira e a caça ilegal pelos não indígenas através da elaboração de um plano de vigilância e proteção dos limites da TI, levando em conta os impactos da rodovia BA-220, escoadouro das madeiras ilegalmente retiradas. Apoio ao controle das práticas de “aceiro” com o auxílio do Ibama.



## SEMINÁRIO DE CARTOGRAFIA E PESQUISA SOCIAL

O seminário de Cartografia e Pesquisa Social foi realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, entre os dias 14 a 17 de outubro de 2012, e teve como objetivo discutir os processos de elaboração de mapas, com variados objetivos e metodologias, no contexto dos etnomapeamentos e elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs). Estiveram presentes dois representantes Kiriri, Manuel e José Paulo, além de outros povos, também das Áreas de Referência do Projeto GATI do Núcleo Nordeste I.

## INTERCÂMBIO PARA CONHECER A EXPERIÊNCIA INDÍGENA “FRUTA SÃ”

Realizado em 2013, o intercâmbio possibilitou a troca de experiências entre 11 representantes dos povos indígenas Pankararu, Kiriri e Potiguara com indígenas envolvidos com a fábrica de beneficiamento de frutas “Fruta Sã”, localizada em Carolina (MA). O intercâmbio foi proposto pelo Conselho Regional para esses três povos, em especial, porque esses tinham interesse em iniciar uma experiência semelhante ao da Fruta Sã em seus próprios territórios. Da TI Kiriri, os participantes do intercâmbio foram Fabiana de Jesus e Manoel Cristovam.

Na cidade de Carolina, o grupo visitou a fábrica e conheceu o processo de beneficiamento e congelamento das frutas. Também estiveram nas comunidades onde se produzem e se coletam as frutas do Cerrado que abastecem a fábrica, sendo uma não indígena, próxima a Carolina, e outra indígena, a aldeia São José na TI Apinajé (Tocantinópolis, TO). O grupo visitou, ainda, a sede da Associação Indígena Wyty Cate dos Povos Timbira do Maranhão e do Tocantins.

## AÇÕES DE AGROECOLOGIA

### APOIO AO EDITAL PARA O CURSO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA

Em 2013, o Projeto GATI apoiou a participação da técnica em agropecuária Fabiana Kiriri no curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos com Ênfase em Agroecologia, promovido pelo Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN. O curso foi dividido em três módulos presenciais, realizados na cidade de Brasília, e intercalados por atividades nas comunidades, voltadas para a elaboração de projetos com ênfase em agroecologia. Após a formação, Fabiana participou da elaboração de microprojetos para a TI Kiriri.

### AÇÕES DE AGROECOLOGIA VIA CARTA DE ACORDO GATI E CENTRO SABIÁ

Um dos mecanismos para desenvolver a agroecologia na TI Kiriri ocorreu através da parceria com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá via Carta de Acordo<sup>18</sup>. Embora os Kiriri tivessem apontado uma série de temas prioritários a serem desenvolvidos neste contexto, os executores do GATI priorizaram as linhas de atuação que foram definidas durante a reunião do Conselho Regional, sendo estas a “formação em agroecologia” e a “recuperação de áreas degradadas”, sendo estes temas os quais o Centro Sabiá, executor do GATI, tem larga experiência.

As ações iniciaram com um seminário de planejamento, que contou com a presença dos povos indígenas envolvidos, a CR Funai Baixo São Francisco, a consultora do Projeto GATI, além dos técnicos do Centro Sabiá. Ao se estabelecer uma agenda de trabalho, as ações ocorrem nas seguintes etapas:

**Oficinas de Agrofloresta:** As oficinas tiveram como objetivo iniciar a construção da relação entre os técnicos do Centro Sabiá e os indígenas das áreas atendidas, bem como debater os princípios de agroecologia e as práticas indígenas. A partir dessas oficinas foram indicadas as pessoas que iniciariam a experiência com as SAFs. No caso da TI Kiriri, a oficina aconteceu na aldeia Baixa da Cangalha, nos dias 29 e 30 de maio de 2014, e contou com a presença de 18 pessoas da aldeia, além de um representante do povo Truká e um do povo Tumbabalá. Após a oficina e as visitas técnicas, a família do Sr. Manoel da Baixa da Cangalha, seu filho Priciliano e sua esposa Marilda, formaram a família que foi acompanhada pelos técnicos do Sabiá nas visitas posteriores.

<sup>18</sup> Carta de Acordo nº 2993/2014, entre o Projeto GATI, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Programa das Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.



Entre dezembro de 2014 e abril de 2015, ocorreram diversas visitas de monitoramento de mudas produzidas pelos jovens Kiriri, nas quais ocorreu a adubação das mudas com humus e o desenvolvimento do Sistema Agroflorestal – SAF. Houve ainda a distribuição de sementes crioulas, vindas do intercâmbio do Pajeú, a construção de cerca no entorno do SAF; visitas à casa de Sandro Kiriri, onde são depositadas as sementes da comunidade e a realização da oficina sobre defensivos agrícolas naturais. No mesmo período, houve também a mobilização das mulheres Kiriri para realização de oficinas sobre medicina tradicional e segurança alimentar.

No geral, o sistema agroflorestal da Baixa da Cangalha, com aproximadamente 3 a 4 tarefas, ou pouco mais de um hectare, está sendo manejado pelo casal Priciliano e Marilda, que, por vezes, são acompanhados por outros jovens da aldeia.

**Intercâmbio:** Realizado após as oficinas, entre os dias 17 a 23 de julho de 2014, o intercâmbio trouxe os Kiriri, os Pankararu e representantes dos povos Xukuru-Kariri e Pankararé para o Sertão do Pajeú, município de Triunfo (PE). O grupo, formado por 26 pessoas, conheceram as experiências bem sucedidas que transformaram as áreas improdutivas em agrofloresta.

“FOI MUITO INSPIRADOR, VER AQUELES TRABALHADORES QUE VIVEM NO SERTÃO, ONDE A ÁGUA É MUITO DIFÍCIL, CONSEGUIREM VIVER BEM, DA SUA PRODUÇÃO. O INTERCÂMBIO SERVIU PRA VER QUE NÓS TAMBÉM PODEMOS DESENVOLVER SAFs NA NOSSA REGIÃO.”

Priciliano dos Santos Nascimento, Baixa da Cangalha, TI Kiriri



Visita à comunidade Carro Quebrado, conhecendo o agroecossistema de D. do Carmo e Sr. Milton

No intercâmbio indígenas conhecem SAF do Sr. Alexandre e D. Soledad e ainda experimentam retirar água de poço artesiano, na comunidade Carnaubinha em Triunfo-PE. (2014)



Os visitantes trocaram informações com os agricultores assentados, que trabalham com a agroecologia, e que realizam a comercialização e o beneficiamento de produtos agroecológicos. Dos Kiriri participaram: Priciliano, Marilda, Maria e Sandro.

## CURSO DE FORMAÇÃO DE JOVENS MULTIPLICADORES INDÍGENAS DE AGROECOLOGIA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS.

O curso foi dividido em três módulos, tendo sido realizados no território Pankararé (Glória/BA), no território Xucuru de Orubá (Pesqueira/PE) e no território Potiguara (PB). Teve como objetivo geral formar jovens indígenas em agroecologia, para que estes pudessem implementar projetos e realizar acompanhamento técnico nas suas próprias comunidades. Ademais, o curso tratou de questões de identidade indígena, visando fortalecer o entendimento identitário dos jovens em cada um dos territórios. No caso dos Kiriri, participaram Marilda, Priciliano e Maria, que depois passaram a acompanhar as iniciativas de agroecologia das suas aldeias.

“O PROJETO MOSTROU PRA GENTE QUESTÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE, A GENTE SABE QUE EXISTE O MEIO AMBIENTE, MAS PRECISAMOS DE UM EMPURRÃOZINHO PARA VER OS PROBLEMAS, E O PROJETO NOS MOSTROU ISSO. A CULTURA TAMBÉM FOI BEM FORTALECIDA E NESSE PERÍODO DE ENCONTRO COM OUTRAS ALDEIAS, VIMOS A UNIÃO ENTRE OS ÍNDIOS. É CONHECER AS OUTRAS EXPERIÊNCIAS NOS DEU ESSE EMPURRÃOZINHO. AGORA SÓ DEPENDE DA GENTE TRANSMITIR AQUILO QUE FOI DADO.”

Marilda Kiriri, Baixa da Cangalha,  
TI Kiriri



Apresentação dos representantes Kiriri durante seminário final das atividades Centro Sabiá (2015)

## MICROPROJETOS

Os microprojetos desenvolvidos na TI Kiriri foram:

- “Quintais produtivos”, de responsabilidade de Patrícia de Jesus dos Santos, da aldeia Mirandela, executado em 2013. Através desse microprojeto, a família de Patrícia experimentou horticultura familiar, com uso de práticas próprias de canteiros adaptados ao semiárido brasileiro, e que vem sendo implantado pela Associação de Marcação em seus projetos. Patrícia contou com a orientação de Fabiana Kiriri, enquanto ela participava do Curso de Elaboração de Projetos e Captação de recursos em ênfase em Agroecologia.
- “Recatingar”, de responsabilidade de Damasco Jesus Teodoro, da aldeia Marcação, executado em 2015. Outro projeto acompanhado por Fabiana Kiriri, cujo objetivo foi a implantação de um viveiro de mudas para o enriquecimento de quintais agroecológicos.
- “Projeto experimental de apicultura para preservação das matas na Aldeia 3”, de responsabilidade de Renildo Mendes de Jesus, da aldeia Pau Ferro, executado em 2015;
- “Projeto experimental de apicultura para preservação das matas na Aldeia 1”, de responsabilidade de Adenilson de Jesus Souza, da aldeia Pau Ferro, executado em 2015;
- “Projeto experimental de apicultura para preservação das matas na Aldeia 2”, responsável Juliana Jesus dos Santos, aldeia Pau Ferro, executado em 2015.

Os microprojetos de apicultura foram executados em parceria entre três famílias. Com o recurso dos microprojetos foram adquiridas roupas próprias para o manejo da apicultura, bem como a instalação de um pequeno apiário, com 14 colmeias. Atualmente, a quase totalidade das aldeias da TI Kiriri trabalham com a apicultura. Os proponentes desse projeto almejam estabelecer relações comerciais e apoio da cooperativa de mel da cidade de Ribeira do Pombal, há 80 Km da Terra Indígena, sendo esta cidade o maior polo de produção de mel do estado Bahia.

O grupo de apicultores indígenas mantém as colmeias numa área cercada, no limite da roça de Rainério e Juliana com uma serra florestada. Na primeira colheita, tiraram 43 Kg de mel de quatro colmeias. Apesar da produtividade dessa primeira colheita tenha sido considerada relativamente baixa para a comercialização, ela foi suficiente para o consumo das famílias por pelo menos dez meses<sup>19</sup>, contribuindo para a qualidade e o fortalecimento da segurança alimentar delas próprias. Na conclusão dos microprojetos, os responsáveis fizeram uma atividade com os alunos da escola da aldeia para divulgar a importância da polinização realizada pelas abelhas para a manutenção dos ecossistemas regionais.

<sup>19</sup> 43 Kg divididos pelas três famílias que fazem parte do projeto resultam em 14,3 Kg de mel por família. Se cada família é formada por 5 pessoas, temos que cada pessoa pode consumir até 2,8 Kg por colheita.

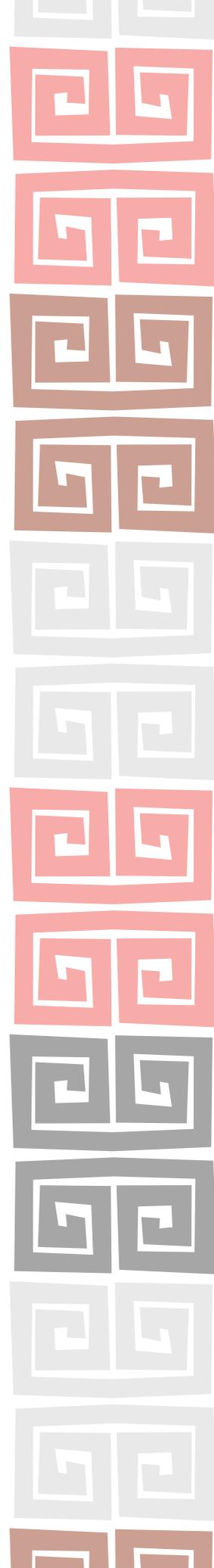
# RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TERRA INDÍGENA KIRIRI

Os Kiriri mantêm uma área de reserva ecológica em seu território, com grande potencial para atividades de educação ambiental e visitas guiadas. Em outras porções da Terra Indígena a vegetação vem se recuperando, embora lentamente, desde a retomada e os índios observam que os animais de estão voltando também.

Dois dos grandes desafios para a sustentabilidade do território Kiriri estão relacionados, como já mencionamos, às práticas da pecuária bovina e do extrativismo ilegal de madeira. Assim como em outras Terras Indígenas, a criação de gado solto demanda acordos de gestão, que requer a construção de cercamentos, como, por exemplo, a requerida pelos Kiriri para sua “Reserva Ouricuri”, cuja planta de mesmo nome é muito importante para a confecção de vestes tradicionais indígenas. Para haver uma convivência com a pecuária, os agricultores precisam cercar suas áreas, e qualquer projeto de reflorestamento também precisa ser cercada, a fim de garantir que o gado não invada e deprede roças e mudas. Outro grande desafio refere-se à escassez de recursos hídricos na região, exigindo assim dos Kiriri que mantenham uma diversidade de práticas produtivas a fim de escapar dos riscos que tal escassez representam para a segurança alimentar de algumas famílias.

Os Kiriri têm demandado a elaboração participativa de um etnomapeamento de seu território, o acompanhamento dos projetos de apicultura já iniciados e o apoio aos microprojetos voltados para a geração de renda e segurança alimentar, como os projetos de implantação de quintais produtivos.

Os Kiriri estão preocupados em manter áreas significativas da TI preservadas, o que implica a necessidade de se desenvolver atividades econômicas sustentáveis para as famílias. Nesse sentido, as associações têm buscado parcerias em projetos de agroecologia, implantação de quintais produtivos, construção de barragens subterrâneas para irrigação de roçados, instalação de unidade de beneficiamento de produtos, como a castanha e a mandioca, apicultura, cerâmica artesanal, tecelagem, dentre outros.





©Alexandre Pankararu



©Alexandre Pankararu

^  
Caminhada com o grupo do cacique Lázaro, ao longo da cerca que limita a TI Kiriri (2012)

^  
Cacique Lázaro Kiriri (2012)



©Robert Miller

^  
José Paulo Kiriri (cursista e representante Kiriri) e Toninho Guarani no ultimo módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (2015)



©Aervo Centro Sabiá

Visita à Feira Agroecológica de Serra Talhada-PE, como parte do intercâmbio  
ao Sertão do Pajeú promovido pelo Centro Sabiá e Projeto GATI (2014)



©Aervo Centro Sabiá

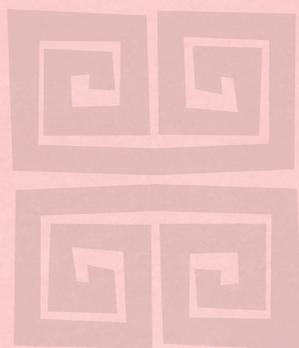
Visita à comunidade Carro Quebrado, conhecendo  
o agroecossistema de D. Do Carmo e Sr. Milton.  
Intercâmbio ao Sertão do Pajeú -PE, promovido  
pelo Centro Sabiá e Projeto GATI (2014)



©Andreza Andrade

Priciliano Kiriri durante seminário  
final Centro Sabiá em Recife

TERRA INDÍGENA  
POTIGUARA



## INTRODUÇÃO

O território Potiguar é constituído por um conjunto de três Terras Indígenas (TIs) contíguas: a TI Potiguar, com 21.238 hectares, a TI Jacaré de São Domingos, com 5.032 hectares e a TI Potiguar de Monte Mor, com 7.530 hectares. Juntas, somam 33.757 hectares e englobam três municípios do estado da Paraíba (PB): Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. As duas primeiras estão regularizadas e a Potiguar de Monte Mor se encontra declarada. As três TIs são habitadas tradicionalmente pelo povo Potiguar que são falantes de português, mas estão revitalizando o Tupi nas escolas indígenas.

A TI Potiguar possui 23 aldeias e sendo esta a maior das terras, acaba abrangendo os três municípios paraibanos. Estudos apontam que os Potiguar da Baía da Traição são um dos poucos povos indígenas do Brasil que vivem no mesmo lugar desde o descoberta do Brasil há mais de 500 anos. Essa permanência se deu por meio de muita resistência às investidas de diversos tipos de invasores.

Os Potiguar da Baía da Traição tiveram seu primeiro reconhecimento territorial oficial em 1930. Desde essa época a história desses indígenas se cruzou com a instalação da Companhia de Tecidos Rio Tinto, que invadiu o território para exploração de recursos naturais. Outro fato histórico que impactou a vida dos Potiguar foi a transformação da Vila da Baía da Traição em cidade turística, que acabou trazendo muitas pessoas de fora com alto poder aquisitivo, que construíram suas casas de veraneio onde antes era território de uso exclusivo dos indígenas.

## CONTEXTO

Em meados da década de 1970, as usinas de cana-de-açúcar se instalaram na região, na esteira dos incentivos do Plano Nacional do Álcool. As plantações de cana invadiram os roçados tradicionais Potiguara e ocuparam boa parte do que originalmente eram as matas e os tabuleiros. Os impactos foram incalculáveis: nos terrenos planos dos tabuleiros as áreas de coleta de frutas como mangaba, caju e batibutá foram reduzidas e as atividades de pesca e mariscagem prejudicadas em virtude dos dejetos (vinhoto) das usinas serem lançados nos rios, matando assim peixes, crustáceos e moluscos.

Os Potiguara se concentram no litoral norte paraibano entre os rios Camaratuba e Mamanguape. O território é formado por um mosaico de ambientes, intensamente manejados, com as áreas de canaviais, capoeiras finas e carrascos, quintais e sítios ao redor das casas, fragmentos de mata, tabuleiros, áreas de mangue e restinga.

Os Potiguara subdividem o relevo no seu território da seguinte maneira: chãs, ladeiras, baixios e grotas. Chã são áreas planas de maiores altitudes na TI, que corresponderia ao tabuleiro; o conjunto de baixios e ladeiras formam os vales; a ladeira é feição inclinada do terreno que é uma área de transição entre o baixio e chã.

A pesca é uma das principais atividades econômicas da TI Potiguara. Pode ser marítima, praticada principalmente pelas aldeias costeiras, ou nos rios, praticada sobretudo no Mamanguape e Camaratuba. Geralmente o que é capturado vai para o consumo das famílias e se for de valor comercial, vai para comercialização ou troca entre amigos. Também praticam a mariscagem de caranguejos uçá e goiamum, aratus, siris e ostras.



TI Potiguara



A agricultura tradicional Potiguara tem a mandioca como principal produto. Mas também são plantados milho, feijão e inhame (correspondente ao cará de outras regiões – *Dioscorea* sp.). Nos sítios também há cultivos de fruteiras como cajueiros, mangueiras, jaqueiras e coqueiros, cujos frutos costumam ser vendidos. Em relação ao extrativismo, há coleta de mangaba, dendê, caju e madeira que é utilizada para construção de casas, embarcações, cercas

e para a produção de carvão. Há pecuária em pequena escala e a criação de outros animais de pequeno porte nos sítios e quintais. Os Potiguara também trabalham fornecendo mão-de-obra rural (principalmente nas usinas de cana) e urbana, como também há funcionários públicos. As aposentadorias dos idosos da casa complementam a renda, como também o auxílio do Bolsa Família.





©Alexandre Pankararu



Pesca artesanal nas áreas de manguezal (2012) 

 Lideranças Potiguara e a Baía da Traição, território Potiguara (2008)

Mariscagem na TI Potiguara (2012) 



©MarioVilela/Funai



©Alexandre Pankararu



Uma pequena parte da TI Potiguará está em sobreposição com uma Unidade de Conservação (UC), a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Foz do Mamanguape, enquanto a TI Potiguará de Monte Mor está sobreposta à Área de Proteção Ambiental (APA) do Mamanguape. Também há limites com as UCs Reserva Ecológica Mata do Rio Vermelho e a Reserva Biológica Guaribas. Essa situação de sobreposições e proximidades com UCs cria um clima de constante tensão e gera conflitos socioambientais e territoriais entre os órgãos ambientais responsáveis pelas unidades e os Potiguará, relacionados ao uso e acesso dos recursos naturais. É o caso da atividade de carcinicultura (criação de camarões).

A questão do lixo é um desafio para as lideranças da TI. Há muitos lixões a céu aberto na área das aldeias. O serviço ofertado pelos municípios não é suficiente e não há coleta seletiva. Alguns caciques têm interesse em implantar projetos de coleta seletiva e reciclagem, aliados às campanhas de educação ambiental.

Entre agosto de 2010 e agosto de 2011, os Potiguará realizaram o etnomapeamento e diagnóstico socioambiental das suas três Terras Indígenas: Potiguará, Potiguará de Monte Mor e Jacaré de São Domingos. A iniciativa foi uma ação conjunta da Funai por meio das coordenações: CGMT (Coordenação Geral de Monitoramento Territorial), CGEtno (Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento), CGGAM (Coordenação Geral de



Roças de mandioca onde antes estavam os canaviais (2008)

Gestão Ambiental), realizada com apoio de projeto de cooperação técnica com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Foi realizado um diagnóstico e elaborados etnomapas que são amplamente utilizados pelos Potiguara, sobretudo quando dialogam com o poder público, pois foram publicados na forma de um livro que relata o processo de mapeamento e diagnóstico realizado<sup>20</sup>.

Em paralelo a essa iniciativa, os Potiguara já vinham desenvolvendo diversas iniciativas de restauração ecológica, seja para a proteção de nascentes ou cursos d'água, ou para a retomada e ocupação de áreas de canaviais, conjugando o plantio de árvores, principalmente frutíferas, com a produção de alimentos, por meio das agroflorestas. Essas ações tiveram um apoio por parte do Projeto GATI, permitindo que ganhassem em escala, e hoje, podemos considerar que os Potiguara têm o capital social e todas as condições para desenvolver um projeto de restauração ecológica mais abrangente, contribuindo à sustentabilidade ambiental, social e econômica do território e aos serviços ecossistêmicos.

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Atualmente as comunidades Potiguara são representadas pelo “cacique geral”, mas cada comunidade tem seu cacique local, ou cacique da aldeia. Estas lideranças são nomeadas pelos moradores e ocupam o papel de mediadores com instituições e a sociedade envolvente, administrando de modo a evitar a entrada de não indígenas na área das aldeias. O número de aldeias pode variar de acordo com a situação política, um povoado pode vir a se tornar aldeia em decorrência de processos faccionais.

Assim como a maioria dos povos indígenas do Nordeste, os Potiguara também praticam o toré. Trata-se de um ritual muito importante que simboliza a tradição coletiva que mantém viva a memória dos antepassados. As cantigas entoam elementos da cosmologia ligados à religiosidade católica, às atividades cotidianas como a pesca, aos seres da natureza, os encantados e à jurema, que é a bebida ritual dos Potiguara consumida nessas ocasiões.

Em relação ao associativismo, quase todas as aldeias potiguara possuem associações de base comunitária. Entretanto, a maioria delas não está em situação regular. Dentre as mais atuantes estão: Organização Indígena da Potiguara da Paraíba (OIP); Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP); Associação Mel São Miguel; Toré Forte Associação Cultural Indígena Potiguara; Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba; Associação Comunitária Nova Jerusalém e Associação Comunitária Indígena Awa Kuza. Muitas dessas associações são filiadas à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas dos Povos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), que também as representa em âmbito regional e nacional.

20 O livro em sua versão digital pode ser encontrado no link: [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Etnomapeamento\\_Potiguara/LivroPotiguara-baixa.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Etnomapeamento_Potiguara/LivroPotiguara-baixa.pdf)





Manifestação cultural povo  
Potiguara (2014)

# AÇÕES DO PROJETO GATI NA TERRA INDÍGENA POTIGUARA

As atividades do Projeto GATI na TI Potiguara se iniciaram em 2012, com as reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto para as comunidades indígenas. Na primeira reunião do Conselho, os conselheiros elencaram questões prioritárias para a região que guiaram a implementação do Projeto, por meio de um plano de ação. Referentes à TI Potiguara, os temas prioritários levantados foram:

- **Agroecologia e Recuperação de Áreas Degradadas:** Na TI Potiguara já aconteciam diversas iniciativas de reflorestamento de áreas degradadas desenvolvidas por pequenos agricultores que se opunham à monocultura da cana de açúcar. Dessa forma, incrementar essas ações por meio da agroecologia potencializaria ainda mais a recuperação ambiental, implantaria sistemas agroflorestais em áreas de monocultivo que ao mesmo tempo, recuperaria o meio ambiente e produziria alimentos de qualidade;
- **Cadeia produtiva de frutas:** Os Potiguara comercializam grande quantidade e variedade de frutas a atravessadores, sendo a mangaba o fruto pelo qual se tem maior interesse em valorizar por ser nativo dos tabuleiros que se pretende preservar. Também tinham interesse em instalar uma fábrica de beneficiamento de frutas, para isso foi indicado a necessidade de conhecer outras experiências do tipo, por meio de intercâmbio;
- **Apoio a projetos e iniciativas:** são projetos de reflorestamento, preservação de fragmentos de Mata Atlântica e fortalecimento de atividades de catadores de mangaba, agricultores tradicionais, pescadores e marisqueiras(os). Havia também o interesse em introduzir técnicas agroecológicas a partir de intercâmbio com iniciativas do Centro Sabiá na Zona da Mata de Pernambuco;
- **Gestão dos Recursos Hídricos:** A ideia seria iniciar projetos de proteção dos inúmeros cursos d'água do território Potiguara, que inclusive vem desaparecendo devido à retirada da cobertura vegetal. Além disso, a qualidade da água desses rios é ameaçada pelos defensivos e adubos químicos utilizados no monocultivo de cana de açúcar e outros poluentes são despejados nos rios Mamanguape e Camaratuba por usinas de cana e fábricas vizinhas.

Foram elaborados projetos comunitários e implementadas ações de gestão territorial indígena, por meio da assessoria técnica do projeto GATI e com participação ativa das comunidades Potiguara:

## PROJETO SUBMETIDO E APROVADO PELA COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI:

O projeto de Reflorestamento de tabuleiro para apoiar os catadores de mangaba teve como objetivo adquirir mudas de mangaba e outras nativas de tabuleiro dos próprios indígenas que mantêm pequenos viveiros em seus quintais e transplantar em áreas identificadas pela comunidade como áreas que precisam de recuperação. A CTL Baía da Traição deu todo o apoio ao transplante das mudas feito em mutirão por membros da comunidade.

## SEMINÁRIO DE CARTOGRAFIA E PESQUISA SOCIAL

O seminário foi realizado pela Fundação Joaquim Nabuco entre os dias 14 a 17 de outubro de 2012. Teve como objetivo discutir os processos de elaboração de mapas com variados objetivos e metodologias, no contexto dos etnomapeamentos e elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs). Da TI Potiguara participaram Josecy Silva, Claudécir Brás, Luis Pereira e Marcos Santos. Estiveram presentes também representantes Xokó, Pankararu e Kiriri. Os Potiguara compuseram a mesa do “*Fórum de relatos de experiências sobre cartografia e mobilização social: Etnomapeamento e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Nordeste*” e falaram sobre a experiência do Etnomapeamento da TI Potiguara, focando sobretudo no processo de diálogo e reflexão coletiva. A construção desses mapas deve ser entendida como um retrato das relações existentes do território e ao mesmo tempo, ser um instrumento de diálogo entre as pessoas, grupos e instituições. Ademais, falaram da metodologia utilizada no mapeamento, do uso desse material nas escolas e nos processos de reivindicação/afirmação do território. A partir da exposição Potiguara, os Xokó relataram que se sentiram mais empoderados e seguros em iniciar o processo de etnomapeamento da TI Caiçara/Ilha de São Pedro, visto que os parentes Potiguara conseguiram alcançar muitos resultados com essa ação.

## INTERCÂMBIO PARA CONHECER A EXPERIÊNCIA INDÍGENA “FRUTA SÃ”

Realizado em 06 a 12 de julho de 2013, o intercâmbio teve como objetivo possibilitar a troca de experiências entre representantes dos povos Pankararu, Kiriri e Potiguara com indígenas proprietários da agroindústria de beneficiamento de frutas, “Fruta Sã”, no âmbito do projeto Frutos do Cerrado, localizada em Carolina (MA). O empreendimento é uma iniciativa de mais de 20 anos da Associação Wyty-Catë das comunidades Timbira do MA e TO e do Centro de Trabalho Indigenista - CTI. O intercâmbio foi proposto pelo Conselho Regional, para que esses três povos pudessem conhecer uma experiência indígena de beneficiamento e assim iniciar um processo semelhante nos seus territórios. Os participantes Potiguara do



intercâmbio foram: Alcides da Silva Alves, cacique da aldeia São Francisco que tem tentado implantar uma mini usina de polpas congeladas e Luiz Pereira, técnico agrícola. Em Carolina, o grupo fez visita guiada à fábrica e conheceu como é o processo de beneficiamento das frutas e congelamento das polpas. Também estiveram nas comunidades onde se produz e se coleta frutas do Cerrado que abastecem a fábrica, sendo uma não indígena próxima a Carolina e outra indígena, a aldeia São José na TI Apinajé (Tocantinópolis, TO). O grupo visitou ainda a sede da associação indígena Wyty Cate dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins.

## AÇÕES DE AGROECOLOGIA

Vários indígenas da TI Potiguara tinham iniciado processos de recuperação ambiental com reflorestamento, fazendo frente à degradação deixada pelo monocultivo da cana-de-açúcar. O Projeto GATI buscou reforçar essas iniciativas, com base na agroecologia e ampliando o número de atores envolvidos nas ações. Os mecanismos utilizados foram os mais diversos, desde a implementação de microprojetos, que produziu mudas tanto para aulas de campo das escolas indígenas, quanto para a implantação de sistemas agroflorestais experimentais



©Acervo GATI

Ação de reflorestamento na Ilha das Moças promovida pela Escola Cacique Iniguaçu da aldeia Tramataia (2014)

com agricultores. Outro caminho seguido foi por meio da parceria com Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) que promoveu capacitação e diversas atividades de apoio à implantação de agroflorestas, tal como a instalação de viveiros, oficinas e acompanhamento técnico. O GATI também apoiou, via edital PPP GATI, um projeto que teve como princípio a recomposição ambiental por meio do reflorestamento, aliado à educação ambiental e práticas culturais.

## AÇÕES DE AGROECOLOGIA VIA CARTA DE ACORDO GATI E CENTRO SABIÁ

O objetivo principal da parceria firmada entre o Projeto GATI e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, via Carta de Acordo<sup>21</sup> foi iniciar processos de sensibilização sobre agricultura agroflorestal e apoiar a implantação de agroflorestas na TI Potiguara.

As atividades iniciaram com um seminário de planejamento, realizado na Baía da Traição entre os dias 28 a 30 de abril de 2014, e que contou com a presença das lideranças da OIP (Organização Indígena Potiguara), técnicos da CTL Baía da Traição da Funai, técnicos do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), consultora do Projeto GATI e técnicos do Centro Sabiá. Conforme a agenda de trabalho estabelecida, as ações ocorrem nas seguintes etapas:

**Oficinas de Agrofloresta:** Foram realizadas duas oficinas (a primeira nos dias 8 e 9 de maio de 2014, na aldeia São Francisco, com representantes da Funai, caciques, agricultores agentes indígenas de saneamento e gestores das escolas das aldeias São Francisco, Akajutibiró, Silva do Belém e Galego e a segunda na aldeia Três Rios, entre os dias 12 e 13 de maio de 2014 e contou com a participação de representantes da Funai, caciques, educadores, agricultores das aldeias Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Tramataíia, Val, Jaraguá e Monte Mor, além da aldeia Três Rios).

As oficinas tiveram como objetivo apresentar as bases da agroecologia e o contraponto com a agricultura convencional. A partir dessas oficinas, foi definido um grupo de pessoas que faria os experimentos com agroflorestas. As oficinas contaram com a participação ativa de professores e diretores das escolas indígenas onde a questão ambiental é presente no currículo, lideranças que defendem a diminuição dos canais e incentivam as práticas de recuperação ambiental do território, e ainda, agricultores que produzem mudas para reflorestamento por conta própria e outros que passaram a produzir com apoio dos microprojetos do GATI. O sucesso das oficinas não poderia ter sido alcançado

21 Carta de Acordo n° 2993/2014, entre o Projeto GATI, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Programa das Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá).

Josecy Potiguara com mudas de espécies nativas (2014) >

sem a imprescindível parceria com CLT Funai da Baía da Traição, que por meio do chefe Irenildo Gomes do técnico Luiz Pereira, ambos indígenas Potiguara, enxergaram essas ações como o desdobramento do Etnomapeamento das TIs Potiguara.

As ações resultaram na implantação de sistemas agroflorestais em experimentação nas aldeias São Francisco (áreas de João da Silva ou João “Caboclo” e José Ciríaco), Três Rios (área de Josecy), Jacaré de São Domingos (áreas de Luiz da Silva e João de Souza), Jacaré de César (áreas de João, Wellington, Edison ou Edilson, Orlando), Forte (área de Marcus Antônio), Galego (áreas de Edivam e Antônio) e São Miguel (área de Ênio). Foram implantadas sementeiras e/ou viveiros de mudas nas escolas das aldeias São Francisco, Três Rios, Akajutibiró, Tramataia e Jaraguá.



## INTERCÂMBIOS

Foram realizados intercâmbios entre junho e agosto de 2014 para a Zona da Mata de Pernambuco, que possuem experiências de agricultores agroecológicos, feiras agroecológicas e unidades de beneficiamento de frutas.

Entre os dias 04 e 06 de junho de 2014, um grupo de 16 Potiguara das aldeias São Francisco Galego, Três Rios, São Miguel estiveram no Sítio Agatha e o Sítio São João que se localizam no Assentamento Chico Mendes, municípios de Tracunháem e Abreu e Lima (PE). A visita ao sítio Agatha, cuja proprietária é a liderança Luiza Cavalcante, teve como objetivo proporcionar o conhecimento de uma experiência de agroecologia com recorte político de luta pela conquista e permanência do agricultor familiar na terra. Já o sítio São João, de Jones Pereira, possui uma agrofloresta bastante desenvolvida o que permite ao agricultor ter um trabalho consolidado de beneficiamento e comercialização de produtos agroecológicos.

“A AGROECOLOGIA NÃO É UM MODELO DE PLANTIO E SIM UMA FILOSOFIA DE VIDA EM CONTRAPONTO AO CAPITAL, TEMOS DE LEVAR ESTA FILOSOFIA DE VIDA PARA O NOSSO TERRITÓRIO.”

Luan Menezes Potiguara

A visita seguinte contou com grupo de 15 Potiguaras das aldeias Jacaré de São Domingos, Tramataia, Val e Monte Mor que conheceram o sítio do agricultor agroflorestal José Rosa, no Assentamento Amaraji, no município de Rio Formoso (PE), nos dias 05 a 07 de julho de 2014. O grupo também conheceu e conversou com feirantes da Feira de Produtos Agroecológicos do município e visitou uma unidade de produção de polpa de frutas congeladas e um entreposto de mel. Na mesma viagem, o grupo visitou o Engenho Conceição, no município de Sirinhaém (PE), onde conheceram outra unidade de beneficiamento de polpas de frutas e uma unidade de beneficiamento de cana de açúcar orgânica. Estiveram também na área de Seu Domingos, um dos primeiros praticantes de agroecologia na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

“OUVINDO O DEPOIMENTO DESSES AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS, MAIS UMA VEZ PUDE TER CERTEZA QUE ESTE MODELO CONTRIBUI PARA A PERMANÊNCIA DO HOMEM NO CAMPO.”

Luiz Pereira, CTL Funai Baía da Traição



©Andrezza Andrade

De 09 e 10 de julho de 2014, outro grupo de 12 potiguaras das aldeias Monte Mor, Três Rios, Tramataia, Val, Jacaré de César, Jacaré de São Domingos e Jaraguá e o técnico CTL Funai Baía da Traição, visitaram o Assentamento Chico Mendes. Em 30 e 31 de julho houve mais uma visita ao mesmo Assentamento Chico Mendes, só que desta vez com 10 pessoas das aldeias Jacaré de São Domingos, Jacaré de César e Três Rios.

De 12 a 14 de agosto de 2014 aconteceu o segundo intercâmbio para o Assentamento Amaraji, do qual participaram 15 potiguaras das aldeias Jacaré de São Domingos, Tramataia, Val e Monte Mor. E o último e terceiro intercâmbio para o mesmo assentamento aconteceu entre os dias 25 a 27 de agosto, com participação de 14 Potiguaras das aldeias Tramataia, Três Rios, Jacaré de César, Monte Mor, Jaraguá e o técnico da CTL Funai Baía da Traição.



## CURSO DE FORMAÇÃO DE JOVENS MULTIPLICADORES INDÍGENAS DE AGROECOLOGIA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS

O curso foi dividido em três módulos ocorridos em diferentes territórios: Pankararé (Glória/BA), Xucuru de Orubá (Pesqueira/PE) e Potiguara (PB). Teve como objetivo geral formar jovens indígenas em agroecologia para que estes pudessem implementar projetos nas suas comunidades e realizar acompanhamento técnico. Na visão do Centro Sabiá, a formação do jovem faz dele um multiplicador dos conhecimentos relacionados à agroecologia.

O primeiro módulo aconteceu na TI Brejo do Burgo, do povo Pankararé, entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro de 2014, onde participaram 3 jovens Potiguara. Nesse módulo foi trabalhado “o que é ser/ estar jovem indígena? Quais os desafios?”; “o que motiva a juventude a permanecer no campo/ território?”; “Impactos ambientais que aconteceram ao longo da história da humanidade”; e a questão de “produção de alimentos na atualidade”. Debateu-se ainda “como está a situação do território indígena e que tipo de território queremos?”

O segundo módulo, ocorrido em 26 a 29 de setembro de 2014, foi no território Xucuru de Ororubá em Pesqueira (PE) e contou com a participação de 3 jovens Potiguaras. Este módulo trouxe o relato dos jovens que participam do coletivo Poya Limolaygo, que realiza o resgate da cultura Xucuru por meio de práticas culturais - ambientais, de relação com o divino, com a agricultura e a natureza. Também visitaram experiências de agroecologia na TI e fizeram roda de conversa sobre a luta e a história dos anfitriões Xucuru.

“POR ESTARMOS INSERIDOS NUMA TERRA INDÍGENA, A GENTE TEM UMA PREOCUPAÇÃO EM PRESERVAR A NATUREZA, MAS NÓS NÃO TÍNHAMOS UM NORTE, NÃO TÍNHAMOS FORMAÇÃO OU UMA INSTITUIÇÃO QUE NOS ORIENTASSE SOBRE AGRICULTURA. NA INICIATIVA DO CENTRO SABIÁ E PROJETO GATI FORAM ENVOLVIDAS, NÃO APENAS OS AGRICULTORES, MAS OS JOVENS QUE MUITAS VEZES ESTAVAM OCIOSOS E QUE NÃO TINHAM UMA PERSPECTIVA, AGORA ELES TEM ALGO PARA SEGUIR. ASSIM, A PARTIR DA AGRICULTURA PASSAMOS A TER OUTRO OLHAR, PARA CULTIVAR A TERRA, CULTIVAR O NOSSO SUSTENTO COM SUSTENTABILIDADE.”

Maira Araújo Potiguara



Jovens indígenas conhecem iniciativas de agrofloresta no território Xucuru de Ororubá (PE), durante o II Módulo de Formação Juventude Indígena, parceria Projeto GATI e Centro Sabiá (2014)

O terceiro e último módulo aconteceu na TI Potiguara, na aldeia Tramataia, entre os dias 31 de outubro e 02 de novembro de 2014, e contou com 17 jovens Potiguara. Além da apresentação dos trabalhos de intermódulo, o conteúdo das aulas trouxe o relato dos Potiguara sobre sua história de luta e principais dilemas. Os jovens assistiram o documentário “À sombra do delírio verde” sobre a situação dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. E ainda visitaram uma área de preservação permanente conhecida como Ilha das Moças, na aldeia Tramataia, guiados pelo gestor e professores da escola Cacique Ingaruçu e finalizaram a visita com uma prática de reflorestamento.

## MICROPROJETOS

Entre 2013 e 2016 foram implementados seis microprojetos de reflorestamento na TI Potiguara, que visaram a recuperação de áreas degradadas. Os responsáveis pelos microprojetos foram: Alcides da Silva Alves, da aldeia São Francisco que executou dois microprojetos em 2013 e 2015; Anibal Cordeiro Campos da aldeia Jaraguá que executou em 2015; Marcos Izaias de Oliveira da aldeia Lagoa do Mato que executou em 2015; José Roberto de Azevedo Silva, da aldeia Três Rios, também executou em 2015; e Guaracy Ciriaco da Silva, que executou em 2016. As iniciativas foram acompanhadas pelo técnico agrícola Luiz Pereira, da CTL Baía da Traição.

Os seis microprojetos produziram em três anos 41.000 mudas que tiveram apenas 20% de perda, considerando fatores como transporte, pragas naturais, períodos de estiagem e queimadas. Dentre as espécies produzidas estão jatobá, pau brasil, ipê amarelo, ipê roxo, imbiriba, cupiúba, mulungu, cajueiro, mangabeira, sucupira, ingá, urucum, mangueira, jaqueira, oliveira, burdião, dendezeiro, guarabira, cajá e jenipapo.

As áreas reflorestadas somam cerca de 61 hectares e são caracterizadas por nascentes, encostas, margem da rodovia PB-041, área de tabuleiro, área de terreiros sagrados, áreas de sítios e roçados, beira de lagoas e SAFs. As aldeias que participaram foram: Três Rios, Jaraguá, São Miguel, Lagoa do Mato, Boa Vista, Jacaré de Cesar, Galego, São Francisco e Jacaré de São Domingos.

Vários foram os beneficiados com as iniciativas, dentre eles estão os agricultores e moradores das aldeias, que a partir do etnomapeamento Potiguara, identificaram e reflorestaram as áreas que necessitavam de recuperação. Estes também incrementaram seus roçados e retomaram a prática do plantio de sítios produtivos ao redor de suas casas, fortalecendo a diversificação da produção. Se beneficiaram também as escolas indígenas que já realizavam atividades pedagógicas de recomposição ambiental, mas que precisavam fazer coleta na mata de sementes e mudas. Além de produzirem mudas e plantarem durante as aulas de campo, as práticas de educação ambiental despertaram, especialmente nas crianças, o reconhecimento que tão importante quanto recuperar é também preservar o que ainda existe de natureza.



O grupo de jovens “Avenças” da aldeia São Francisco também foi fortalecido com os microprojetos. Esses jovens se empenharam bastante nas atividades de reflorestamento envolvendo a escola de ensino fundamental Pedro Poti e a comunidade indígena ao redor. Também plantaram mudas na área do terreiro sagrado da aldeia, cuja ação provocou uma profunda reflexão coletiva de que os rituais não são tão frequentes como antigamente.

Os microprojetos também contribuíram para as atividades do Centro Sabiá tanto na formação de jovens quanto na implantação de SAFs. Ademais, as mudas produzidas ficaram disponibilizadas a qualquer agricultor ou pessoa que quisesse promover o reflorestamento.

Dentre outros apoios que os microprojetos tiveram destacam-se o da CTL Funai de João Pessoa que ajudou no transporte das mudas; da cacique Claudecir da aldeia Monte Mor que disponibilizou um trator no preparo de uma das áreas de reflorestamento na PB-041 na aldeia Jaraguá; dos alunos, professores e diretores das escolas envolvidas; de todos os caciques das aldeias onde houve recuperação; das escolas Cacique Domingos na aldeia Jaraguá, Cacique Iníguaçu na aldeia Tramataia e Pedro Poti na aldeia São Francisco; do ICMBio e Centro Sabiá.

Aulas práticas de educação ambiental e reflorestamento, fruto do apoio da chamada de microprojetos (2014)



## PPP GATI

“NÓS JÁ TÍNHAMOS UM TRABALHO [NA ESCOLA INDÍGENA] EM RELAÇÃO A QUESTÃO AMBIENTAL E VIMOS QUE ATRAVÉS DESSE PROJETO NÓS CONSEGUIRÍAMOS UM APOIO PARA CONSEGUIRMOS TRABALHAR MELHOR O QUE JÁ VÍNHAMOS TRABALHANDO DENTRO DE NOSSA ESCOLA E JUNTO COM AS COMUNIDADES.”

Daniel Potiguara

Outra ação apoiada pelo GATI na área de agroecologia no território Potiguara foi o “Projeto de Preservação da Ilha das Moças”, aprovado no edital PPP GATI<sup>22</sup>, cujo proponente foi o Conselho da Escola de Ensino Fundamental Cacique Iniguaçu, da aldeia Tramataia. O projeto foi uma tentativa de sensibilizar a comunidade para a necessidade de minimizar o desmatamento descontrolado, tanto das matas quanto dos manguezais da comunidade, provocado pelos canaviais, carvoarias e corte de madeira para comercialização. Foram envolvidas na iniciativa cerca de 50 famílias, somando um total de 400 pessoas.

Dentre as atividades realizadas destacam-se a recomposição das áreas degradadas na comunidade com visitas de diagnóstico; práticas de coleta de sementes de plantas nativas; implantação de viveiro de mudas; aulas práticas de plantio de mudas; implantação de cercados para preservação das áreas reflorestadas.

Houve ainda a sensibilização da comunidade acerca da importância da preservação de seus recursos naturais, com ciclo de palestras na escola para alunos, pais, pessoas da comunidade e escolas parceiras. Foram realizadas duas oficinas que orientaram as pessoas sobre o perigo do uso de agrotóxicos e como fazer a conservação do solo. Foi organizado também um intercâmbio entre as escolas parceiras com realização de uma feira de troca de mudas e sementes de espécies nativas.

Em relação ao fortalecimento cultural, foi possível criar um terreiro na área que foi preservada e reflorestada. No terreiro acontecem atividades escolares e outras práticas culturais.

<sup>22</sup> O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).



# RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA POTIGUARA

Embora as diversas iniciativas e parcerias venham revertendo um quadro de degradação ambiental que atingiu o território Potiguara - fruto de um histórico de ações que levaram e estimularam a implantação de modelos agrícolas não sustentáveis -, ainda há uma série de questões a serem enfrentadas para a melhoria da gestão do território.

É importante dar continuidade ao uso das ferramentas de planejamento que hoje existem, tais como o etnomapeamento e o etnozoneamento, como instrumentos para consolidar as informações sobre o território Potiguara e que são subsídios importantes para sua gestão. Porém, além de apoiar a continuidade das diversas iniciativas já em curso, tais como a restauração ambiental, que tem a importante e fundamental participação das escolas e lideranças, é interessante pensar na elaboração de um instrumento mais abrangente de gestão, nos moldes de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA), que poderá ligar e consolidar estas iniciativas para uma maior efetividade.

Professor da escola de ensino fundamental  
Cacique Iniguaçu, no viveiro de mudas da  
escola, apoiado pelo edital PPP GATI (2016)







Participantes da Oficina de elaboração de Projetos GATI - Funai CR Nordeste II, CTL Baía da Traição, CTL Itarema, e ainda representantes Tremembé, Potiguara e assessora GATI (2013)

Prática de carcinicultura na TI Potiguara (2012)



Pesca artesanal marítima Potiguara (2008)





©Robert Miller

Viveiro de mudas na TI Potiguara 

Voçorocas no território Potiguara, resultado do desmatamento causado pelo monocultivo da cana de açúcar 



©Isabel Modercin

Grupo Avencas, da aldeia São Francisco, em frente a uma das placas confeccionadas com apoio dos microprojetos, que alerta para áreas de preservação permanente na TI Potiguara (2016) 

Plantação de inhame na TI Potiguara, ao fundo o rio Mamanguape (2012) 

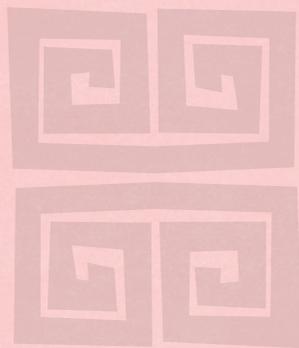


©Alexandre Pankararu



©Robert Miller

TERRAS INDÍGENAS  
CAIEIRAS VELHAS II  
E TUPINIQUIM



## INTRODUÇÃO

As Terras Indígenas (TIs) Caieiras Velhas II (57,39 hectares) e Tupiniquim (14.282 hectares) estão localizadas no município de Aracruz, estado do Espírito Santo, adjacentes à TI Comboios (3.872 hectares). Tais territórios estão regularizados e abrigam uma população de aproximadamente 2.500 pessoas, entre povos Tupiniquim e Guarani Mbya. Os Tupiniquim e Guarani Mbya estão distribuídos em oito aldeias, sendo quatro delas Guarani (Piraquê Açu, Boa Esperança, Três Palmeiras e Olho d'água) e quatro Tupiniquim (Pau Brasil, Irajá, Caieiras Velhas, Areial). Atualmente, a língua do povo Tupiniquim é o português, com o desuso da língua originária, o Tupi. Já os Guarani Mbya mantêm sua língua originária, o Guarani, embora também falem o português.

Depois de muitas reivindicações, a partir da década de 1970, a Funai inicia o processo de regularização fundiária de ambas as Terras Indígenas. Esse processo foi muito conflituoso, com muitos episódios de violência durante as reintegrações de posse. As primeiras demarcações não contemplaram a integralidade do território reivindicado pelos indígenas. Desse modo, as reivindicações pela demarcação da integralidade do território tradicional continuaram até o reconhecimento e demarcação da Terra Indígena Caieiras Velhas II, no ano de 2004, com 57 hectares, e em 2007, a demarcação da TI Tupiniquim Guarani, contabilizou 14.282 hectares. Finalmente, em 2010, foram publicados os decretos de homologação de ambas as Terras Indígenas, finalizando assim o processo.

## CONTEXTO

As Terras Indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II estão localizadas no Bioma Mata Atlântica, apresentando uma diversidade de ecossistemas, tais como manguezal, restinga e floresta atlântica de tabuleiro.

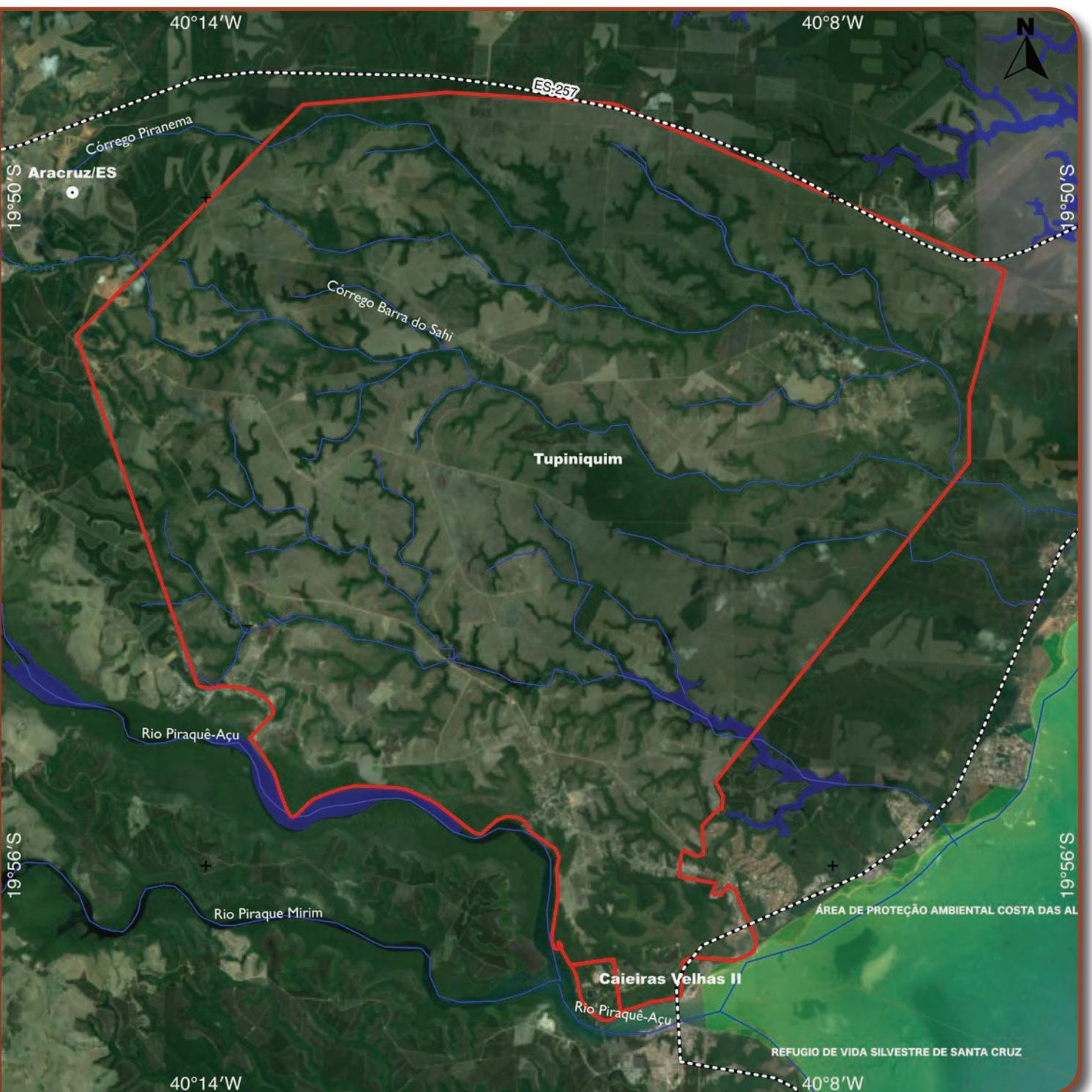
Embora as TIs tenham áreas significativas de ambientes naturais, principalmente os ecossistemas de manguezal e outras formações costeiras, estas estão numa região que vem sendo fortemente impactada pelo desenvolvimento regional. Além da grande empresa de produção de celulose, Aracruz (atualmente Fibria), instalada nos arredores das Terras Indígenas – e com a qual houvera muitos conflitos –, diversos outros empreendimentos vêm se instalando na região, trazendo impactos socioambientais de várias naturezas.

Um dos principais problemas enfrentado pelos indígenas é a questão da água nos territórios indígenas. As TIs são banhadas por cinco rios: Piraquê-Açu, Sauê, Potiri, Guaxindiba, Sahy e Macacos. O maior dos rios é o Piraquê-Açu, que configura um dos limites da TI, em uma extensão de cerca de 11 km. Nesse limite, a área é composta predominantemente por manguezais, parte de um grande complexo costeiro-estuário, que representa uma das áreas de manguezal mais importantes da região Sudeste; e, também, trechos de grotas e chapadas. Os rios são de grande importância para a manutenção da biodiversidade dentro e no entorno das TIs. As porções de território que recebem águas salgadas são ricas em espécies de peixes, como robalo, tainha, vermelho, sirioba e carapeba. Entretanto, praticamente todos já sofreram com impactos da intensa ocupação urbana, que trouxeram consequências graves, como o despejo de esgoto nas cabeceiras do Sahy e Guaxindiba, ou o Aterro Sanitário próximo ao córrego Morobá, afluente do Guaxindiba e, por fim, as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) nos rios Piraquê-açu e Sahy.



TIs Caieiras Velhas II  
e Tupiniquim





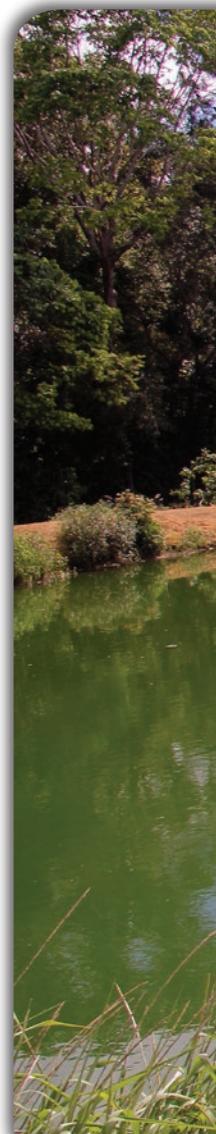
Os animais de caça são escassos em decorrência do extenso desmatamento. Caças de pequeno e médio porte podem ser achadas em duas áreas conservadas de Mata Atlântica nas TIs, denominadas de “reserva”. Essas áreas são utilizadas ocasionalmente para a caça, que complementa a dieta de algumas famílias Guarani Mbya e Tupiniquim.



Autor desconhecido

Encontro entre cacique Guarani Mbya e Tupiniquim na margem do rio Piraquê açu, que simboliza a parceria entre as duas etnias na retomada da terra

A pesca e a comercialização do pescado são atividades relativamente frequentes para algumas famílias Guarani Mbya e Tupiniquim. A comercialização do pescado é feita entre os indígenas no interior das próprias TIs e, esporadicamente, em feiras livres no entorno. Os principais locais de pesca dos Tupiniquim e Guarani Mbya são os rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, de água salobra, manguezais e lagoas de água doce, localizadas próximo a algumas aldeias. Em algumas lagoas existe pequenas iniciativas de criação de peixes em tanque rede. O principal peixe criado é a tilápia. Além da pesca, os Tupiniquim utilizam as áreas estuárias do rios Piraquê-Açu e Mirim para mariscagem de moluscos e crustáceos. De acordo com pescadores e marisqueiros Tupiniquim, os peixes e mariscos diminuíram muito nas duas últimas décadas em função da poluição do mar; rios e lagoas que abastecem e banham os entornos das TIs.



Em 5 de novembro de 2015, o Brasil viu o maior acidente ambiental de sua história, com o rompimento da Barragem do Fundão, na região de Mariana, em Minas Gerais, que espalhou uma enorme quantidade de rejeitos de mineração de ferro pelo Rio Doce. Esses rejeitos, e a lama que os carregavam, desceram por cerca de 650 quilômetros rio abaixo, contaminando também os afluentes do Rio Doce. A lama atravessou, portanto, os territórios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, adentrando o mar no Norte do Espírito Santo, no dia 22 de novembro de 2015, 17 dias depois do rompimento da barragem. Vestígios da lama chegaram ao município de Aracruz quase um mês depois, tornando-se visível na foz do rio Piraquê-Açú e se aproximando das praias poucos dias depois. Esse acidente aumentou, portanto, a degradação do meio ambiente das Terras Indígenas.



O "Pinicão", estação de tratamento de esgoto, dentro da TI Tupiniquim Guarani, na área da aldeia Piraquê Açú (guarani), que traz muitos problemas à saúde, proliferação de insetos e etc (2014)

Os principais cultivos dos Tupiniquim e Guarani Mbya são a mandioca, o milho, o feijão, as frutas e os legumes. As áreas de plantio são os quintais das casas e roças familiares, localizadas próximas às residências. Os quintais de algumas famílias indígenas, principalmente dos Guarani Mbya, apresentam grande diversidade de frutas e outros alimentos. O principal destino dessa produção é o consumo familiar, podendo ocorrer a comercialização quando há excedentes. Os indígenas também criam animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, somente para o consumo familiar. Nas aldeias Pau Brasil e Caieiras Velhas há, também, uma pequena criação de gado.

As principais fontes de renda da população das TIs são: aposentadoria, bolsa família, excedente da produção agrícola, venda de artesanato (para os Guarani Mbya), salários de agentes indígenas de saúde (AIS), professores e trabalhos, formais ou informais, fora das TIs. Empreendimentos empresariais de grande porte, como portos, fábricas, plantações de eucalipto, existentes e em fase de planejamento/ implantação fazem aumentar o interesse dos indígenas por empregos assalariados no entorno das TIs.

As TIs Tupiniquim e Caieiras Velhas II sofrem impactos diretos e indiretos dos mais de 30 empreendimentos localizados na região. Isso faz com que essas duas Terras Indígenas sejam duas das mais impactadas ambientalmente em todo o Brasil. Os principais empreendimentos que causam maior impacto são:

- a tubulação do gasoduto da Petrobrás, proveniente da Plataforma de São Mateus/ES, que corta um trecho de 2,5 km de extensão situado à margem da rodovia ES-10 e que subtraiu áreas de roça dos indígenas;
- a rodovia ES-010, que corta o interior da TI Caieiras Velhas II e contorna a TI Tupiniquim, tendo provocado graves acidentes com indígenas, facilitando a entrada de não índios indesejáveis nas áreas do seu território;
- o estaleiro Jurong, localizado há menos de 4km das TIs, que desmatou uma grande área de Mata Atlântica para se instalar, ainda que tenha promovido o reflorestamento do território desmatado por meio de uma TAC na área da aldeia Pau Brasil;
- a Estrada de Ferro Vitória-Minas, cujo empreendedor é Vale S.A. A ferrovia passa no entorno da TI Tupiniquim e dentro da TI Comboios;
- Aterro Sanitário Brasil Ambiental, mencionado antes, que fica na área da aldeia Areial. Este impacta a região das TIs de vários modos, como contaminação das nascentes, poluição do ar em decorrência do forte odor de putrefação, proliferação de moscas, poeira etc.

Tem-se observada a completa falta de respeito aos vários estudos de impacto sócio-ambiental realizado no âmbito dos processos de licenciamento ambiental desses empreendimentos no entorno ou que se sobrepõe aos TIs. Também não há qualquer respeito aos Planos Básicos Ambientais (PBAs), que prevêm ações e programas de mitigação desses empreendimentos. Dessa forma, muitas ações propostas pelos indígenas acabam tendo um efeito fragmentado e pouca eficácia.



©Andrezza Andrade

 Paulo Tupiniquim fala aos cursistas PNGATI dos projetos de reflorestamento fruto do TAC do estaleiro Jurong (2014)

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Desde a década de 70, os povos Tupiniquim e Guarani vêm se unindo para tornar mais forte os movimentos de reivindicação territorial e de seus direitos, mantendo, porém, a autonomia local. Os caciques, representantes locais, se reúnem na Comissão de Caciques Tupiniquim Guarani (CGTG), que é uma instância não formalizada juridicamente, e também em outras instâncias,

internas e externas, a fim de organizar atividades comunitárias, presidindo os foros de tomada de decisão, em especial, os Conselhos Comunitários de cada comunidade. Se constitui como um fórum máximo de protagonismo político entre as comunidades Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo. É constituída, principalmente, pelo conjunto dos caciques de cada uma das aldeias, mas dela participam com frequência outros reconhecidos líderes dessas comunidades, que não são necessariamente caciques.



Grupo de Congo Tupiniquim, com destaque para o instrumento "casaca" (2014)

Outras representatividades comunitárias são as associações indígenas, tais como a Associação Indígena Tupiniquim e Guarani – AITG, a Associação Indígena Tupiniquim da aldeia Pau Brasil (AITUPIAPABRA); e a Associação Indígena Guarani Boapy Pindó – AIG.

Em relação à vida ritual e religiosa, o que predomina na região é a religião católica, mas a evangélica tem crescido muito nos últimos anos, especialmente entre os Tupiniquim. Existem cultos e tradições envolvendo católicos Tupiniquim, que são consideradas de origem indígena, e que foram transmitidas pelos antepassados. Entre os Guarani Mbya, há a presença do curandeiro e da casa de reza, o que fortalece as crenças e os cultos desse povo, fazendo com que não haja muito espaço para outras religiões.

A dança do tambor é a maior expressão cultural dos Tupiniquim. É tocada pelas bandas de congo, formadas por membros das aldeias. A dança é caracterizada pelas batidas ritmadas dos tambores pelas casacas e maracas e guiadas pelo apito do mestre. Há também eventos anuais, celebrados ao ritmo do congo Tupiniquim, e que mantêm a cultura indígena viva e forte. Já os Guarani-Mbya têm os seus corais de crianças como uma de suas maiores expressões culturais.

# AÇÕES DO PROJETO GATI NAS TIs CAIEIRAS VELHAS II E TUPINIQUIM

As atividades do Projeto GATI nas TIs Tupiniquim e Caieiras Velhas II se iniciaram em 2011, com as reuniões de esclarecimento e apresentação do Projeto para as comunidades indígenas. O consultor regional do núcleo, Carlos Ferraz, também realizou várias reuniões com a Coordenação Regional da Funai Minas Gerais e Espírito Santo, bem como a Coordenação Técnica Local da cidade de Aracruz, a fim de planejar conjuntamente a implementação do GATI nas TIs.

Durante a primeira reunião ordinária, os conselheiros Tupiniquim e Guarani, baseados nos levantamentos de demandas feitos nas aldeias durante os primeiros encontros do Projeto, fizeram uma sistematização de questões e problemáticas das TIs para servir como base para a elaboração de projetos em consonância com a realidade local. Os temas levantados foram:

## **Gestão Ambiental e Territorial Indígena / Fortalecimento Comunitário:**

Capacitação dos indígenas sobre legislação referente ao licenciamento ambiental, elaboração de projetos socioambientais, gestão de associações indígenas, formação indígena em Gestão Ambiental e Territorial; apoio aos indígenas e servidores para participarem dos conselhos e fóruns socioambientais da região; apoio na execução de projetos de etnodesenvolvimento do TAC (Funai/Indígenas/Fibra).

**Proteção Territorial:** Prevenção e combate a incêndios florestais; formação de vigilantes indígenas; criação e instalação de sinalização nas TIs e entornos; implantação de cinturão verde; diálogo e acordos sobre o uso da TI, considerando diferenças de cada grupo.

**Agroecologia e meios sustentáveis de renda e segurança alimentar:** Produção e comercialização de sementes crioulas; apoio ao desenvolvimento e execução de projetos de fruticultura, através do agroextrativismo e agroflorestas (quintais); apoio ao acesso dos indígenas a políticas públicas de fomento a agricultura familiar e segurança alimentar; fomentar o diálogo e ações em prol da pesca artesanal nas TIs.

**Etnoturismo:** Apoiar ações de capacitação da comunidade em etnoturismo, que promova também o diálogo e a reflexão sobre a regulamentação e o ordenamento do segmento nas aldeias interessadas.

Com base nos temas elencados acima, o plano de ação das TIs, definido pelo Conselho, arrolou ações prioritárias a serem desenvolvidas em forma de projetos, eventos e intercâmbios. Assim, as ações prioritárias definidas foram:

- Elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTA);
- Curso de legislação ambiental e indígena, com ênfase nos processos de licenciamento ambiental das Terras Indígenas;
- Projeto de fomento da fruticultura de quintais nas TIs Tupiniquim e Guarani e Caieiras Velhas II;
- Sementes tradicionais Guarani: fortalecimento e conservação das sementes tradicionais Guarani, com realizações de capacitados e intercâmbios;
- Etnoturismo Guarani, com capacitações e diálogos interculturais sobre ordenamento das atividades nas TIs Guarani;
- Criação e manejo de animais silvestres.

Vale ressaltar também as articulações institucionais feitas pelo consultor regional, Carlos Ferraz, visando firmar parcerias para desenvolver ações conjuntas com instituições de renome e com experiência de atuação na região. Além da própria Funai-Sede e suas coordenações gerais (CGGAM, CGEtno e CGMT), CR Minas Gerais/Espírito Santo e CTL Aracruz, a Empresa Vale foi chamada a contribuir com projetos de enriquecimento da agricultura de quintal Guarani; o Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA) – também foi provocado para incluir os indígenas no Programa Reflorestar; e a empresa Kamboas Consultoria Socioambiental, contratada para recuperar áreas degradadas utilizando técnicas da agroecologia.

## INTERCÂMBIO DE SEMENTES TRADICIONAIS GUARANI

O Projeto GATI apoiou a visita de um representante Guarani à aldeia Koenju, na TI Inhapetum de etnia Guarani, localizada no município de São Miguel das Missões (RS). A visita foi realizada entre os dias 13 a 16 de abril de 2013, e teve como objetivo trocar e difundir sementes tradicionais dos parentes do Sul com os agricultores das aldeias Guarani das TIs Tupiniquim, Guarani e Caieiras Velhas II. Como resultado deste intercâmbio, foi trazido e difundido entre os índios sementes tradicionais de milho e amendoim de variedades que não existiam mais nas aldeias.

## PARTICIPAÇÃO NO CURSO “CRIAÇÃO E MANEJO DE ANIMAIS SILVESTRES”, EM BELO HORIZONTE E BALDIM

O curso foi realizado pela instituição “Ponto Terra”, especializada em criação de animais silvestres, entre os dias 24 a 26 de maio de 2013, nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Baldim (MG). O objetivo foi proporcionar aos indígenas a capacitação técnica para criação de animais silvestres, como pacas, queixadas, catetos, capivara, cutias, emas e outros. O curso também abrangeu aprendizados de montagem de instalações, legislação, reprodução, nutrição, cuidados veterinários, mercado e administração das criações. Participaram dois representantes Guarani e um Tupiniquim, além de indígenas Xerente, Xambioá e Bakairi do Núcleo Regional Amazônia/Cerrado do Projeto do GATI.

## PROJETOS DE FRUTICULTURA AGROECOLÓGICA NAS TIs TUPINIQUIM E CAIEIRAS VELHAS II

O projeto de fruticultura de quintais nas TIs Tupiniquim e Caieiras Velhas II teve como objetivo geral fortalecer a fruticultura nos quintais indígenas através da difusão de técnicas de agroecologia, melhorando assim a produção, e visando a conservação do solo e o aumento da agrobiodiversidade. O projeto foi elaborado de forma participativa em oficinas organizadas pelo Projeto GATI e CR MG e ES e CTL de Aracruz em 2013. Para desenvolver o projeto, foram realizadas ações integradas que se iniciaram com:

### **Levantamento da produção de frutas nos quintais das TIs Tupiniquim e Guarani e Caieiras Velhas II**

O levantamento foi realizado por meio de três microprojetos, elaborados para apoiar os pesquisadores indígenas elegidos por suas comunidades. Estes tiveram o propósito de estudar a produção de frutas nos quintais das duas TIs e realizar mobilizações comunitárias para as capacitações e encontros relativos ao Projeto GATI. Os pesquisadores indígenas passaram por uma capacitação em fevereiro de 2014, no qual receberam orientação para aplicar os formulários do Projeto. O levantamento foi feito nas aldeias Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil, Areial, Piraquê-açu, Três Palmeiras, Boa Esperança e Olho D'Água, com um total de 90 formulários preenchidos. Contou com o acompanhamento do consultor do GATI e da equipe técnica do PSTG da Kamboas. Constatou-se uma grande diversidade de espécies frutíferas nos quintais, cuja maioria existe em mais de um quintal, tais como: manga, acerola, mexerica, pitanga, caju, laranja, banana, coco e outras – sendo 43 espécies no total. Estes dados sinalizaram para o potencial das agroflorestas direcionadas para a produção de frutas.



Aplicando questionário de levantamento dos quintais Tupiniquim (2014)

## OFICINAS DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS DIRECIONADAS PARA PRODUÇÃO DE FRUTAS EM QUINTAIS.

Quando finalizado o levantamento, foram realizadas reuniões nas aldeias envolvidas com o objetivo de apresentar os dados e escolher as pessoas que iriam participar das oficinas agroflorestais. Em seguida, foram realizadas três oficinas, cujo conteúdo referia-se ao conceito e o contexto da agroecologia e das agroflorestas; coleta de sementes e produção de mudas frutíferas nativas; preparo e manejo do solo; e manejo agroecológico da produção, considerando o uso de adubo e defensivo orgânico. A oficina foi ministrada pelos técnicos do PSTG/Kamboas nas aldeias Tupiniquim, tendo a participação de cerca de 30 pessoas.

Diálogos sobre técnicas agroecológicas durante oficina promovida pelo GATI em parceria com a Kamboas (2014)



© Carlos Ferraz



Poda de árvore para adubação verde, durante oficina agroflorestal nas aldeias Caieiras Velhas e Irajá (2014)

## INTERCÂMBIO TUPINIQUIM, GUARANI E XAKRIABÁ EM ÁREA DE EXPERIMENTAÇÃO E FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA DO CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS (CAA)

Intercâmbio Tupiniquim, Guarani e Xakriabá em área de experimentação e formação em agroecologia do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA)

O intercâmbio para a Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (AEFA) do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA) foi previsto em dois projetos distintos, elaborados com apoio do Projeto GATI, tanto com os Tupiniquim e Guarani, quanto com os Xacriabá. Por se tratar da mesma temática e do mesmo Núcleo Regional, resolveu-se juntar os povos em um único intercâmbio. O planejamento técnico e logístico foi feito a partir das definições dos representantes indígenas, durante a elaboração participativa dos dois projetos e diálogos com a consultoria do GATI, técnicos do CAA e Funai.

O intercâmbio aconteceu entre os dias 04 a 07 de maio de 2015, e participaram oito Tupiniquim e sete Guarani, que foram selecionados internamente, a partir do levantamento dos quintais realizados e a participação nas oficinas agrofloretais. Da TI Xacriabá também participaram 15 representantes. Participaram também um representante da CTL Aracruz, um técnico agrícola do PSTG/Kamboas e o consultor do Projeto GATI. Todos os participantes indígenas, com apoio da Funai, ficaram responsáveis por difundir as informações obtidas e divulgar as experiências vivenciadas em suas aldeias.

Intercâmbio de Tupiniquim e Guarani para área de experimentação e formação em agroecologia do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas-CAA (2014) ✓





©Carlos Ferraz

Na visita ao AEFA, os visitantes conheceram as unidades pedagógicas da instituição, que possui unidade demonstrativa de agrofloresta, unidade pedagógica silvipastoril – consórcio de pastagem com árvores – e campo de experimentação e produção de sementes tradicionais de milho.

◀ Na Cooperativa Grande Sertão Veredas, Tupiniquim e Guarani assistem pesagem, selagem e embalagem de polpa para congelamento, durante intercâmbio (2015)

No intercâmbio, os visitantes também conhecerem o trabalho da Cooperativa Grande Sertão, que beneficia e comercializa polpas de frutas originárias de produções agroecológicas das comunidades tradicionais do Norte de Minas. Os indígenas também conheceram o histórico de criação e organização da Cooperativa Grande Sertão, ressaltando o funcionamento administrativo da instituição, estrutura física e os seus resultados e dificuldades no protagonismo comunitário em sua gestão. Houve ainda debates sobre o resgate, uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade.

“VENDO ESTA ROÇA DE MILHO LEMBRO DO MEU PAI E DA MINHA INFÂNCIA GUARANI, SEMPRE TIVEMOS ESTE TIPO DE MILHO E UM PLANTIO MISTURANDO O ALIMENTO, É MUITO BONITO.”

Roberto Guarani

“O INTERCÂMBIO INDÍGENA FOI UMA EXPERIÊNCIA MUITO BOA. FOI MUITO PROVEITOSO TUDO O QUE A GENTE VIU, PRINCIPALMENTE SOBRE RESGATE E REFLORESTAMENTO. É UMA DIVERSIDADE DE COISAS QUE FICAM NA CABEÇA DA GENTE, E AGORA A GENTE TEM QUE CHEGAR E PASSAR PARA AS COMUNIDADES. É BOM CHEGAR, VIVER E VER QUE AINDA EXISTE POSSIBILIDADE DE RESGATE E PLANTIO, DE TER UM ALIMENTO DIVERSIFICADO E NATURAL. OS ESTUDOS QUE NÓS TIVEMOS SOBRE A COOPERATIVA, SOBRE A ALIMENTAÇÃO PRÓPRIA DO LUGAR, SOBRE A CASA DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS... CONHECER TUDO ISSO ERA UM SONHO DA GENTE, QUE FOI CUMPRIDO. AGORA O OUTRO SONHO É LEVAR ISSO PARA AS COMUNIDADES, FAZER UM TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO. VAI SER UM TRABALHO DE FORMIGUINHA, MAS A GENTE TEM CERTEZA QUE TUDO VAI DAR CERTO.”

Deusdeia Tupiniquim

## PROJETO DE ENRIQUECIMENTO DE QUINTAIS GUARANI APOIADO PELA EMPRESA VALE

O Projeto GATI iniciou uma articulação com a Empresa Vale, em 2012, quando os Guarani visitaram a Reserva Ambiental da Vale S/A, nos municípios de Linhares e Sooretama, para conhecer o viveiro de mudas nativas. Nessa visita, os Guarani ficaram interessados em adquirir mudas para enriquecer a agricultura de quintal. Dessa forma, o Projeto GATI, por meio da consultoria regional, elaborou o projeto intitulado “Fomento dos Sistemas Agroflorestais nos quintais Guarani: afirmação cultural e alternativa de renda”. O projeto teve como objetivo o enriquecimento dos quintais das aldeias Guarani com espécies produtivas de alimentos, artesanato e remédios, como forma de apoiar a segurança alimentar, alternativas de renda, fortalecimento cultural e manutenção da agrobiodiversidade.

O projeto foi aprovado pela Vale, e as famílias Guarani receberam 1.000 mudas de espécies frutíferas, madeireiras e medicinais, tais como louro, pau brasil, sapoti, tucum, caqui roxo, carambola verde, cupuaçu, jacaranda, pau santo branco, jabuticaba roxa e outros. A área total de plantio foi de dois hectares, dividido para oito famílias, sendo seis famílias da aldeia Três Palmeiras, uma da aldeia Boa Esperança e uma da comunidade de Boa Vista. A escolha das famílias se deu pela avaliação de produtores, que vêm desenvolvendo de forma autônoma a atividade de plantio em quintal, sem contar com qualquer suporte, e retiram da terra a maior parte do seu sustento. Um técnico da Vale acompanhou o plantio nas aldeias e o desenvolvimento das plantas foi monitorado pelos técnicos da Kamboas e CTL Funai de Aracruz.

## ARTICULAÇÃO COM PROGRAMA REFLORESTAR PARA APOIO NO ENRIQUECIMENTO DE QUINTAIS POR MEIO DE SAFs

Durante as articulações iniciais para implementação do GATI, foi identificado o Programa Reflorestar do Governo Estadual do Espírito Santo como possível fonte de apoio para a implantação de agroflorestas e ações de restauração ambiental. Este programa, desenvolvido pelas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (SEAMA – ES) e de Agricultura, Aquicultura e Pesca (SEAG), tem como objetivo manter, recuperar e ampliar a cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, através de doação de práticas de uso amigável dos solos do estado do Espírito Santo. O apoio do programa se resumiria em disponibilizar insumos, como mudas, sementes, adubo, cerca e outros, para os indígenas interessados em implantar agroflorestas. Para esse fim, em 2013, o Projeto GATI apoiou o cadastro no Programa de 16 indígenas identificados nos questionários e que apresentaram interesse e indicação dos caciques das aldeias envolvidas na iniciativa.

No entanto, o Programa Reflorestar foi pensando para atender produtores rurais com titularidade das suas propriedades, diferente dos produtores indígenas, que são inseridos em uma Terra Indígena de usufruto coletivo, e que, conseqüentemente, não possuem titularidade semelhante aos pequenos produtores regionais. Por este motivo, a SEAMA encaminhou o cadastro realizado à Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE) para análise e parecer, a qual deu parecer negativo. A Funai, principalmente por meio da CTL de Aracruz, vem buscando solucionar este impasse junto ao IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, discutindo o estabelecimento de um Termo de Cooperação entre as partes. As articulações estão em andamento, sendo que, no início de 2016, os técnicos do IEMA visitaram as TIs para fazer a primeira identificação das áreas a serem contempladas pelo programa.

## MICROPROJETOS

Vários microprojetos executados nas TIs apoiaram as ações do projeto de Fruticultura. Três deles apoiaram um levantamento nos quintais agroflorestais de famílias da TI, a fim de registrar informações sobre as espécies encontradas nesses locais e aspectos da sua produção e manejo. Os proponentes destes microprojetos foram:

- Augusto Vaz, que fez o levantamento nas aldeias Guarani de Três Palmeiras, Boa Esperança, Piraquê-Açu e Olhos d'água;
- Paulo Henrique Vicente, que levantou informações nas aldeias Tupiniquim de Irajá e Caieiras Velhas;
- Valdir Almeida da Silva, que levantou os quintais nas aldeias Tupiniquim de Pau Brasil e Areal.

Os três microprojetos foram executados entre 2013 e 2014, sendo aplicados cerca de 90 questionários. Dentre as informações levantadas estão as espécies cultivadas e as formas de plantio e manejo utilizadas pelas famílias pesquisadas. Essas informações serviram de base para os diálogos e as reflexões decorridas durante as oficinas de qualificação e planejamento no projeto de Fruticultura de Quintais, principalmente no que se refere às diferenças entre agricultura convencional e o manejo agroecológico, em termos dos seus resultados práticos.

Já o microprojeto “Educação ambiental Guarani em prol da produção tradicional de alimentos saudáveis e de reflorestamento das áreas da escola indígena” foi executado, em 2015, pelo proponente Mauro Carvalho, da aldeia Três Palmeiras. A iniciativa visou o fortalecimento e difusão de técnicas tradicionais de manejo agroecológico Guarani para crianças e adolescentes da escola Municipal Pluridocente Indígena Guarani, da aldeia Três Palmeiras. O projeto promoveu oficinas sobre agroecologia Guarani e realizou práticas educativas com os alunos, que envolveram também as tradições Guarani referente à alimentação saudável, recuperação de matas e agroflorestas.

O microprojeto “Oficina de Sistema Agroflorestal para fortalecimento e aprendizagem das tradições agroecológicas dos Guaranis” teve como responsável Antonio Carlos da Paixão, habitante da aldeia Boa Esperança, tendo sido executado em 2014. O projeto realizou uma oficina sobre agroflorestas (SAFs) para 20 agricultores indígenas de quatro aldeias Guarani, das TIs Tupiniquim Guarani e Caieiras Velhas II. Na oficina, os indígenas discutiram os conceitos da agroecologia Guarani, coletaram sementes nativas e preparam mudas, passando pela construção de sementeiras, preparos para o plantio e técnicas de estaquia. Também aprenderam sobre compostagem e técnicas Guarani de controle de pragas.

Outro microprojeto executado foi “Implantação do viveiro de mudas na aldeia Caieiras Velhas (Tupiniquim), como meio de enriquecimento dos quintais e aéreas coletivas da aldeia”, cujo responsável foi Manuel Santos, da aldeia Caieiras Velhas. A iniciativa foi executada entre 2014 e 2015, e teve como objetivo produzir mudas para enriquecimento dos quintais da aldeia Caieiras Velhas com o sentido de promover a geração de renda, e ainda proporcionar maior autonomia agrícola para as famílias Tupiniquim. Com apoio dos técnicos da Kamboas, o projeto também construiu um viveiro de mudas que, além de promover educação ambiental comunitária, forneceu mudas para os quintais da aldeia. Outro resultado importante foi observar a união da comunidade, que promoveu um mutirão para a construção do viveiro. Nesta ocasião, houve troca de informações sobre a agricultura, as espécies cultivadas e formas de cultivo.

  
Cacique Manoel  
Tupiniquim, no  
plantio de mudas  
(2014)



© Carlos Ferraz

O microprojeto “Enriquecimento de frutíferas nos quintais”, cuja responsável foi Geisa do Rosário, da aldeia Areal (Tupiniquim), foi executado em 2014. Esse projeto teve como objetivo promover o enriquecimento de 18 quintais da aldeia Areal com espécies frutíferas, aumentando a diversidade de alimentos, e criando a possibilidade de geração de renda por meio da comercialização de excedentes. As mudas para os quintais foram compradas com o recurso do microprojeto, tendo sido distribuídas entre as 18 famílias. O plantio e o monitoramento foi feito com apoio de técnico da Kamboas. Uma grande diversidade de espécies foram plantadas, tais como: laranja, jaca, manga, acerola, limão, coco, caju, jabuticaba e outras. O projeto também contribuiu para uma mudança de paisagem na aldeia, tendo em vista que a paisagem anterior refletia a danosa monocultura do eucalipto.

Outro microprojeto executado em 2014 foi o “Projeto Cultivo de Fundo de Quintais”, de responsabilidade de Edilaine Pinto, da aldeia Irajá. A iniciativa teve como objetivo plantar mudas de frutíferas para o enriquecimento de oito quintais da aldeia Irajá, proporcionando uma maior diversidade de alimentos para as famílias e, ao mesmo tempo, promover a geração de renda por meio da comercialização da produção excedente. As mudas foram adquiridas e levadas às aldeias pelo recurso financeiro do microprojeto. Outros insumos também foram adquiridos para incrementar o plantio. As espécies plantadas foram as mais diversas, tais como: acerola, cupuaçu, abacate, goiaba vermelha, caju e muitas outras.

## PPP GATI

Foram dois projetos apoiados pelo Edital PPP GATI<sup>23</sup>, seguindo o critério de que cada povo de uma TI poderia apresentar sua proposta. Dessa forma, as TIs Tupiniquim/Caieiras Velhas II tiveram duas propostas aprovadas, que foram executadas entre 2015 e 2016:

Proposta Tupiniquim: “Fortalecimento da fruticultura de quintais Tupiniquim e Guarani, a partir da instalação e funcionamento dos viveiros de mudas”. O objetivo do projeto foi fortalecer a produção de frutas nos quintais e contribuir com as iniciativas de recuperação das áreas degradadas, possibilitando a produção de mudas de interesse e experiência conjunta entre os agricultores. A proponente foi a Associação Indígena Tupiniquim da Aldeia do Pau Brasil (AITUPIAPABRA).

O projeto teve início com a formação de uma comissão formada por um representante de cada associação indígena das TIs e representantes da CTL Funai de Aracruz. A comissão fez o planejamento, mobilização e o acompanhamento do projeto em todas as suas etapas.

<sup>23</sup> O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN).

O passo seguinte foi a instalação de viveiros de mudas frutíferas e nativas nas oito aldeias da TI Caieiras Velhas II e Tupiniquim Guarani. Os viveiros foram geridos por famílias que se envolveram no projeto Fruticultura apoiado pelo GATI e seus parceiros, como a empresa Kamboas. A ação seguinte foi o incentivo às iniciativas dos grupos de agroecologia indígena nas aldeias envolvidas, por meio de intercâmbios de experiências agroecológicas entre as aldeias Tupiniquim e Guarani e ainda por meio de oficina de capacitação de viveirista, que teve como foco a produção de mudas frutíferas e nativas. No total foram aproximadamente 102 famílias beneficiadas com as ações.

Proposta Guarani: “Florestação: Agrofloresta como alternativa para restauração ambiental e sustentabilidade para comunidade Guarani”. O objetivo do projeto foi implementar um sistema agroflorestal na TI e resgatar práticas agrícolas tradicionais, buscando a sustentabilidade socioambiental e a recuperação da biodiversidade regional. O projeto foi executado entre 2015 e 2016, e a proponente foi a Associação Indígena Guarani Mboapy Pindó (AIG Mboapy Pindó)

O projeto implantou 4 hectares de agroflorestas, promoveu a capacitação em planejamento, logística e insumos para implantação de cultivos agroflorestais; iniciou recuperação de mananciais; contribuiu para produção de alimentos; e iniciou a recuperação da biodiversidade de áreas degradadas pelo monocultivo de eucalipto. As atividades do projeto começaram com uma reunião de apresentação às comunidades envolvidas, para receber a orientação e a benção dos anciões, e para coletar informações sobre espécies vegetais que desejavam cultivar. Logo em seguida, ocorreram as oficinas de capacitação, que formou agentes agroflorestais para os trabalhos coletivos de manejo de agroflorestas, valorizando o conhecimento Guarani. Na sequência, houve o planejamento para operacionalização do projeto, visando organizar a aquisição de insumos e a equipe de operadores de ferramentas. Após estabelecer data, foi organizado um mutirão para preparo do campo agroflorestal, que levou dois dias de trabalho para o plantio. O projeto beneficiou diretamente 10 famílias Guarani, que já estavam envolvidas no cultivo agroflorestal.

## INTERCÂMBIO GUARANI (ES) PARA AS TERRAS INDÍGENAS GUARANI DO BRACUÍ (RJ) E GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA (SP)

O intercâmbio dos Guarani da TI Tupiniquim/Caieiras Velhas II para as TIs Guarani do Bracuí e Guarani do Ribeirão Silveira, Áreas de Referência do Projeto GATI no Núcleo Mata Atlântica Sudeste, foi previsto como ação prioritária no Plano de Ação do Conselho Regional do Projeto GATI. O intercâmbio, que aconteceu entre os dias 01 a 05 de junho de 2015, teve como objetivo contribuir na articulação da população Guarani dos dois Núcleos, visando a troca de experiências em agroecologia, reflorestamento e etnoecoturismo.

Participaram oito Guarani, selecionados pelas aldeias de acordo com o envolvimento nos levantamentos de quintais e participação no intercâmbio para na AEFA do CAA em Montes Claros (MG). O consultor regional do GATI também acompanhou o grupo junto com o ponto focal do Projeto GATI na CTL Funai de Aracruz, que já vinha acompanhando a capacitação em agroecologia.

Na primeira visita à TI Guarani do Bracuí, no município de Angra dos Reis (RJ), a equipe foi recebida pelos Guarani da TI envolvidos diretamente nas atividades do GATI e também pelo consultor regional do Núcleo Mata Atlântica Sudeste, Dafran Macário. Foi apresentado como está o processo de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI e o envolvimento dos jovens na ação, ressaltando os temas norteadores, que são: agroflorestas, história da TI Guarani do Bracuí, etnomapeamento do território, educação e saúde, ambiente e recursos naturais. Foi discutido também a questão do etnoecoturismo, principalmente, quanto à importância de se esclarecer tecnicamente a atividade, realizar planejamento e estabelecimento de regras internas na comunidade. Foi falado também do protagonismo Guarani referente à gestão adequada da atividade, otimizando os seus impactos positivos e minimizando os negativos.

Os Guarani do Espírito Santo conhecem as mudas plantadas nas áreas de SAFs da TI Guarani do Bracuí-RJ, durante intercâmbio (2015) 



Ainda no Bracuí, houve uma caminhada para conhecer as áreas reflorestadas por meio de agroflorestas, apoiadas pelo Projeto GATI e pela CR Funai Litoral Sudeste (Itanhaém). Nessas áreas, as principais espécies plantadas são as palmeiras jussara, açaí, pupunha e guaricanga (uma espécie nativa, cujas folhas são usadas para cobertura de casas Guarani).

Na TI Guarani Ribeirão Silveira, os visitantes foram recebidos pelo cacique Adolfo Guarani e pelos envolvidos nas ações do GATI na região. No local conheceram as experiências com agroflorestas, nas quais são feitas o plantio da palmeira jussara para o corte do palmito ou para colher os frutos, cuja polpa se semelha ao açaí. Essa atividade é uma forma de conservar a floresta Atlântica na TI, diminuindo a atividade de extração dos palmitos da jussara nativa. Na oportunidade, os visitantes receberam de presente mudas de palmeiras e sementes de milho Guarani.



## ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL (PGTA) A PARTIR DO ESTUDO ETNOAMBIENTAL JÁ REALIZADO

A ação é parte das prioridades definidas pelos conselheiros do GATI das TIs Tupiniquim Guarani/Caieiras Velhas II. Para dar início ao planejamento, foi feita uma sistematização dos estudos etnoambientais realizados nas TIs, junto com todos os empreendimentos e os seus processos de licenciamento que impactaram as TIs. O passo seguinte seria a definição da metodologia a ser utilizada na elaboração do PGTA. Entretanto, o andamento da ação tomou outro rumo quando o Plano Básico Ambiental (PBA) da Vale (Processo de LO da Ferrovia Vitória – Minas) assumiu a responsabilidade, em 2014, na elaboração do PGTA. A CCTG promoveu conversas internas entre as comunidades sobre o etnozoneamento e os acordos internos da TI.

## ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO TAC (TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA) - TUPINIQUIM/GUARANI/FUNAI/FIBRIA

Durante as primeiras reuniões de esclarecimento do Projeto GATI na Terra Indígena, surgiu a demanda de apoiar a elaboração de projetos a serem apresentados para a CGETNO (Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento) e CGGAM (Coordenação Geral de Gestão Ambiental). Esses projetos devem ser contemplados por essas duas coordenações gerais da FUNAI, no âmbito do TAC estabelecido entre indígenas, FUNAI e empresa Fibria.

O GATI apoiou essa ação por meio da assessoria prestada pelo consultor regional do GATI na elaboração de quatro projetos de etnodesenvolvimento, e um de gestão ambiental no âmbito do TAC, em formato de formulário único da Funai. Os projetos foram:

- Projeto de Artesanato como geração de renda e fortalecimento cultural das comunidades da Terra Indígenas Tupiniquim e Guarani;
- Projeto de criação de animais para segurança alimentar e renda das comunidades indígenas;
- Segurança alimentar e geração de renda através da aquicultura e da pesca tradicional;
- Projeto de produção agrícola para segurança alimentar e renda das comunidades indígenas;
- Projeto de recuperação ambiental, decorrente de estudo etnoambiental dos territórios indígenas Tupiniquim e Guarani e Comboios.



## ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO AMPLIADA NORDESTE I E II

A reunião ampliada dos Conselhos Regional Deliberativo do Projeto GATI dos Núcleos Nordeste I e II foi uma reivindicação dos membros dos conselhos de ambos Núcleos Regionais e da Apoinme, a fim de avaliar o andamento das atividades do GATI e planejar as ações de encerramento do Projeto. O evento aconteceu entre os dias 26 a 28 de maio de 2015, em Recife (PE) e contou com a participação dos próprios conselheiros, dos representantes da Apoinme, das Coordenações Regionais da Funai, Nordeste I e II, Baixo São Francisco, Minas Gerais e Espírito Santo e suas respectivas CTLs, da equipe técnica do Projeto GATI e outros colaboradores e parceiros. No caso das TIs Tupiniquim e Caieiras Velhas II, os conselheiros discutiram e definiram um plano de ação de encerramento do projeto a partir das seguintes atividades:

- reunião com a Comissão de Caciques Tupiniquim Guarani (CCTG) para acordarem o formato e os critérios de acompanhamento e execução do Pequeno Projeto (Edital - PPGATI) e Microprojetos em avaliação (prevista para junho de 2015);
- apoio técnico na execução do Pequeno Projeto (Edital PPP- GATI) e Microprojetos indígenas em avaliação, a partir de julho de 2015;
- elaboração participativa da continuidade do projeto de fortalecimento da fruticultura de quintais nas TIs: prevê organização comunitária, e aquisição de maquinários para beneficiamento. Após elaboração envio para CGEtno/Funai. Até final de julho de 2015;



- auxiliar na articulação dos potenciais parceiros para capacitação e assessoria técnica na operacionalização e administração das usinas de beneficiamento de frutas (potenciais a ser implantadas via projeto da CGEtno) julho e agosto de 2015;
- continuidade da Articulação com estado do Espírito Santo para inclusão dos Tupiniquim e Guarani no Programa Reflorestar, a partir de julho de 2015;
- possível apoio futuro, sob demanda da Comissão de Caciques, nos encaminhamentos sobre Gestão Ambiental Territorial;
- apoio financeiro e logístico para intercâmbio no Caparaó (área Guarani em demarcação no ES) para busca de mudas e sementes de interesse Guarani - julho a dezembro de 2015.

## RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS CAIEIRAS VELHA II E TUPINIQUIM

As TIs Caieiras Velhas II e Tupiniquim trazem um histórico complexo de lutas pelo território e contra a degradação ambiental, sendo hoje recordes em relação ao número de empreendimentos afetando diretamente as TIs ou ocupando seu entorno, com muitos passivos ambientais ainda a serem resolvidos.

Muitos dos processos de compensação referente aos empreendimentos instalados no entorno das TIs trouxeram ações fragmentadas, potencializando os interesses individuais e não os coletivos. É um desafio muito grande para as lideranças destas duas TIs pensar ações que possam trazer uma melhor gestão do território e o bem viver das suas comunidades.

Diversas iniciativas muito interessantes estão em curso, tal como o trabalho com agroflorestas, agroecologia e restauração ambiental, com o mérito de aprofundar o debate local sobre a conservação do meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis. Deve-se continuar a articulação com o Governo Estadual a fim de permitir a inclusão dos agricultores indígenas no Programa Reflorestar, o que permitiria ampliar de forma significativa as ações em curso.

Porém, na perspectiva de uma iniciativa mais ampla de gestão ambiental e territorial, é importante dar seguimento ao anseio de elaboração de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental-PGTA. O PGTA é um importante instrumento, não só de planejamento, mas também político, pois na medida em que se busca definir e organizar as ações necessárias para a melhor gestão da TI, também são identificadas as políticas públicas aplicáveis e os atores responsáveis por estas. O PGTA, portanto, torna-se também um instrumento de negociação em diversas esferas. Porém, igualmente importante é o processo interno de mobilização e discussão, que fazem parte da elaboração de um PGTA, e que leva à construção de um capital social. Essa discussão não só provoca um debate sobre o uso dos recursos naturais e do território, como também estimula a troca de informações entre gerações.

©Dafran Macário



Os Guarani da TI Caieiras Velhas II e Tupiniqui, conhecem áreas de reflorestamento com espécies nativas, como a palmeira jussara na TI Guarani do Ribeirão Silveira-SP (2015)

©Demian Nery



Representantes Tupiniquim apresentam o seu projeto apoiado pelo PPP GATI, durante oficina realizada em Brasília-DF (2015)

Projeto GATI e Funai conhecem e dialogam sobre as técnicas de reflorestamento realizado pelos técnicos do PSTG da Kamboas, na TI Caieiras Velhas II e Tupiniquim (2013)

©Carlos Ferraz



Cacique Roberto Guarani do Espírito Santo é apresentado com milho tradicional e orquidea da TI Guarani do Bracuí, durante intercâmbio (2015)



©Carlos Ferraz





Aldeia Olho D'Água, foi palco de um dos conflitos mais violentos na luta pelo reconhecimento territorial dos índios Tupiniquim e Guarani (2014)

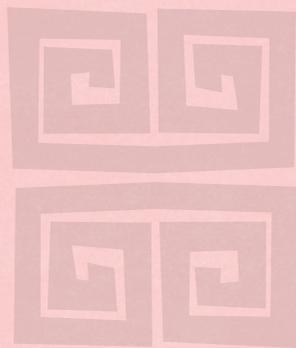


Estuário do rio Piraquê Açu, nas imediações da TI Caieiras Velhas II e Tupiniquim (2014)

TERRA INDÍGENA

CARAMURU

PARAGUASSU



## INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Caramuru Paraguassu está localizada entre os municípios de Camacan, Itaju da Colônia e Pau Brasil, no sul do estado da Bahia (BA). A TI está regularizada com 54.105 hectares e trata-se de uma “Reserva Indígena”, demarcada e regularizada após um longo processo de mobilizações políticas dos indígenas. A TI é habitada pelo povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, cuja população está estimada em aproximadamente 2.284 habitantes, distribuídos entre treze (13) aldeias: Água Vermelha, Ourinho, Mundo Novo, Toicinho, Bom Jesus, Taquari, Santa Maria, Serra da Bananeira, Fartura, Serra da Toca da Onça, Acaí, Pau Oco e Braço da Dúvida.

O que hoje se conhece como povo “Pataxó Hã-Hã-Hãe” refere-se a uma junção de diferentes grupos indígenas que, em épocas distintas, foram deslocados para a área da Reserva Caramuru-Paraguaçu, criada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1926, em terras devolutas do Estado da Bahia. De Olivença vieram grupos de Tupiniquim e Botocudo (Aimoré e Gueren); de Santa Rosa, os Kariri-Sapuyá que haviam sido expulsos de Pedra Branca, no sul do Recôncavo baiano; e grupos Kamakã e Gueren da antiga aldeia de Ferradas, em São Pedro d’Alcântara. A Reserva Caramuru-Paraguassu também foi alvo das invasões de grileiros e posseiros que se apropriaram das terras, constituindo fazendas de cacau e de gado.

Um momento importante na luta pela demarcação aconteceu em 2012, quando os Pataxó Hã-Hã-Hãe retomaram outras áreas da TI que estavam sendo exploradas por fazendeiros não indígenas. Isso acirrou os conflitos com os fazendeiros e pressionando o Supremo Tribunal Federal (STF) a dar uma resolução mais ágil para o caso. No mesmo ano, o STF votou pela anulação dos títulos de propriedade dos fazendeiros, e os Pataxó Hã-Hã-Hãe tiveram reconhecido o direito ao usufruto exclusivo dos 54.105 hectares da Reserva.







Área de cabruca no Panelão (2012)



O artesanato é pontual, destinado apenas à venda em áreas próximas ou em eventos organizados na área indígena. Outras fontes de renda são os salários de funcionários públicos e os benefícios do programa Bolsa Família e da aposentadoria rural.

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

São reconhecidos sete caciques e dezenas de lideranças da população habitante da TI. Todos os grupos são representados e participam dos processos de gestão do território. Alguns grupos criaram associações locais, e seus representantes também participam dos fóruns e assembleias gerais.

Em 2006, os Pataxó Hã-Hã-Hãe criaram o Conselho de Anciões e um acordo de convivência, chamado de “Regimento Interno”. Ambos foram aprovados na Assembleia Geral, em 2014.

Em 2016, já colocando em prática o Regimento Interno, foi criado em Assembleia Geral, o Conselho de Segurança Comunitário Indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe – Consip. Entre as suas atribuições, o Conselho visa desenvolver ações que garantam a solução de problemas relacionados à segurança dos moradores da comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe, bem como a resolução e prevenção contra delitos que os prejudiquem. O Consip também tem como objetivo discutir e implementar projetos que visem a melhoria na qualidade de vida dos indígenas. Os membros do Conselho são atores importantes no âmbito comunitário, como os caciques, anciões e representantes das regiões da TI. A Funai, a Polícia Federal e o Ministério Público também fazem parte dessa instância.

Em relação ao associativismo, na TI existem as seguintes associações de base comunitária: Associação Hã-Hãe Hãe Indígena de Agua Vermelha (AHIIV); Associação Indígena da Aldeia Bahetã (AIHAB); Comissão Gestora do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe; Associação Indígena dos Moradores de Ourinho; Associação da Comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe; Associação Indígena Caramuru. Em âmbito nacional, essas associações se vinculam à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime).

Sobre as manifestações tradicionais, a maior expressão cultural entre os Hã-Hã-Hãe é a prática do Toré. Trata-se de uma dança ritual, que tem por sentido invocar os “encantados”, protetores dos povos e das matas. Os cânticos entoados durante o ritual remetem aos antepassados e à vida cotidiana indígena. O toré, executado por mulheres e homens, é dançado em círculos, cujos dançarinos seguem o compasso ritmado das vozes e dos maracás.

Em relação à vida religiosa, a maioria dos Pataxó Hã-Hã-Hãe são evangélicos, apesar de haver um número significativo de igrejas católicas nas aldeias.



Toré durante o Seminário Regional do Projeto GATI (2011)



## AÇÕES DO PROJETO GATI NA TERRA INDÍGENA CARAMURU-PARAGUASSU

Em 2011, para dar início à implementação regional do Projeto GATI, foram realizados cinco seminários regionais, que deram prosseguimento ao processo de esclarecimento sobre o Projeto para as comunidades. Também foram definidos os Núcleos Regionais que dariam suporte às ações nas Áreas de Referência do projeto. No caso da região Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, o seminário regional aconteceu, em junho de 2011, na TI. Caramuru-Paraguassu, e pode ser considerado como a primeira ação do GATI na TI.

Seminário Regional do Projeto GATI (2011)



©Robert Miller



©Robert Miller

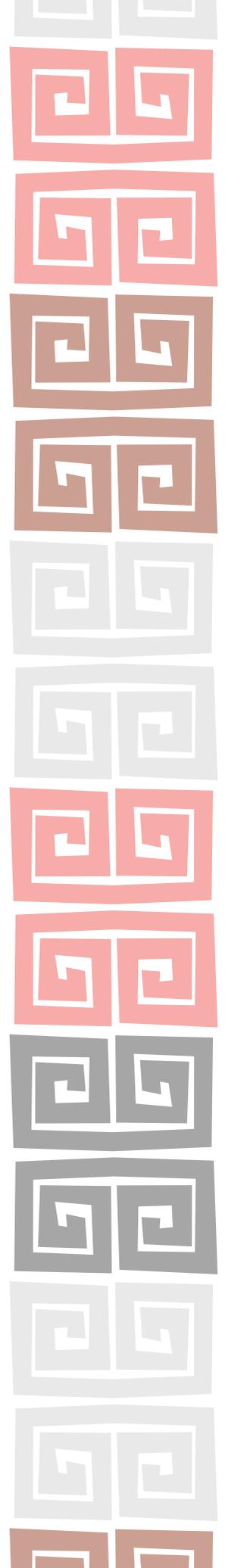
Trabalhos em grupo do Seminário Regional do Projeto GATI (2011)

Em 2012, quando o Projeto GATI iniciou suas atividades no Núcleo Regional Nordeste II, a TI Caramuru Paraguassu passava por intensos conflitos decorrentes da retomada das terras por parte dos Pataxó Hã-Hã-Hãe. A retomada acirrou os ânimos dos regionais que deram origem a novos episódios de violência. Em acordo com a Coordenação Regional da Funai Sul da Bahia, Unidade Gestora do Projeto GATI (UGP), o consultor regional, Carlos Ferraz, e as lideranças da TI, decidiram que o mais adequado seria esperar as questões externas e internas se estabilizarem para o prosseguimento das atividades do GATI. Sendo assim, somente no começo de 2013, o consultor regional esteve na TI para realizar as reuniões de esclarecimento, sendo realizado também as indicações dos membros para compor o Conselho Regional e para a elaboração do plano de ação do projeto GATI.

As reuniões de esclarecimento aconteceram em março de 2013 e foram realizadas em três Núcleos diferentes da TI Panelão, Bahetá e Caramuru. A escolha de realizar a mesma reunião em três áreas diferentes da TI foi justificada pelos indígenas e servidores das CTL's Pau Brasil e Itororó, por considerarem uma melhor forma de organização que respeita o ordenamento espacial e social dos indígenas, possibilitando assim atingir maior número de pessoas das comunidades e, com isso, obter melhores resultados. Durante as reuniões também foram tratadas as demandas prioritárias da TI que iriam compor o plano de ação. Nesses encontros nas três regiões, os Pataxó Hã-Hã-Hãe demonstraram diferenças claras em relação aos temas de interesse, bem como diferenças socioambientais e organizacionais de cada região.

## REUNIÃO NO NÚCLEO BAHETÁ

A reunião foi realizada no dia 09 de março de 2013 e contou com a participação do cacique e das principais lideranças. Durante a reunião foram discutidas as questões socioambientais da região, sendo informando que, por conta do desmatamento, havia grandes limitações na produção e disponibilidade de água para comunidade, fazendo com essas ficassem dependentes do caminhão pipa da prefeitura. Dessa forma, foi recomendado que o Projeto GATI direcionasse suas ações para a recuperação ambiental das matas a fim de incrementarem a qualidade e a quantidade da água disponível. Essas ações contemplariam a elaboração de um projeto de recuperação florestal e hídrico para TI considerando as especificidades territoriais dos três Núcleos.



## REUNIÃO NO NÚCLEO PANELÃO

A reunião foi realizada, no dia 10 de março de 2013, na cidade de Jacareci, no entorno da TI Caramuru-Paraguassu. Nessa reunião constatou-se a realidade ambiental diversificada do Panelão em relação aquela do Bahetá. No Panelão, o sistema de cabruca predomina na paisagem, porém a área acabou sendo abandonada em decorrência de uma grande infestação de “vassoura de bruxa”<sup>25</sup> nos cacauzeiros, de modo que as nascentes e córregos ficaram conservados. De acordo com as lideranças locais, a pecuária não foi desenvolvida naquela região em razão de seu relevo acidentado, cujo acesso e o desenvolvimento da pecuária extensiva tornava-se difícil. Ao final da reunião, concluiu-se que o GATI deveria apoiar a implantação e o fortalecimento de Sistemas Agroflorestais (SAF), considerando a cabruca já existente na região do Panelão, com o objetivo de fortalecer a segurança alimentar das famílias, promover projetos de geração de renda e de conservação ambiental.

## REUNIÃO NO NÚCLEO CARAMURU

A reunião aconteceu no dia 11 de março de 2013, na aldeia Caramuru. As lideranças presentes recomendaram que o GATI apoiasse as iniciativas de recuperação ambiental direcionadas para a questão hídrica e para a produção de alimentos que utilizassem técnicas agroecológica. As lideranças pontuaram ainda que a capacitação e formação de agentes ambientais indígenas era muito importante para a execução e o sucesso dos projetos de recuperação ambiental na TI. Definiram que as ações prioritárias para a área é a recuperação das nascentes, rios e córregos, valendo-se do reflorestamento, monitoramento e educação ambiental direcionada às comunidades.

Com base nas discussões dessas reuniões, as linhas de atuação definidas foram:

- Elaborar projeto de recuperação ambiental comunitário direcionado para atividades de reflorestamento e recuperação hidroambiental de forma integrada;
- Apoio à captação de recurso para execução de projetos a serem elaborados;
- Elaborar Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA.

O Projeto GATI priorizou como ação transversal a construção de um plano de recuperação ambiental integrado, com foco na recuperação das nascentes de riachos e rios, tendo sido contratado o engenheiro agrônomo Antônio de Barros Assumpção, em razão de sua experiência na região, incluindo trabalhos com comunidades indígenas.

<sup>25</sup> Doença do cacauzeiro causada pelo fungo *Moniliophthora* perniciosa, que apodrece os frutos e os brotos da planta.



Lideranças da TI Caramuru Paraguassu durante oficina de planejamento do plano de recuperação ambiental de nascentes (2014) 

## ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIO, DIRECIONADO PARA O REFLORESTAMENTO, INTEGRADA À RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL

Entre os dias 31 de julho a 12 de agosto de 2014, o técnico contratado, Antônio Assumpção, e o consultor do GATI, Carlos Ferraz, realizaram o diagnóstico participativo e as oficinas para o levantamento das práticas tradicionais de manejo da fauna e da flora, bem como a localização dos locais degradados, contando com oficinas de mapeamento e outras formas de envolvimento participativo. Os dados levantados serviram de base para elaboração do Plano de Recuperação Ambiental da Terra Indígena Caramuru Paraguassu, que teve como foco o reflorestamento, a recuperação e proteção dos recursos hídricos, acordos internos do uso e ocupação territorial, vigilância e monitoramento territorial. Abaixo, apresentamos um quadro que faz o resumo das situações e problemas ambientais identificados pelo diagnóstico, assim como as oficinas e as respectivas propostas de ações:

## Problemas Ambientais na TI Caramuru Paraguassu e Propostas de Ação

Problema Ambiental	Propostas de ações
Restrição de água em quantidade e qualidade para o consumo doméstico	Cisternas Barragens subterrâneas Captação das nascentes
Restrição de água em quantidade e qualidade para os animais (gado)	Barragens, açudes, represas
Contaminação sanitária na bacia do rio Águas Vermelhas.	Fossas sépticas Casas mais afastadas do rio
Nascentes ameaçadas e desprotegidas	Cercar nascentes Plantios Sistemas Agroflorestais Viveiros Cercar margens Plantios nas margens Plantios em nucleação
Infestação de plantas indesejáveis	Substituição da eritrina Calagem (feto) Sombreamento (braquiária do brejo) Espinheiras da Caatinga
Decadência e abandono das lavouras Cacaueiras	Recuperação de lavouras Diversificação (pupunha) Clonagem Equipamentos de manejo
Uso de Glifosato nas lavouras	Controle mecânico (roçadeiras)
Grande área desmatada para pastagens	Melhorar o Manejo do Gado Melhorar o Manejo das pastagens
Utilização do fogo	Reduzir e controlar uso do fogo

Dando continuidade às ações do GATI, foi realizada outra oficina para apresentação e validação do Plano de Recuperação Ambiental na TI, entre os dias 07 a 09 de abril de 2015. A oficina também serviu para elaboração participativa dos microprojetos e proposta de projeto para o PPP GATI. Nesta oficina foi definido que os microprojetos e o pequeno projeto, previstos no Plano de Recuperação Ambiental, deveriam colaborar de forma integrada com três eixos estratégicos para gestão ambiental do território:

- a construção coletiva de conhecimento para a conservação e o uso sustentável da água, do solo e da biodiversidade na TI Caramuru Paraguassu;
- a intervenção com ações de proteção e recuperação das nascentes e margens de rios no território, considerando a paisagem, a sociobiodiversidade, a qualidade e quantidade da água; c) a gestão comunitária e integrada das ações educadoras e de intervenção através da formação e funcionamento de uma Comissão de Acompanhamento do Plano e dos projetos envolvidos. Diante das definições concluiu-se que as duas iniciativas representavam o início de um processo coletivo, e que já apresentavam com resultados positivos, que seriam as bases da gestão ambiental e territorial Pataxó Hã-Hã-Hãe de forma efetiva e autônoma.

Diálogos e definições para elaboração participativa do pequeno e microprojetos na TI Caramuru Paraguacss (2014) 



## MICROPROJETOS

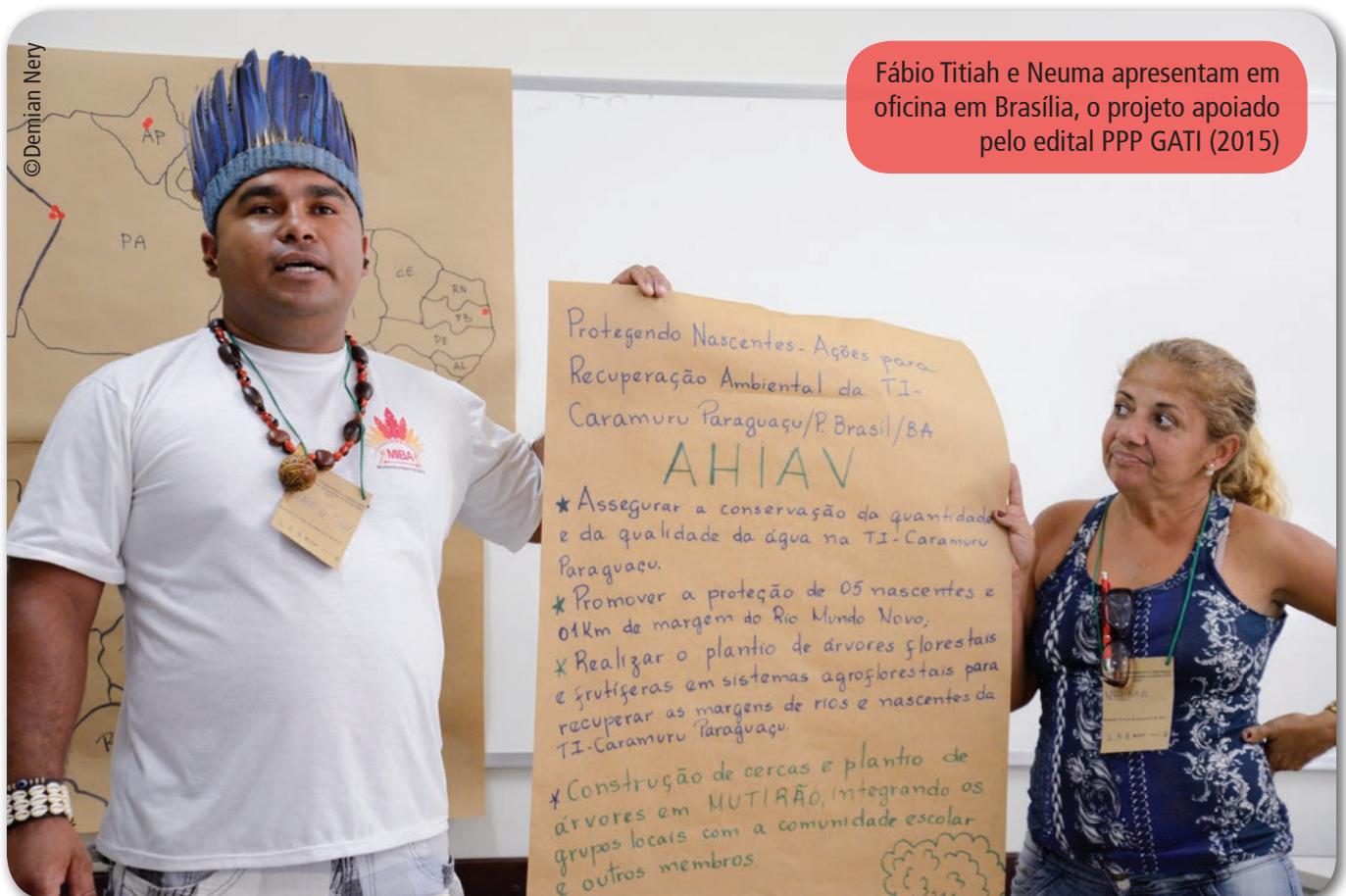
Participaram da oficina de elaboração dos microprojetos, realizada em março de 2015, as comunidades indígenas, o técnico especialista, Antônio Assumpção, o consultor, Carlos Ferraz e os servidores da CTL Pau Brasil. Os microprojetos deram apoio ao Plano de Recuperação, inicialmente com um processo de mobilização e sensibilização comunitária, no qual foram indicadas as localidades e ações iniciais, considerando o orçamento e o período de execução disponível. Dessa forma, as iniciativas realizadas por meio dos microprojetos foram as seguintes:

- “Seminário de sensibilização e mobilização comunitária sobre a importância da gestão ambiental dos recursos hídricos do nosso território”. A iniciativa foi executada em 2015 e apresentada por Maria Rita Muniz de Andrade. Teve como objetivo principal informar e sensibilizar a comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe sobre a importância da proteção e recuperação das nascentes e rios, por meio de elaboração de cartilhas impressas sobre o Plano em curso. A iniciativa também promoveu um seminário que apresentou os primeiros resultados do Plano, o que incentivou a comunidade a continuar e melhorar as ações;
- “Gestão administrativa das ações piloto de recuperação de nascentes e margens de quatro rios da TI Caramuru Paraguassu”, cujo proponente foi Fabio Vieira dos Santos. A iniciativa foi executada em 2015 e teve como objetivo apoiar as ações da comissão de acompanhamento do projeto de forma a assegurar as reuniões, articulações e mobilizações necessárias para implementar as atividades de recuperação ambiental;
- “Intercâmbio em áreas de recuperação ambiental da TI envolvendo escola e comunidade indígena”, cuja proponente foi Margarida Pataxó Rocha de Oliveira. A iniciativa foi executada em 2015 e teve como objetivo informar e sensibilizar alunos e professores Pataxó Hã-Hã-Hãe sobre a importância da proteção e recuperação de nascentes e rios, apresentando como atividade prática uma intervenção a fim de recuperar e proteger áreas importantes para a formação de água no território. Os principais beneficiados pela iniciativa foram alunos e professores;
- “Capacitação em sistemas agroflorestais para recuperação da margem do rio Mundo Novo na TI Caramuru Paraguassu”. A iniciativa foi apresentada por Solange Pereira de Jesus e executada em 2015, tendo como objetivo informar e sensibilizar grupos da região do Mundo Novo e de outras localidades interessadas no uso de sistemas agroflorestais como importante ferramenta para a recuperação e a conservação das matas ciliares, bem como de produção de alimentos saudáveis. Participaram da iniciativa comunidades e agricultores da região do Mundo Novo, resultando em 30 pessoas capacitadas para realizar intervenções de recuperação de matas ciliares, através de técnicas de SAF, assim como sua implantação, para recuperação das margens degradadas do rio Mundo Novo;

- “Viveiro Agroflorestal na região do Panelão na TI Caramuru Paraguaçu”. O proponente foi Josivaldo Reis dos Santos, que executou a iniciativa em 2015. Teve como objetivo principal promover ação piloto de sustentabilidade socioambiental dos sistemas agroflorestais de cabruca, da região do Panelão, possibilitando estratégias de conservação dos seus rios e nascentes, e servindo como área de referência para outras localidades da TI. Implantou-se ainda um viveiro de mudas frutíferas para enriquecimento dos sistemas de cabruças na mesma região.

## PPP GATI

A iniciativa “Protegendo Nascentes: Primeiras Ações para Recuperação Ambiental da Terra Indígena Caramuru Paraguaçu”, apoiada no edital PPP GATI<sup>26</sup>, visou assegurar a conservação da quantidade e qualidade da água na TI Caramuru Paraguaçu, com a gestão ambiental e territorial compartilhada por todas as etnias, grupos e gerações, produzindo conhecimento para a sustentabilidade e a autossustentação de toda população.



Fábio Titiah e Neuma apresentam em oficina em Brasília, o projeto apoiado pelo edital PPP GATI (2015)

26 O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).

As atividades foram acompanhadas pela Comissão de Acompanhamento do Projeto, composta por um representante da educação escolar indígena, um representante da saúde indígena, um representante de cada cacique (sete), um representante de cada grupo local, incluindo o representante da Associação Hã-Hã-Hãe Indígena de Águas Vermelhas (AHIAV), definida como proponente do projeto.

Foram beneficiados diretamente, aproximadamente, seis grupos com, 70 famílias; e indiretamente, cerca de 850 famílias. As atividades ocorreram diretamente em seis localidades da TI São Vicente, Caramuru, Toucinho, Rio Pardo, Ourinho e Serrana do Ouro.

As atividades do projeto consistiram em:

- A promoção da proteção de cinco nascentes em um trecho de um quilômetro de margem do Rio Mundo Novo. Para tanto, por meio de mutirão, foram construídas cercas de um quilômetro da margem da nascente dos córregos Ribeirão Ourinho, Toucinho, Salgado, Ribeirão do Ouro, Rio Mundo Novo e Córrego Verde.
- Realização do plantio de mudas de vegetação nativa e plantas frutíferas, colaborando para recuperação das margens de rios e nascentes: Ribeirão Ourinho, Toucinho, Salgado, Ribeirão do Ouro, Rio Mundo Novo e Córrego Verde.
- O microprojeto “Viveiro Agroflorestal na região do Panelão na Terra Indígena Caramuru Paraguassu” contribuiu na aquisição das mudas.



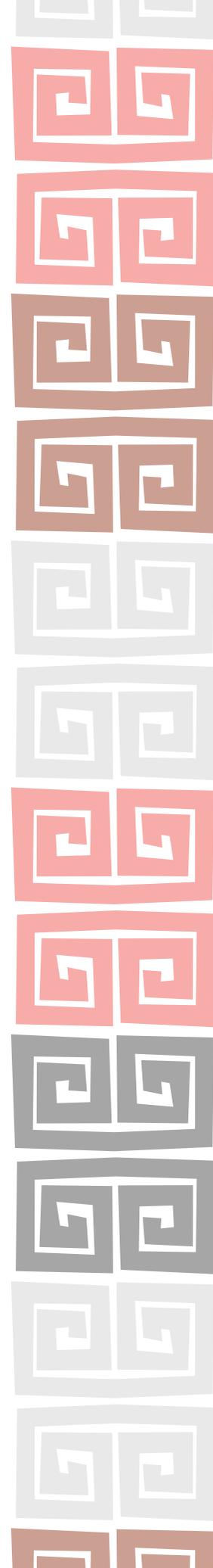
Área de nascente visitada na bacia do Toucinho (2014)

# RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA CARAMURU-PARAGUAÇU

Embora se tenha buscado o ordenamento de uso do território e das atividades de uso do solo com a elaboração de um Regimento Interno e a criação do Conselho de Segurança Comunitário Indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe (Consip), é importante ter em mente que se faz necessária uma iniciativa mais ampla de gestão ambiental e territorial, dando seguimento ao anseio de elaboração de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA. Para um PGTA, é preciso considerar os temas mobilizadores, indicados pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe:

- restauração florestal integrada à manutenção dos recursos hídricos;
- vigilância e monitoramento territorial; e
- acordos internos de uso e ocupação da TI.

Para ampliar de forma significativa as ações já em curso, relacionadas ao tema específico da restauração florestal, também deve ser feita a gestão desses temas junto ao Governo Estadual, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), a fim de articular a inclusão da TI nos programas de restauração e reflorestamento que vem sendo construídos na Bahia, e que contam com o apoio do Governo Federal, via Serviço Florestal Brasileiro e outras organizações oriundas sociedade civil.



Área de nascente da bacia do rio Ourinho, uma das prioritárias para recuperação ambiental (2014)



©Antonio Assumpção



©Robert Miller

Ritual de abertura do Seminário Regional do Projeto GATI na TI Caramuru Paraguassu (2011)

©Robert Miller



Seminário Regional do Projeto GATI (2011)

Antônio Assumpção apresenta mapa elaborado coletivamente contendo as demandas de recuperação nascentes na TI Caramuru Paraguassu (2014)



©Carlos Ferraz

Reunião em comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe para ação de recuperação ambiental de nascentes (2014)

Reconhecimento do rio Água Vermelha

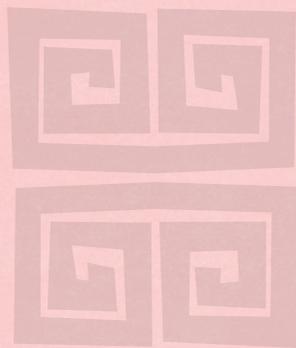


©Carlos Ferraz



©Antônio Assumpção

TERRA INDÍGENA  
XACRIABÁ



## INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Xacriabá está localizada no município de São João das Missões, estado de Minas Gerais. A Terra Indígena Xacriabá está regularizada com 46.414 hectares e possui uma área em processo de revisão de limites. A TI Xacriabá é contígua à TI Xacriabá Rancharia, também regularizada, e com 6.798 hectares. A Terra Indígena Xacriabá é habitada tradicionalmente pelo povo Xacriabá, cuja população é de aproximadamente 9.870 pessoas, vivendo em 25 aldeias espalhadas pelo território nacional. Atualmente, o povo Xacriabá é falante do português, mas também da língua Xacriabá, já em desuso, a qual pertence à família linguística Macro-Jê e de segmento da língua Akwên.

Há séculos, os Xacriabá lutam pelo reconhecimento territorial, inicialmente pela oficialização da doação de um lote de terra que receberam do filho do bandeirante Matias Cardoso de Almeida, por terem se aliado a ele para combater um inimigo comum, os Kayapó. Por muitos anos, porém, posseiros, fazendeiros e grileiros assediaram e invadiram esse território. Tais episódios foram marcados por muita violência, inclusive com a morte de grandes lideranças Xacriabá. Somente em 1978 a Funai criou um Grupo de Trabalho para identificar a Terra Indígena. Após nove anos, em 1987, a TI Xacriabá foi homologada. A região de Rancharia, de ocupação tradicional, entretanto, ficou fora dessa demarcação, e somente longos anos de reivindicação, a TI Xacriabá Rancharia foi homologada, em 2003.

## CONTEXTO

A TI Xacriabá está inserida, principalmente, no bioma de Cerrado. Porém, em zona de transição para o bioma da Caatinga. Faz parte do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, um conjunto de áreas protegidas localizadas na margem esquerda do rio São Francisco, entre as regiões norte e noroeste de Minas Gerais e parte do sudoeste da Bahia. Este mosaico, oficialmente reconhecido por meio da portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 128, de 24 de abril de 2009, possui uma área de aproximadamente 1,8 milhão de hectares, representando a porção de Cerrado mais conservada no estado de Minas Gerais. Esta região envolve unidades de conservação estaduais, federais e particulares, comunidades quilombolas, as Terras Indígenas Xacriabá e populações extrativistas e áreas de produção agropecuária. A área da TI Xacriabá faz sobreposição ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.

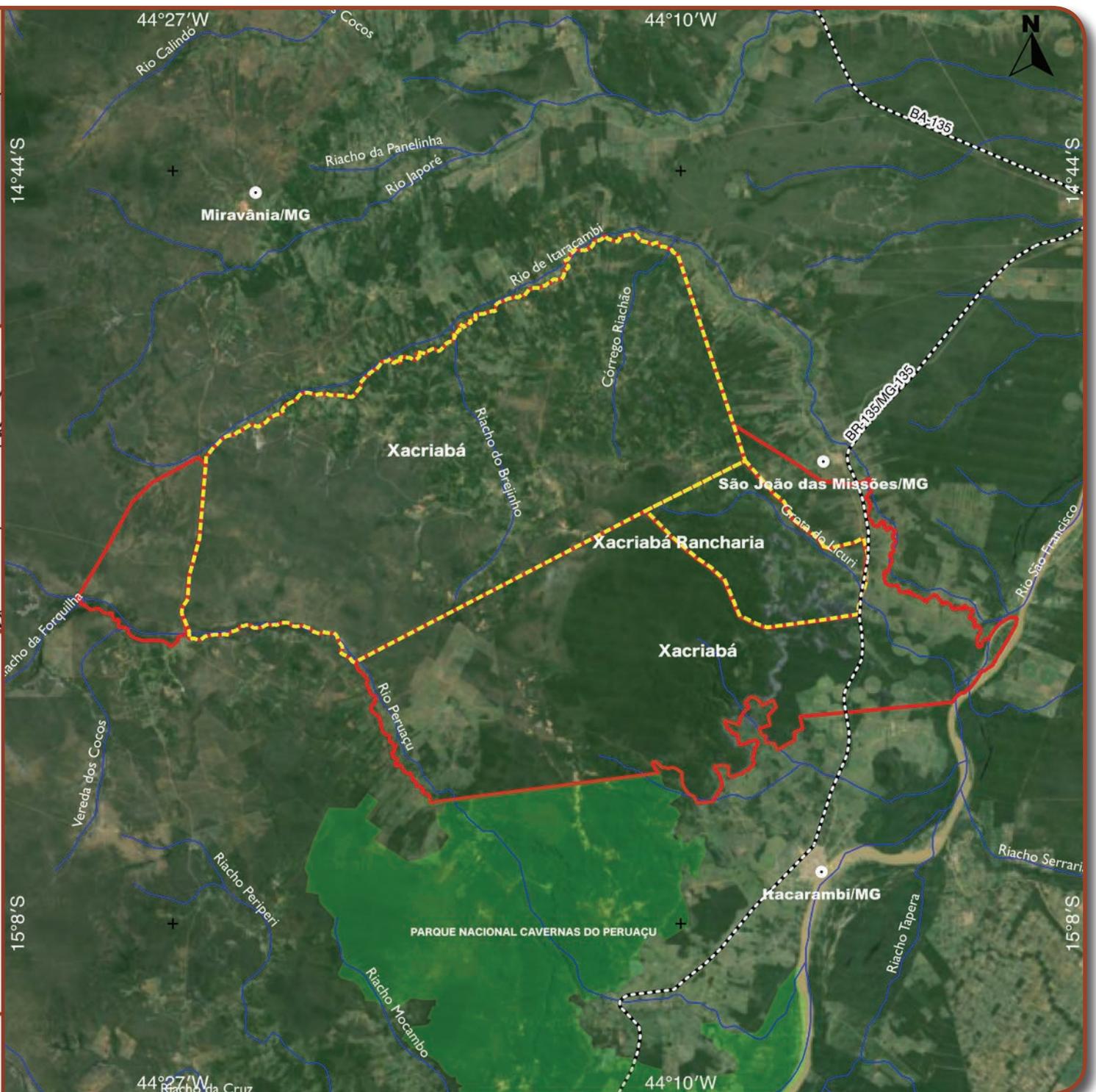
Na região, existe muita cobertura florestal nativa conservada, com várias espécies comuns do Cerrado e da Caatinga, tais como o pequizeiros, a aroeira, a juá, a jurema, a braúna, o umbu e o pau-d'arco, dentre outras. Há também os ambientes de vereda, com solos mais úmidos, que são ilhas verdes na paisagem, onde há presença marcante da palmeira buriti e outras espécies arbustivas-herbáceas.

A TI Xacriabá está nas margens do rio Itacarambzinho e do Peruaçu, ambos afluentes da margem esquerda do rio São Francisco. Porém, a água é um recurso que tem se tornado cada vez mais escasso na região, sendo mais crítico no período de estiagem, que dura de maio a setembro.

A pouca água que existe nas aldeias vem de cisternas que captam água da chuva, de açudes, de caminhão pipa ou de poços artesianos. As nascentes e os riachos estão ameaçados em razão do desmatamento e da degradação das matas ciliares, além da contaminação da água pela criação de gado. Estudos mostraram que o rio Peruaçu está contaminado com



TI Xacriabá



esquistossomose e agrotóxicos utilizados nas monoculturas de eucalipto, próximas aos limites da TI. Os Xacriabá têm ciência da dimensão desses impactos sobre os recursos hídricos e já iniciaram ações de reflorestamento das matas ciliares e cercamento das nascentes para proteger do pisoteio do gado. Os indígenas querem também desenvolver campanhas e mobilização de educação ambiental junto às aldeias das TIs.



Visita dos cursistas da Formação em PNGATI ao Parque Nacional Cavernas de Peruaçu (2015)

A criação de gado é a principal fonte de renda para os Xakriabá. Apesar de muito praticada, a atividade gera controvérsias no território, e muitos caciques não concordam com a criação em razão dos impactos ambientais e sociais decorrentes. Por outro lado, a atividade é que garante uma espécie de poupança para as famílias, pois a venda do gado é muito rentável. Já nos quintais, os Xakriabá criam animais de pequeno porte, como porcos e galinhas. Outras fontes que proporcionam a circulação de dinheiro na TI são os salários de funcionários públicos, como os professores, servidores municipais/estaduais e agentes de saúde. Muitas famílias recebem o bolsa família e aposentadoria rural.

Em relação à produção agrícola Xakriabá, os indígenas costumam cultivar milho, feijão, fava, mandioca, cana-de-açúcar e arroz. Porém, por conta do prolongamento dos períodos de estiagem e das mudanças no modo de vida, a dependência por alimentos industrializados entre os indígenas vem aumentando progressivamente. Uma iniciativa local, que tenta fortalecer os alimentos e a culinária tradicional, é a “Cozinha Típica Tradicional Xakriabá”, localizada na aldeia Barreiro Preto. A Cozinha é um espaço comunitário de beneficiamento de produtos extraídos do Cerrado, possui horta comunitária e realiza almoços tradicionais coletivos.

O fogo é largamente utilizado pelos Xakriabá para abrir a roça e limpar o pasto. Mas como a região é muito seca, com vegetação vulnerável à combustão, não raro o fogo pode se espalhar sem controle, causando incêndios florestais de grandes proporções, ameaçando fortemente a biodiversidade na TI. A fim de combater esse risco, foram criadas três brigadas para atuarem na TI, em parceria com o Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF). São elas: a Brigada Municipal de São João das Missões (Prevfogo/Ibama), a Brigada do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (ICMBio) e a Brigada Voluntária Xakriabá. Esta última é um grupo de Xakriabá voluntário, que recebeu qualificação da Funai, em 2012, para trabalhos de prevenção de incêndios florestais. Os indígenas afirmam que a partir da criação e atuação dos brigadistas, os incêndios diminuíram e os agricultores estão manejando melhor o fogo.

Outra preocupação é a questão dos resíduos sólidos, pois não há coleta de lixo doméstico na TI, o que faz com que muitos moradores queimem seus lixos próximos às casas. A preocupação é que, por conta do mau acondicionamento do lixo, surjam doenças e aumente a presença de animais nocivos à saúde. O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA) é uma das instituições que desenvolve projetos de educação ambiental na TI Xakriabá e a questão do lixo já vem sendo trabalhada entre as aldeias.

Em relação aos impactos socioambientais em razão das obras de infraestrutura, há a pavimentação da BR-135, que corta o meio norte do Brasil e termina em Belo Horizonte (MG). A rodovia passa nos limites da área homologada e dentro do território que está em processo de revisão de limites. A Rodovia MG 235 - Cônego Marinho/Miravânia, que está em fase de pavimentação, passa dentro da TI. Os membros da comunidade condicionaram a realização do Componente Indígena do licenciamento ambiental, após a regularização fundiária. Na divisa da TI, também se encontra a represa construída pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e do Paranaíba) no Rio Itacarambzinho.

Cozinha Típica Tradicional Xacriabá (2015)



©Alexandre Pankararu

Atuação dos brigadistas indígenas Xacriabá (2010)



©Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de São José das Missões

# ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A TI Xacriabá é representada por um cacique geral, e cada aldeia tem os seus representantes. Esses atores formam um grupo de lideranças articuladas politicamente, que se reúnem periodicamente para discutir assuntos de interesse comunitário. Em questões específicas, as decisões também envolvem outras pessoas, como os professores indígenas, os agentes indígenas de saúde, os brigadistas, o pajé, o benzedeiro, o curandeiro, a parteira e os diretores de associações, etc.

A organização sócio política Xakriabá tem influenciado fortemente o contexto político partidário do município de São João das Missões. Nos últimos anos, os indígenas têm sido eleitos para cargos legislativos locais (vereadores) e cargos do executivo (prefeitos). Por conta da presença indígena nesse cenário, os Xakriabá tem tido acesso à grande maioria dos programas sociais do Governo Federal que passam pela instância municipal, tais como, os benefícios do INSS, Programa Luz Para Todos, Bolsa Família, entre outros.

Em relação à vida ritual/religiosa, os Xakriabá são católicos, evangélicos e praticantes dos rituais indígenas. Na TI acontece uma festa religiosa tradicional de origem católica chamada “Celebração”, que mobiliza várias aldeias e traz elementos da cultura Xakriabá em sua prática.

Os Xakriabá também praticam o toré, que é dançado no terreiro ritual. Neste terreiro fica a árvore sagrada, um coqueiro com três galhas, visível somente para aqueles que “Yayá” permite. Durante a festa, a bebida sagrada “jurema” é consumida. O toré é embalado com danças compassadas ao som do macará. São cantadas músicas em português e no idioma Xakriabá, que é usado somente nesses momentos. Para essas ocasiões, os Xakriabá também fazem pinturas com jenipapo, com grafismos que lembram características de sua cultura e restabelecem o contato com os antigos.

Os pajés, benzedeiros, curandeiros e parteiras prestam assistência em relação à saúde dos Xakriabá. A medicina tradicional é muito praticada, especialmente em duas aldeias, a Caatinguinha e Barreiro Preto. Uma das iniciativas da Associação Indígena Xacriabá da Aldeia do Barreiro Preto (AIXABP) é a gestão coletiva das Casas de Medicina Tradicional Xacriabá, feita pelos pajés, curandeiros (as), parteiras e demais lideranças. Essas Casas atendem as famílias, para tratamento medicinal e disponibilizam remédios produzidos localmente a partir de plantas nativas e das hortas medicinais dos quintais e das próprias Casas.

Em relação ao associativismo, na TI Xacriabá existem seis principais associações indígenas: a Associação Indígena Xacriabá da Aldeia do Barreiro Preto (AIXABP), que representa seis aldeias (Sumaré III, Vargens, Barreiro Preto, Custódio, Caatinguinha e Prata); a Associação Indígena Xacriabá Sumaré-Peruaçu; a Associação Indígena Xacriabá Barra de Sumaré; a Associação Indígena Xacriabá de Rocha de Itapicurú; a Associação Indígena Xacriabá da Aldeia do Brejo do Mata Fome; a Associação Indígena Xacriabá Aldeia Riacho dos Buritis e Adjacências; e a Associação Indígena Xacriabá Riacho do Brejo. Com exceção da AIXABP. Em âmbito nacional, a Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) representa algumas associações Xakriabá.





Ritual de abertura do 5º módulo do Curso PNGATI Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, realizado na TI Xacriabá (2015)

## AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI XAKRIABÁ

As atividades do Projeto GATI na TI Xacriabá se iniciaram em 2011, com as reuniões de esclarecimento e apresentação do projeto para as comunidades indígenas. O consultor regional Carlos Ferraz também realizou várias reuniões com a Coordenação Regional da Funai Minas Gerais e Espírito Santo e Coordenação Técnica Local de São João das Missões, com objetivo de planejar, conjuntamente com os índios, a implementação do GATI na TI. Durante a primeira reunião ordinária, os conselheiros Xakriabá, baseados nos levantamentos de demandas feitos nas aldeias durante os primeiros encontros do Projeto, fizeram uma sistematização de questões e problemáticas da TI para servir de base na elaboração de projetos que atendam a realidade local. Os temas levantados foram:

**Governança comunitária para gestão ambiental e territorial da Terra Indígena:** necessidade de oficinas de capacitação sobre associativismo, gestão e sustentabilidade e elaboração de projetos. Do lado cultural, foi colocado o interesse em realizar intercâmbios com os Xerente e os Xavante, para resgate da língua Akwen, e, ao mesmo tempo, conhecer as experiências de conservação do Cerrado e produção agrícola, bem como o manejo e a confecção de artesanato do capim dourado.

**Gestão Ambiental e Territorial:** necessidade de elaborar um Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA), como foco no planejamento de alternativas de conservação ambiental e renda e proteção da organização interna Xacriabá.

**Monitoramento e Proteção Territorial:** necessidade de realização de curso de vigilantes indígenas com foco na segurança territorial e monitoramento/conservação ambiental. Após o curso, viabilizar formas de contratação dos vigilantes territoriais. Necessidade de instalar portais de controle nas principais vias de entrada na TI e apoio para realizar as reuniões e as atividades do Consep (Conselho Comunitário de Segurança Pública Xakriabá).

**Combate e prevenção de incêndios:** apoiar a articulação da continuidade da brigada do Prevfogo/Ibama em São João das Missões e integração com as brigadas do ICMBio (Parna Cavernas do Peruaçu) e Previncêndio (Januária); apoiar encontro de prevenção e combate a incêndios florestais na TI Xacriabá; instalação de torre de monitoramento de incêndios; apoiar a elaboração de um plano anual para o grupo voluntário Xakriabá de queimada controlada.

**Legislação e Licenciamento Ambiental:** promoção de cursos sobre legislação ambiental Estadual, Federal e indigenista, com ênfase em processos de licenciamento em TIs; acompanhamento dos processos de licenciamento das rodovias MG-235 e BR-135.

**Proteção e Recuperação das Nascentes e Recursos Hídricos:** reestruturar viveiro de mudas de espécies do Cerrado e da Caatinga da aldeia Barreiro Preto; articular estratégias de conservação com as famílias Xakriabá que moram próximas às nascentes; cercamento de nascentes; captação de água direto da nascente para um tanque comunitário; apoiar a participação dos Xakriabá no Conselho da Bacia do Rio São Francisco.

**Mosaico Sertão Vereda - Peruaçu (MSVP):** apoiar a participação dos Xakriabá e da Funai no conselho do Mosaico; apoiar reuniões de esclarecimento sobre o Mosaico com os Xakriabá.

**Medicina Tradicional:** Apoiar a realização de reunião/seminário dos Xacriabá (pajé, associações, membros do conselho de saúde) com a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) para dialogar e estabelecer encaminhamentos sobre a medicina tradicional Xacriabá na TI, envolvendo o manejo do Cerrado e da Caatinga; apoiar a realização do curso de medicina tradicional na TI Xacriabá do MSVP.

**Agroextrativismo, Segurança Alimentar, Sementes Crioulas:** Construção de projeto/ações para fortalecimento e a sustentabilidade do agroextrativismo nas áreas de Cerrado e Caatinga da TI Xacriabá; realizar feira de troca de sementes crioulas Xakriabá na aldeia Vargem, envolvendo outras aldeias. Além das trocas, realizar uma discussão sobre as sementes crioula na TI (importância e fortalecimento); apoio ao projeto de produção de sementes crioulas da AIXABP (projeto da Carteira Indígena); realizar oficina para elaboração dos projetos para acessar o PAA, PNAE e PGPM<sup>27</sup>.

**Agroecologia:** Acompanhar e apoiar as iniciativas de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), que estão sendo desenvolvidas pelo Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas com os Xacriabá.



27 Política de Garantia de Preços Mínimos



O exercício de sistematização dos itens acima foi de suma importância para registrar as principais necessidades e demandas dos Xakriabá. Dessa forma, o GATI investiu em ações estruturantes que buscaram envolver o máximo dessas demandas elencadas. Para tal, foram realizadas oficinas onde os Xakriabá elencaram o que é prioridade nessas demandas. O resultado final desse exercício foi a linha condutora das ações do Projeto GATI na região. Assim, com base nas discussões das oficinas, as ações prioritárias foram:

- Fortalecimento do agroextrativismo nas áreas de Cerrado e Caatinga na TI Xacriabá;
- Apoio na reestruturação física e pedagógica do viveiro de mudas de plantas do Cerrado e Caatinga da aldeia do Barreiro Preto;
- Apoio na realização da 1ª feira de troca de sementes crioulas na TI Xacriabá;
- Elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTA).

O consultor regional, Carlos Ferraz, articulou arranjos institucionais com o objetivo de firmar parcerias para desenvolver ações conjuntas com instituições de renome e experiência de atuação na região. Além da própria Funai-Sede com suas coordenações gerais (CGGAM, CGEtno e CGMT), a CR Minas Gerais/Espírito Santo e CTL São João das Missões, um dos principais parceiros do GATI foi o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas. O CAA é uma organização com larga atuação em projetos socioambientais no norte de Minas Gerais, desenvolvidos com agricultores, quilombolas e indígenas Xakriabá. Entre outros parceiros que apoiaram o GATI em ações mais pontuais estão a Cooperativa Sertão Veredas, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

## VALORIZAÇÃO DAS SEMENTES TRADICIONAIS XAKRIABÁ

### 1ª FEIRA DE SEMENTES DO POVO XAKRIABÁ

“SEMENTE E TERRITÓRIO NÃO SE SEPARA, ASSIM COMO A CULTURA, A EDUCAÇÃO, SÃO TODAS AS LUTAS DO NOSSO POVO.”

Hilário Xakriabá, guardião de sementes

As ações de valorização, fortalecimento da produção e difusão das sementes tradicionais Xakriabá iniciaram com a primeira feira de troca sementes que aconteceu em 2013. O evento contou com apoio da Funai (CGEtno, CR MG/ES e CTL São João das Missões) e o CAA. Porém, antes da realização da feira, os indígenas promoveram uma grande mobilização em toda TI Xakriabá, a fim de despertar o interesse de todos para fazer o planejamento participativo. Numa dessas ocasiões foi aplicado um formulário de levantamento dos guardiões das sementes tradicionais, a fim de identificar onde estão essas pessoas, que tipo de sementes elas possuem e quais os desafios para mantê-las. Assim, os guardiões foram os principais atores na feira de sementes.

A “1ª Feira de Sementes do Povo Xakriabá” aconteceu entre os dias 20 e 21 de outubro de 2013 numa área de retomada da aldeia Vargem Grande, e contou com a participação de 32 aldeias Xakriabá. Na ocasião, foram relatadas informações preliminares do levantamento dos guardiões, houve trocas de sementes e discussões de fortalecimento da articulação em relação ao resgate e multiplicação da agrobiodiversidade Xakriabá. Também discutiram a importância da retomada do território, a conservação e proliferação de sementes crioulas na TI.

## BANCO DE SEMENTES TRADICIONAIS XAKRIABÁ E CAMPOS EXPERIMENTAIS PARA PRODUÇÃO DE SEMENTES

Em 2012, foi elaborado pela AIXABP, com apoio do consultor regional do GATI e do CAA, o projeto “Resgate, Uso, Manejo e Conservação da Agrobiodiversidade como Estratégia para Autonomia na Produção e Garantia da Segurança Alimentar”, aprovado e financiado pela Carteira Indígena – MMA/MDS/Chamada GATI28. O projeto foi executado entre os anos 2013 e 2014 e implementou três campos experimentais para produção de sementes tradicionais, possibilitando a gestão de dois bancos para o armazenamento dessas sementes. Vale ressaltar que a distribuição das sementes feitas pelos dois bancos foi organizada em sistema de empréstimos, onde as famílias que recebem ficam responsáveis em devolver as sementes a partir de sua produção. A fim de dar suporte à gestão dessas ações, o GATI apoiou, por meio de um microprojeto, a coordenação das ações referentes aos campos e bancos.

28 A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena - foi uma ação de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, através da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, através da sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com o objetivo contribuir para a gestão ambiental das Terras Indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades Indígenas, em todo o território nacional



A implantação dos campos e o funcionamento dos bancos foi concomitante à realização da feira de sementes. As principais atividades e resultados que surgiram da iniciativa foram:

- A realização de um curso, com seis Xakriabá, sobre a produção e a conservação de sementes crioulas;
- A sensibilização comunitária sobre a importância das sementes tradicionais Xakriabá para segurança alimentar e fortalecimento da cultura, principalmente com a realização da feira e suas oficinas de planejamento;
- O cercamento, preparo do solo e monitoramento dos três campos experimentais para produção de sementes tradicionais, totalizando 10 hectares;
- O armazenamento e distribuição das sementes tradicionais produzidas, através dos dois bancos de sementes da aldeia Vargens e da aldeia Sumaré III;
- A gestão participativa do projeto e suas ações.

Por conta do longo período de estiagem dos últimos anos, a produção das sementes nos três campos ficou abaixo dos 6.000 quilos esperados. Apesar disso, a produção foi avaliada como positiva, pois as roças que colheram alguma produção foram aquelas que utilizaram sementes dos bancos, ou seja, as sementes tradicionais demonstraram mais adaptabilidade às condições climáticas da TI.

O número de famílias beneficiadas com as sementes chegou a aproximadamente 370. Uma comissão formada pelos indígenas fez o monitoramento do processo e ajudou na prestação de contas dessas famílias. A comissão também acompanhou de perto os períodos de coleta, armazenamento e distribuição de sementes. Para dar prosseguimento a essas ações, a AIXABP concluiu que é necessário continuar com a realização da feira de sementes tradicionais, planejar e viabilizar meios de irrigação dos campos de sementes e ampliar a produção das mesmas com a inclusão da aldeia Barra do Sumaré, que demonstrou interesse em participar da feira e apresenta disponibilidade água para as atividades exigidas.



Banco de Sementes Tradicionais da TI Xacriabá (2015)

## FORTALECIMENTO DO EXTRATIVISMO DO CERRADO E CAATINGA NA TI XACRIABÁ

Com o apoio do consultor regional do GATI, a AIXABP aprovou no Edital 02/2013 do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP- ECOS), do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o projeto “Fortalecimento do extrativismo tradicional nas Áreas de Cerrado e Caatinga da Terra Indígena Xacriabá”. A iniciativa visou o fortalecimento do extrativismo tradicional Xacriabá como forma de promover a conservação ambiental, o fortalecimento cultural, a segurança alimentar, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades. O CAA foi contratado para prestar assessoria técnica especializada, para realizar o diagnóstico, acompanhar e assessorar a AIXABP no acesso ao PAA e PNAE, e promover 04 cursos de boas práticas extrativistas; apoiar intercâmbio a uma usina de beneficiamento dos frutos do Cerrado, administrada por organização comunitária; assessoria técnica na estruturação das MUB's (mini usinas de beneficiamento); e moderar planejamento participativo para gestão comunitária das MUB's e das atividades extrativistas. O Projeto GATI também colaborou via microprojetos, apoiando dois indígenas que ficaram responsáveis pela mobilização comunitária para a iniciativa e também a multiplicação de boas práticas durante as atividades previstas no Projeto. As ações englobadas pela iniciativa foram:

- Diagnóstico das atividades de extrativismo realizadas na TI Xacriabá, que gerou informações e diálogos para elaborar estratégias para sustentabilidade das atividades. Para tanto, foram realizadas oficinas nas aldeias Barreiro Preto, Sumaré, Peruaçu, Vargens e Caatinginha para levantar informações e compor uma matriz com dados das frutas consideradas mais importantes. A matriz elaborada teve como base um calendário dos produtos extrativistas de cada aldeia, considerando época de florada e coleta. As oficinas proporcionaram momentos de reflexão sobre o uso do território e da importância de se realizar práticas de extrativismo de forma mais sustentável. Uma vez que houve participação dos anciões nas oficinas, houve uma rica difusão de conhecimentos tradicionais que foi repassado para os mais jovens. E a fim de organizar e animar as coletas nas aldeias, os participantes escolheram pessoas de referência que foram responsáveis pelo movimento de colheita.
- Foram realizadas quatro capacitações com os extrativistas Xacriabá sobre manejo, produção, beneficiamento e comercialização dos produtos extrativistas no Cerrado e Caatinga. A Funai apoiou as capacitações, fornecendo a alimentação e o transporte.
- Diálogos e qualificações para permitir com que a produção extrativista Xacriabá acesse o PAA e PNAE. Houve reuniões das lideranças Xacriabá com a Secretaria Municipal de Agricultura de São João das Missões e diretoria das escolas da TI a fim de obter esclarecimentos e obter apoio para acessar o PNAE;
- Estruturação e planejamento das Mini Usinas de Beneficiamento (MUB's) dos produtos extrativistas na TI Xacriabá. Um técnico do CAA fez o acompanhamento das MUBs a fim de deixar a estrutura pronta para ser utilizada e estabelecer, junto com os indígenas, a melhor maneira de gerá-las.



Participantes da oficina de planejamento para ações do Projeto de Fortalecimento do Extrativismo (2014)

Elaboração de mapa mental na aldeia Barreiro Preto, como parte das atividades de diagnóstico de atividades extrativistas (2014)



## INTERCÂMBIO PARA CONHECER EXPERIÊNCIAS DA COOPERATIVA GRANDE SERTÃO

A atividade foi realizada nos dias 04 a 08 de maio de 2015 e teve como objetivo possibilitar aos participantes indígenas conhecer, dialogar e multiplicar as experiências agroecológicas da Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (AEFA) do CAA, localizado em Montes Claros (MG). Na ocasião, os visitantes também conhecerem o trabalho da Cooperativa Grande Sertão que produz, beneficia e comercializa polpas de frutas originárias de produções agroecológicas das comunidades tradicionais do Norte de Minas. Participaram 15 Xakriabá, 8 Tupiniquim e 6 Guarani da TI Tupiniquim Guarani/Caieras Velhas II, que também é área de referência do GATI do Núcleo Nordeste II. Os indígenas também conheceram o histórico de criação e organização da Cooperativa Grande Sertão, ressaltando o funcionamento administrativo da instituição, estrutura física e os seus resultados e dificuldades no protagonismo comunitário em sua gestão. Houve ainda debates sobre o resgate, o uso, o manejo e a conservação da agrobiodiversidade.

Na avaliação do intercâmbio, os participantes afirmaram que conhecer o funcionamento da fábrica de polpa da Cooperativa Grande Sertão foi muito importante, pois a gestão desse tipo de atividade pode ser um desafio para comunidades indígenas interessadas em desenvolver esse tipo de negócio. Os indígenas reconheceram que para vencer estes desafios é necessário união, persistência e qualificação técnica. Disseram ainda que é importante praticar o reflorestamento e a conservação das áreas de mata nas TIs, pois é dela que vem o sustento da atividade. Outro ponto importante foi a reflexão coletiva, proporcionada pelo intercâmbio, sobre a importância de conquistar mais autonomia em relação a produção do próprio alimento de uma maneira mais saudável e fortalecendo aspectos culturais indígenas.



©Carlos Ferraz

Na Cooperativa Grande Sertão Veredas, os Xakriabá assistem pesagem, selagem e embalagem de polpa para congelamento durante intercâmbio (2015)

## CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NA TI XACRIABÁ

Ainda em 2013, foi previsto no planejamento da consultoria regional do Núcleo a elaboração de um projeto de reestruturação do viveiro educativo na aldeia Barreiro Preto, cujo apoio financeiro viria da Funai. Porém, em virtude do contingenciamento orçamentário do Governo Federal ocorrido naquele ano, o projeto que estava em construção reduziu-se apenas à aquisição de materiais para melhoria mínima do viveiro já instalado naquela aldeia.

Outro projeto elaborado com essa temática é o de recuperação de uma vereda queimada próxima da aldeia Peruaçu. Trata-se de ações para restabelecer o que foi perdido em 2013 no período de estiagem, quando um incêndio florestal acidental queimou praticamente toda a vereda. De acordo com relatos, foram queimados, aproximadamente, 400 hectares, próximo ao rio Peruaçu. Esta área é de grande importância ecológica, especialmente para produção de água e o extrativismo do buriti na TI. Na área queimada, foi identificada a presença de gado que vem prejudicando a recuperação espontânea da vereda, pois estes animais pisoteiam e compactam o solo, impedindo as plantas de nascerem. O projeto foi elaborado com apoio do consultor regional do GATI, e o proponente foi a Associação Indígena Xakriabá Aldeias Sumaré II/Peruaçu. O projeto foi enviado e aprovado no 19º Edital de Convocação da PPP-ECOS em 2014. Uma das ações urgentes identificadas e previstas no projeto foi a instalação de uma cerca para proteger os 400 hectares degradados pelo incêndio, principalmente em relação ao pisoteio do gado.





Área de vereda queimada próxima  
a aldeia Peruaçu (2013)

## MICROPROJETOS

Todos os 10 microprojetos executados na TI Xacriabá tiveram como base o apoio à gestão, mobilização e implementação dos projetos: “Projeto de Fortalecimento do Agroextrativismo no Cerrado e Caatinga da Terra Indígena Xacriabá” aprovado pela CGETNO/FUNAI (âmbito Projeto GATI) e o “Projeto de Fortalecimento do Extrativismo Tradicional nas Áreas de Cerrado e Caatinga da Terra Indígena Xacriabá”.

Os mobilizadores comunitários acompanharam e apoiaram a consultoria técnica que realizou o diagnóstico do agroextrativismo na TI; mobilizaram os extrativistas e associações Xacriabá para participação efetiva nas atividades dos dois projetos, principalmente os cursos de capacitação; acompanharam e apoiaram a realização e logística de todas as atividades previstas nos projetos e ainda difundiram aos extrativistas, lideranças, diretoria das associações, professores e estudantes Xacriabá, as informações adquiridas sobre uso sustentável e conservação do Cerrado e Caatinga da TI. Os responsáveis pela execução dos microprojetos foram: Nicolau Alquimim, Vilma Correa Alkimin, da aldeia Barreiro Preto (em 2014); Vicente Barbosa dos Santos, aldeia Barreiro Preto; Pedro Cardoso da Silva, aldeia Sumaré II (em 2015); e Nicolau Gonçalves, aldeia Vargens e Gildesio Almeida Mota, aldeia Sumaré II (em 2015).

## PPP GATI

A iniciativa apoiada pelo edital PPP-GATI<sup>29</sup> foi o projeto “Fortalecendo e ampliando a agroecologia e o extrativismo Xacriabá: frutos, sementes e vidas”, que teve como objetivo ampliar e dar continuidade às ações de agroextrativismo e de produção de sementes para aldeias Xacriabá. A proponente foi a Associação Indígena Xacriabá da aldeia Riacho do Buriti (AIXARBA).

Foram cerca de 90 famílias beneficiadas com o projeto, pertencentes às aldeias: Brejo do Mata Fome, Riacho do Brejo, Riacho do Buriti, Barra de Sumaré, Sumaré II, Barreiro Preto, Caatinguinha, Sumaré e Peruaçu.

<sup>29</sup> O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as Áreas de Referência do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

O projeto promoveu a sensibilização por meio de mobilização das aldeias contempladas sobre a importância do agroextrativismo sustentável e das sementes tradicionais. E a fim de apoiar a prática agroextrativista, também foram estruturadas Mini Usinas de Beneficiamento (MUBs) nas aldeias Riacho dos Buritis, Brejo Mata Fome e Riacho do Brejo. Houve ainda capacitação na temática agroextrativismo sustentável e beneficiamento dos frutos do Cerrado e Caatinga para os envolvidos destas aldeias e da aldeia Sumaré II. E como previsto no projeto, também houve o aumento da produção de sementes tradicionais na aldeia Barra de Sumaré. A fim de acessar os mercados institucionais (PAA e PNAE) e gerar renda para o território, foram realizadas oficinas e encontros institucionais de planejamento para definir os caminhos para as produções agroecológicas/agroextrativismo Xakriabá.

## ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO AMPLIADA DOS CONSELHOS REGIONAIS NORDESTE I E II

A reunião ampliada dos Conselhos Regional Deliberativo do Projeto GATI, dos Núcleos Nordeste I e II, foi uma reivindicação dos membros dos conselhos de ambos núcleos regionais e da Apoinme, a fim de avaliar o andamento das atividades do GATI e planejar ações de encerramento do Projeto. O evento aconteceu entre os dias 26 a 28 de maio de 2015, em Recife (PE), e contou com a participação dos conselheiros, dos representantes da Apoinme, das Coordenações Regionais da Funai: Nordeste I e II, Baixo São Francisco, Minas Gerais e Espírito Santo e suas respectivas CTLs, e da equipe técnica do Projeto GATI como colaboradores. No caso da TI Xacriabá, os conselheiros discutiram e definiram um plano de ação de encerramento do Projeto visando a continuidade dessas ações. Dessa forma as linhas foram:

- Apoio e acompanhamento da execução dos pequenos projetos (PPP-GATI, PPP-ECOS) e microprojetos que envolvem as temáticas de extrativismo e sementes tradicionais Xakriabá;
- Integrar outros projetos em execução com as mesmas temática em execução pelo CAA;
- Apoio na elaboração do PGTA pela Anai;
- Apoio na realização da próxima edição da Feira de Sementes Tradicionais Xakriabá;
- Apoio na realização do Seminário de Gestão Ambiental e Territorial, envolvendo Funai, entidades públicas de saúde e de educação.



Cântico Guarani com participação dos Xakriabá, e outros conselheiros durante reunião ampliada dos Conselhos Regionais Nordeste I e II (2015)

## RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ

A elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Xacriabá foi uma das ações prioritárias apontadas pelos Xakriabá durante as reuniões do conselho para continuidade das ações de gestão na Terra Indígena. A ação está acontecendo por meio da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), que por meio do aporte financeiro do edital “Implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas”<sup>30</sup>, vem realizando as várias etapas e atividades que embasam a elaboração de um PGTA.

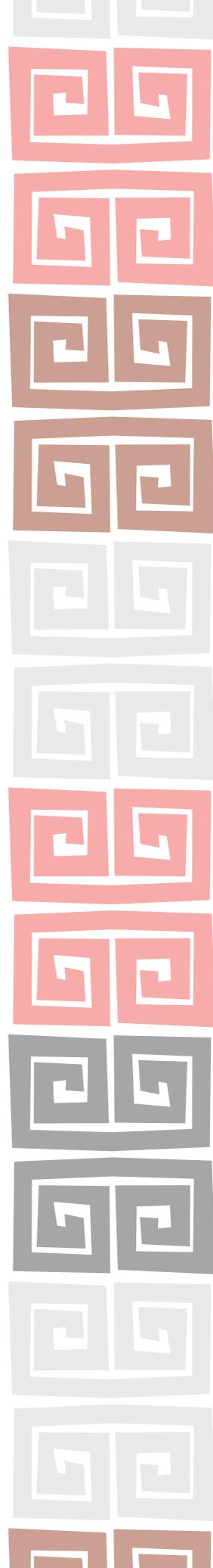
30 A chamada pública “Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas” (Edital nº 001/2014 – BRA PNGATI 13/019) foi lançado em 29 de agosto de 2014, e teve como objetivo apoiar entidades na elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PGTAs) em Terras Indígenas, localizadas total ou parcialmente nos biomas Caatinga e Cerrado, conforme limites definidos pelo IBGE/MMA. A iniciativa foi uma parceria entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com recursos do Fundo Nacional sobre Mudanças no Clima, o Fundo Clima, aportados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em diálogo prévio com os Xakriabá, a Anaí apontou os seguintes temas mobilizadores prioritários que estão conduzindo a elaboração do PGTA:

- Controle e monitoramento territorial dos limites das TIs, com atenção ao ingresso de exploradores de madeira e caçadores, entre outros. Essa atenção se revela tanto mais importante quando se constata que cerca de três quartos do perímetro das TIs Xacriabá em seu conjunto fica alterado pela nova proposta de delimitação;
- Formas de convivência com a seca e as mudanças climáticas, por meio do manejo e conservação do solo e dos recursos hídricos. E ainda, ações de conservação de nascentes e cursos d'água;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade, pelo desenvolvimento e aplicação de boas práticas extrativistas, pois o extrativismo, sobretudo de frutos do Cerrado, é uma importante fonte de renda e tende a ser potencializada na economia Xakriabá;
- Cadeias produtivas ambientais sustentáveis. Será imprescindível pensar, em destaque, os limites da expansão da pecuária e suas consequências para a distribuição de terras entre os grupos familiares e as desigualdades internas, entre outras questões.

Ao final do processo se espera ter contribuído para a formação de agentes indígenas com mais experiência e novos conhecimentos sobre seu território, sobre temas e ferramentas de gestão ambiental e territorial, sobre políticas públicas voltadas para a gestão ambiental e territorial e os meios para acessá-las.

Espera-se, ainda, que os Xakriabá estejam sensibilizados a pensar seu território e o uso dele de maneira integrada, coletiva e sustentável. E que esse processo tenha contribuído para a definição de acordos de gestão ambiental e territorial, sintetizados num documento final, o PGTA. Que esse documento possa servir como ferramenta útil na busca de parcerias e apoio de agentes externos, governamentais e não governamentais, ou possam, assim como o diagnóstico e os mapas, ser utilizados nas escolas com fins pedagógicos.





Buritis mortos após incendio atingir vereda nas proximidades da aldeia Peruauçu (2013)



©Demian Nery

Representantes do projeto "Fortalecendo e ampliando a agroecologia e o extrativismo Xacriabá: frutos, sementes e vidas", apoiado pelo GATI, em oficina realizada em Brasília (2015)

Célia Xakriabá e Rafael Pinto (analista ambiental do ICMBio, que atua no Parque Nacional Cavernas de Peruauçu) foram cursistas no Curso Básico PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (2014)

Cacique Domingos Xakriabá, recebendo cursistas do Curso PNGATI Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, durante 5º módulo (2015)



©Alexandre Pankararu



©Andreza Andrade



© Carlos Ferraz

Visita ao banco de sementes na Área de Experimentação e Formação em Agroecologia, durante intercâmbio (2015)



© Alexandre Pankaratu

Jardim e viveiro de mudas de plantas medicinais da Casa de Medicina Tradicional Xakriabá (2015)

Intercâmbio de representantes Xacriabá, Tupiniquim e Guarani em área de experimentação e formação em agroecologia do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas-CAA, localizado em Montes Claros-MG (2014)



© Carlos Ferraz









O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.

O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), *The Nature Conservancy* (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-*Global Environment Facility*).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60443-43-7



9 788560 443437



Articulação  
MATO GROSSO



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E CIDADANIA

